

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**O ano que abalou o Movimento Operário Brasileiro: O
Correio da Manhã e o Congresso Operário de 1906.
(1902 – 1906)**

José Fernando da Silva Barbosa

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O ano que abalou o Movimento Operário Brasileiro: O *Correio da Manhã* e
o Congresso Operário de 1906.
(1902 – 1906)**

JOSÉ FERNANDO DA SILVA BARBOSA

*Sob a Orientação da Professora
Dr^a Fabiane Popinigis*

*e Coorientação do Professor
Dr. Deivison Amaral*

Dissertação submetida como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Mestre em História, no Curso de Pós-
Graduação em História, Área de
Concentração Relações de Poder e
Cultura

Seropédica, RJ
Fevereiro
2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central/ Seção de Processamento
Técnico.

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238a Barbosa, Jose Fernando da Silva, 1995-
O ano que abalou o Movimento Operário Brasileiro:O Correio da Manhã e o Congresso Operário de 1906. (1902 – 1906) / Jose Fernando da Silva Barbosa. - Seropédica , 2023.
109 f

Orientadora: Fabiane Popinigis. Coorientador:
Deivison Gonçalves Amaral.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História - PPHR/UFRRJ, 2023.

1. Congresso Operário. 2. Associativismo. 3. Sindicalismo. 4. Reformistas. I. Popinigis, Fabiane, 1972-, orient. II. Gonçalves Amaral, Deivison, -, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História - PPHR/UFRJ. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



ATA Nº 856/2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.029163/2023-00

Seropédica-RJ, 09 de maio de 2023.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA Nº 18

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às 09h30, por videoconferência, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do(a) aluno(a) JOSÉ FERNANDO DA SILVA BARBOSA, sob a orientação do(s) professor(es) FABIANE POPINIGIS. A banca examinadora foi composta pelos professores/pesquisadores FABIANE POPINIGIS - UFRRJ - Orientadora e presidente, EDILENE TERESINHA TOLEDO - UNIFESP e PAULO CRUZ TERRA - UFF. Como suplentes a professora Adriana Barreto de Souza - UFRRJ e Paulo Ribeiro Fontes - UFRJ. A dissertação intitulada O ano que abalou o Movimento Operário Brasileiro: O Correio da Manhã e o Congresso Operário de 1906. (1902 - 1906), foi iniciada as 09h30 e teve a duração de 120 minutos de apresentação.

O (a) Candidato (a), após avaliado pela banca examinadora obteve o resultado:

(x) APROVADO (a), devendo o (a) Candidato (a) entregar a versão final em até 60 dias à sua coordenação de curso (de acordo com a Deliberação Nº 84 de 22 de agosto de 2017).

() APROVADO (a) COM RESSALVA, devendo o (a) Candidato (a) satisfazer, no prazo estipulado pela banca, as exigências constantes da Folha de Modificações de Dissertação de Mestrado anexa à presente ata. Após, entregar a versão final em até 60 dias à sua coordenação de curso (de acordo com a Deliberação Nº 84 de 22 de agosto de 2017).

() REPROVADO (a).

Seropédica 28 de abril de 2023.

Dra. EDILENE TERESINHA TOLEDO, UNIFESP Examinadora Externa à Instituição

Dr. PAULO CRUZ TERRA, UFF Examinador Externo à Instituição

Dra. FABIANE POPINIGIS, UFRRJ Presidente

JOSÉ FERNANDO DA SILVA BARBOSA Mestrando

(Assinado digitalmente em 09/05/2023 14:15)

FABIANE POPINIGIS

COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAOOPPHR

(12.28.01.00.00.49)

Matrícula: ####799#9

(Assinado digitalmente em 09/05/2023 10:22)

PAULO CRUZ TERRA

ASSINANTE EXTERNO CPF: ####.###.247-##

(Assinado digitalmente em 10/05/2023
11:53)

JOSÉ FERNANDO DA SILVA
BARBOSA
DISCENTE

Matrícula: 2020#####0

(Assinado digitalmente em 09/05/2023 17:36)

EDILENE TERESINHA TOLEDO

ASSINANTE EXTERNO CPF: ####.###.358-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 856, ano: 2023, tipo: ATA, data de emissão: 09/05/2023 e o código de verificação: eccbf069ba

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOSÉ FERNANDO DA SILVA BARBOSA

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre(a) ou Doutor(a) em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração em Relações de Poder e Cultura. (letra tamanho 12, sem negrito, espaço simples)

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Pof^a. Doutora Fabiane Popinigis (Orientadora)
UFRRJ

Professor(a) Doutor(a) EDILENE TERESINHA TOLEDO
UNIFESP

Professor(a) Doutor(a) PAULO CRUZ TERRA
UFF

Dedico esta dissertação a:

João de Souza Barbosa,
trabalhador, guerreiro e meu
pai;

A Marileide da Silva Barbosa
Trabalhadora, guerreira e
minha mãe.

E a todos os trabalhadores e
trabalhadoras;

Agradecimentos

O caminho percorrido por uma pesquisa é árduo, muitas vezes solitário e confuso, mas graças a força, incentivo e coragem de algumas pessoas, este caminho se torna mais tranquilo, suave e prazeroso. Em nenhum momento posso dizer que estive completamente sozinho, pois muitas foram as mentes que me auxiliaram durante o processo de pesquisa, escrita e correção deste trabalho por isto, gostaria de eternizar os apoios que obtive nesta página, agradecendo a todos e a todas que me permitiram sonhar com este momento.

Em primeiro lugar, não poderia deixar de agradecer os conselhos, dicas, puxões de orelha, sermões e sobretudo a grande experiência de Marcela Oliveira, que desde a graduação me auxilia de uma maneira que não possuo palavras para agradecer.

Agradeço em segundo há algumas pessoas que hoje não caminham mais ao meu lado por motivos vários, mas que me incentivaram a ingressar na pós-graduação e me deram forças para continuar nela durante o tempo que estiveram me acompanhando. A.W.B.

À minha orientadora, Fabiane Popinigis, pela paciência infinita em me orientar desde o período da graduação e compreender as múltiplas nuances que envolveram a produção desta dissertação. Agradeço a cada minuto dedicado as leituras, correções e orientações pelos caminhos que deveria seguir até este momento.

Ao professor Deivison Amaral, co-orientador, que em muito contribuiu a partir das leituras, análises e reuniões de orientação. Processos esses que contribuíram para o refino e direcionamento da pesquisa até sua conclusão.

Muitos momentos durante esta caminhada teriam sido mais difíceis se não fosse a excelencia dos profissionais da UFRRJ, sobretudo um em especial, companheiro Paulo C. Longarini, secretário do PPHR, sempre disponível e disposto a ajudar os discentes com as suas mais variadas dificuldades.

Um agradecimento devidamente especial a Carolina Garcia, minha fiel amiga, companheira e cúmplice de diversos momentos, mas sobretudo em relação à palavras de incentivo, encorajamento e por ser um ombro amigo para ouvir tantas vezes as reclamações e desabafos sobre o processo árduo que fora a escrita deste trabalho.

Agradeço aos companheiros e companheiras pertencentes ao Núcleo de Estudos da Política e História Social, que contribuíram com dicas importantes para a construção da pesquisa a partir de suas análises críticas e coerentes acerca do trabalho.

A todos os meus amigos e amigas que, de uma maneira ou de outra, estiveram diretamente ou indiretamente envolvidos durante esses anos em que estive. As amizades que fiz graças a estadia no PPHR/UFRRJ e aos companheiros de pesquisa e de turma.

Agradeço a Bruna Katarina, por me apoiar em momentos difíceis e estar junto comigo no momento da defesa, o que foi de extrema importância para a conclusão definitiva deste trabalho. Sua participação na minha vida foi e continua sendo fundamental, obrigado por estar sempre presente em todos os momentos, principalmente, ter ficado nos mais difíceis.

Agradeço a Luís Inácio Lula da Silva por ter possibilitado que essa jornada se iniciasse, dando oportunidade para que um jovem da Baixada Fluminense pudesse ter acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, com política de permanência e assistência estudantil desde a graduação até a pós-graduação. Agradeço ao Partido dos Trabalhadores por permitir que tantos outros jovens como eu chegassem tão longe quanto pretendo chegar um dia.

Em consôncia, agradeço a Benedita da Silva, Deputada Federal do Partido dos Trabalhadores, uma vez que foi fundamental para a permanência na universidade, graças a destinação de uma emenda parlamentar que permitiu criação do Programa de Popularização da Pesquisa Através de Cursos de Extensão – o PPESCE/UFRRJ. Projeto de suma importância para divulgação científica da pós-graduação da UFRRJ, no qual fui idealizador e bolsista.

Agradeço também a Carlos Sarmento, Alexandre Assis e Gabriela Rizzo, companheiros de trabalho que contribuição para a criação do projeto supracitado e se tornaram grandes amigos que me deram forças, oportunidades e disposição para completar esta jornada.

Por último, mas muito mais importante, agradeço a Marileide da Silva Barbosa, vulgo minha mãe, por todo suporte e apoio na carreira de seu jovem filho. Obrigado por ser uma mulher forte e guerreira em que tenho orgulho de me inspirar para alcançar meus objetivos. Sem você não chegaria nem perto de ser o que sou e de estar onde estou hoje.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

BARBOSA, José Fernando da Silva. **O ano que abalou o Movimento Operário Brasileiro: O Correio da Manhã e o Congresso Operário de 1906, 1902 – 1906.** 109p Dissertação (Mestrado em História,). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

O presente trabalho procura fazer uma análise do Congresso Operário Brasileiro de 1906 buscando compreendê-lo através da ótica das entidades operárias intituladas como reformistas ou amarelas a partir da exposição da grande imprensa sobre o congresso operário. Para isso, será levada em consideração a discussão sobre o associativismo operário durante a primeira república e os debates envolvendo a formação do movimento operário e sua diversidade de ideologias e estratégias de organização. Essa análise será pautada principalmente no processo de construção do Congresso, da trajetória das principais figuras reformistas citadas pelo congresso e pelos discursos dos delegados presentes durante as sessões do congresso que fora realizado durante os dias 15 a 20 de abril de 1906 no Centro Galego, Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil.

Palavras-chave: Congresso Operário, associativismo, sindicalismo, reformistas

ABSTRACT

BARBOSA, José Fernando da Silva. **The year that shook the Brazilian Workers' Movement: The *Correio da Manhã* and the Workers' Congress of 1906 (1902 – 1906).** 109p. Dissertation (Master in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

The present work seeks to make an analysis of the Brazilian Workers' Congress of 1906 seeking to understand it through the viewpoint of the organizations entitled as reformists, or yellow from the exposition of the big press on the workers' congress. To this end, consideration will be given to the discussion on workers' associativism during the first republic and to the debates involving the formation of the workers' movement and its diversity of ideologies so that the analysis of the congress can be promoted. This analysis will be based mainly on the analysis of the construction process of the Congress, the trajectory of the main reformist figures cited by the Congress and by the analysis of the speeches of the delegates present during the sessions of the congress that was held during the days 15 to 20 April 1906 in the Galician Center, Rio de Janeiro, then federal capital of Brazil.

Keywords: Labor Congress, associativism, trade unionism, reformists.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
Capítulo 1: Os trabalhadores organizados: em quanto tempo se constrói um congresso?.....	21
1.2 – Breve histórico do associativismo de trabalhadores no Brasil	27
1.3 – Luz, câmera e o Congresso Operário de 1906?	31
1.4 – Dois congressos duas ideias.	33
1.5 – Em quanto tempo se prepara um Congresso?	39
1.6 – Considerações finais sobre o capítulo.....	45
Capítulo 2: O passo a passo da militância ou por onde andavam os delegados antes do congresso?	49
2.2. Os personagens do Congresso: os sindicalistas revolucionários Giulio Sorelli, Edgar Leurenroth, Luiz Magrassi e Manoel Moscoso.....	53
2.3 A ampliação da historiografia e os personagens do Congresso: os socialistas	56
2.3 Pinto Machado e A União Operária do Engenho de Dentro	58
2.4 Mariano Garcia e breve trajetória de um cigarreiro socialista.....	62
2.5 Melchior Pereira e sua importância na luta operária reformista	65
Capítulo 3: É no debate que a gente se encontra: as discussões e embates dos delegados do Congresso Operário de 1906	70
3.1 A estruturação do Congresso – Divisão e subdivisões de temas e pautas;.....	70
3.2 - A primeira discussão: Haveria no Congresso uma defesa da luta política?	76
1ª Sessão – 15 de abril de 1906 – O início dos trabalhos e o primeiro embate: a luta política ou luta económica?.....	79
3.3 A disputa existe: A discussão a respeito do Primeiro de Maio;.....	84
2ª sessão – 16 de abril – A discussão sobre o 1º maio.....	85
3ª Sessão – 17 de abril de 1906 – A organização operária	90
Considerações finais.....	95
Bibliografia.....	99

INTRODUÇÃO

Estudar o movimento operário no Brasil é uma tarefa desafiadora para qualquer pesquisador. Graças à recente ampliação dos estudos alinhados à história social do trabalho, porém, essa tarefa tem se tornado cada vez mais prazerosa de ser realizada. Isso se dá pelo amplo leque de oportunidades que surgem com os novos modos de enxergar e analisar as experiências dos trabalhadores para além da fábrica, compreendendo-os como sujeitos históricos próprios de seu tempo dotados de agência. Tal perspectiva nos permite lançar novos olhares a eventos relacionados à organização e associação destes trabalhadores, seja para formas de resistência econômica e/ou política ou para desenvolverem formas coletivas de lazer e cultura. Deste modo amplia-se a visão sobre o associativismo dos trabalhadores, sobretudo para o período da Primeira República¹.

Esta ampliação se torna possível a partir do momento que os historiadores passam a enxergar e utilizar novas ferramentas para a análise historiográfica, permitindo-lhes expandir seus questionamentos e consequentemente suas respostas acerca dos mais variados períodos, fatos e acontecimentos históricos. Destacamos aqui a adoção dos periódicos como fontes principais para exploração das temáticas, sobretudo relacionados ao associativismo e os mundos do trabalho, o que, de certo modo, permitiu novas visões não apenas na temática específica ao movimento operário, mas as mais diversas temáticas². Deste modo, a expansão das probabilidades de pesquisa em história por conta do uso do periódico como fonte torna-o uma peça fundamental para a escrita da história, alcançando questões que antes seriam impalpáveis.

As publicações dos periódicos representam fragmentos muito parciais e relativos da realidade à qual se referem, por isso o cuidado em conhecer devidamente o periódico, bem como seus diretores, idealizadores e colaboradores é fundamental para conceber uma perspectiva mais segura sobre o que será analisado a partir dele³. Porém, devemos salientar que o jornal não é apenas fruto dos seus agentes principais, editores e donos, mas também do meio social para o qual ele é escrito e vendido, entendendo que a relação com os seus leitores e

¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “NEGOCIAÇÕES IMPRESSAS: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História* (São Paulo) 35, nº 0 (2016). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/WtS867DVMvyQgSsGRzY6s9z>>. Acesso: 01. mar. 2023. p. 21.

² LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p 111 -153. p. 117-118.

³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. IN: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho Prado (org). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. Tradução. São Paulo: Humanitas, 2015. p. 114-134. Acesso em: 01 mar. 2023. p. 131.

colaboradores também influencia no seu conteúdo, deste modo, o público acaba por se tornar um agente indireto da produção dos informativos⁴.

A partir da observação destes breves cuidados com o tratamento dos periódicos como fonte histórica pude acessar o *Correio da Manhã* justamente pelas peculiaridades que tal periódico apresenta em relação ao movimento operário na Primeira República, como a criação de uma coluna exclusiva para publicações relacionadas à organizações e associações operárias dos mais diversos ofícios e orientações possíveis. Intitulada **Vida Operária**, a coluna começaria a ser publicada em 1902, e posteriormente viria a fornecer informações que serviriam como base para os questionamentos que me levaram a produzir este trabalho.

O *Correio da Manhã* apresentou de maneira detalhada as sessões do que ficou conhecido como 1º Congresso Operário Brasileiro, elencando os delegados⁵ que estiveram presentes, as organizações operárias que foram representadas, os temas que foram propostos e, sobretudo, os debates entre os delegados que representavam as organizações operárias, defendendo seus pontos de vista políticos e organizativos. A partir desta leitura levantaram-se alguns questionamentos, como, por exemplo, sobre como estes delegados defenderam suas posições em meio ao congresso? Haveria, de certo modo, uma resistência maior em relação às teses do sindicalismo revolucionário? Como o debate acerca dos métodos que seriam utilizados pelo movimento operário impactou as resoluções? Como esse debate foi construído e posto em prática pelos delegados que optavam por defender o sindicalismo reformista? Quem eram estes delegados que acreditavam neste método de luta da classe trabalhadora?

Em sua maioria, as produções acerca deste congresso são analisadas suas moções aprovadas e suas resoluções que buscavam orientar o movimento operário brasileiro em uma tendência de resistência econômica: o sindicalismo revolucionário. Menos atenção se deu às discussões dos delegados presentes nestes congressos e o que eles passam a defender durante as sessões e o processo mesmo de estabelecimento da conhecida predominância das orientações do sindicalismo revolucionário. Entretanto, mesmo que tenham sido derrotadas, consideramos fundamental acompanhar os debates entre as diferentes conceções ideológicas e estratégias

⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “NEGOCIAÇÕES IMPRESSAS: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. *História (São Paulo)* 35, nº 0 (2016). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/WtS867DVMvyQgSsGRzY6s9z>>. Acesso: 01. Mar. 2023. p. 21.

⁵ Entende-se por delegados aqueles que foram eleitos para representar a respectiva organização operária no Congresso.

organizativas para compreender o processo de construção do cotidiano das lutas e resistência dos trabalhadores naquele momento.

Deste modo, podemos identificar o movimento operário na Primeira República como um fenômeno de múltiplos cenários possíveis, sobretudo quando o pensamos dentro da lógica do associativismo que, como vimos anteriormente, não se resume apenas à figura do sindicato, mas envolve o trabalhador em diversas outras atividades organizacionais voltadas para suas múltiplas necessidades⁶. Um dos cenários que podemos reconhecer é justamente o que se configura acima: de disputa entre os reformistas (ou amarelos) e os sindicalistas revolucionários, e também anarquistas, em que de um lado se apresentam os defensores de métodos legalistas envolvendo diálogo e negociação para resolver as demandas do movimento operário e, de outro, os que representam os métodos denominados de ação direta, como greves e piquetes, mas com o mesmo objetivo: garantir os direitos dos trabalhadores, incluindo a emancipação destes da exploração capitalista.

O movimento operário deste período compreendia uma grande gama de movimentos, ideologias e métodos de ação que são muito mais amplos do que esta dicotomia. Por exemplo, os socialistas surgem ao final do século XIX, sobretudo com a organização dos Partidos Operários, em sua grande maioria de vida curta, com expressão local, a maior parte destes partidos defendiam um programa de reformas como a ampliação do direito do voto e o voto secreto, além das jornadas de oito horas, proibição de trabalho de menores de 14 anos, direito a greve e etc.⁷ A forma na qual eles buscavam implementar estas reformas, era por meio da eleição de seus representes, porém o control eleitoral somado a grande maioria de trabalhadores estrangeiros não naturalizados dificultou que seus objetivos fossem alcançados por meio deste viés.⁸

Para além das organizações dos partidos socialistas que adotavam o viés de reformas na sociedade, haviam as organizações operárias que possuíam a mesma estratégia de organização que estes, tendo por vezes ligações com os socialistas, mas compreendiam um leque muito mais amplo de participantes e membros o que não permitiu que ele fosse ideologicamente

⁶⁶ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. SILVA, Fernanda Oliveira da. Associativismos e os mundos do trabalho - VI Seminário Internacional Mundos do Trabalho - Webinário. YouTube. Disponível em: < <https://youtu.be/6YdpeaQ8D24> > Acesso em: 22.JAN.2022. Tempo de duração: 1:54:40.

⁷ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: ____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37, p. 22.

⁸ Ibidem. p.22

homogeneo.⁹ Isto se dava por que, dentro do sindicalismo reformista, haviam diversas nuances, nas quais se destacavam, por exemplo, os positivistas, os cooperativistas e as organizações católicas, que habitavam as o sindicalismo reformista, mas distinguiam-se ideologicamente algumas mais que as outras.¹⁰

Os positivistas do movimento opeário se concentravam e levar adiante discussões por melhorias nas condições de trabalho e vida através do apelo as autoridades, apresentando candidatos operários e reivindicações de luta sem recorrer aos meios radicais de luta, buscando uma espécie de "cidadania social" para os trabalhadores ao colocar em prática a máxima de Auguste Comte sobre a incorporação dos operários na sociedade moderna¹¹. Mais difícil de situar ideologicamente, estavam os cooperativistas, concentrados basicamente em atuações relacionadas aos operários do Estado, existindo sobretudo da campanha pelas cooperativas¹².

As organizações católicas buscavam subtrair a influencia socialista e anarquista das organizações operárias com base na doutrina social da Igreja Católica expressa na Encíclica lançada pelo papa Leão XIII em 1891. Dispunham de jornais próprios para difundir seus ideais em defesa do catolicismo, do entendimento entre trabalhadores e patrões e contrárias às greves, mesclados a uma tímida denuncia aos males da industrialização e a um virulento antissocialíssimo, estando presentes nos principais centros uerbanos a partir do final do XIX¹³.

Os reformistas não se autodenominavam como tal, este termo foi cunhado por estudiosos do movimento operário que chegaram a utilizar outros termos, como “sindicalismo amarelo”, que era utilizado à época pelos anarquistas para se refereirem de forma pejorativa a estas organizações, imputando a ideia de que eram estimulados e financiados pelos patrões¹⁴. Outra maneira que foram tratados foi através do termo “trabalhismo carioca”, cunhado por Boris Fausto, mas que referenciava inevitavelmente ao sindicalismo oficial, pós-30, o que cai em anacronismo e ainda reduz o fenômeno reformista apenas a uma questão regional, visto que o “carioca” se refere a uma região específica, ou seja, ao Rio de Janeiro¹⁵ e como poderemos ver, é uma questão muito mais ampla.

⁹ I BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: ____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p. 31.

¹⁰ Ibidem. p. 32

¹¹ Ibidem. p. 25-26.

¹² Ibidem. p. 26

¹³ Ibidem. p. 27-28.

¹⁴ Ibidem. p. 32

¹⁵ Ibidem.

Aqueles que são chamados de reformista então, são aqueles que acreditavam numa organização duradoura e eram adeptos de uma metodologia mais branda de reivindicação, ou seja, fariam isso dentro da legalidade, sem causar perturbação da ordem pública, conforme aponta Terra (2012) ao falar sobre a Associação dos Cocheiros e Carroceiros e Classes Anexas, apresentando parte do seu programa de lançamento que teve a ajuda do socialista reformista Mariano Garcia para elaboração¹⁶.

Portanto, ao trazermos estes exemplos do que eram as organizações reformistas, apresentamos basicamente uma perspectiva ampla do movimento operário na Primeira República, sobretudo de um lado que se constituia como antagônicos aos seus principais rivais naquele momento: os sindicalistas revolucionários, que, conforme aponta Terra (2012), eram uma “Tendência revolucionária e Perturbadora da Ordem”, enquanto os “reformistas se diferenciavam por agirem dentro da legalidade”¹⁷. Ainda que defendessem os meios legalistas, os reformistas aceitavam também intermediários para negociar as pautas e reivindicações necessárias à classe¹⁸. Um bom exemplo disto é a União Operária do Engenho de Dentro que, por intermédio do auxílio da luta política, havia conquistado em 1904 a redução da jornada de trabalho para seus associados para 8 horas diárias¹⁹.

Claro que, por agir por dentro da legalidade, os socialistas não abandonaram outros meios de luta e outras formas de conquista de suas reivindicações, como as greves, por exemplo. Conforme Siquim aponta, os reformistas eram adeptos da greve sim, mas como último recurso, após todos os meios possíveis de negociação terem sido realizados e as reivindicações ainda não terem sido atendidas. Deste modo, os reformistas não negavam nem condenavam a greve dos trabalhadores, mas acreditavam que esta era mais uma das ferramentas de organização e reivindicação dos trabalhadores, que deveria ser usada quando necessário²⁰.

¹⁶TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 237

¹⁷ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 257.

¹⁸ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: ____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37, p. 33.

¹⁹ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 280.

²⁰ SISQUIM, Sayonara Faria. As ideias "amarelas" do operário Mariano Garcia e seu Jornal Gazeta Operária na Primeira República. IN: XIII Encontro Estadual de História. História e mídias: narrativas em disputa. Evento online. Anais eletrônicos. Recife. 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602170131_ARQUIVO_d5ec22726b94b436db5ac596761272bb.pdf>. Acesso: 22.JAN.2023. p.10.

A origem do sindicalismo revolucionário está relacionada ao movimento de trabalhadores franceses, que posteriormente ganha força ao redor do mundo conforme as suas ideias e concepções começam a circular no meio operário²¹. As ideias do sindicalismo revolucionário chegam ao Brasil, mais especificamente a São Paulo, no início do século XX, momento no qual a Federação Operária de São Paulo referenda suas bases organizações de acordo com as da Central Geral dos Trabalhadores da França, CGT, de onde boa parte das federações e associações operárias ao redor do mundo retiravam sua base de organização²². Os sindicalistas revolucionários consideravam que os sindicatos tinham uma tarefa fundamental no processo de construção de uma nova sociedade, confiando a esta organização o papel de embrião da sociedade futura, enxergando a greve geral o único instrumento para uma revolução social²³.

Os sindicalistas revolucionários pautavam sua resistência operária baseado no que chamam de “luta econômica”, ou seja, utilizando meios de ação direta para conquista dos direitos e reivindicações operárias, acreditando na greve como a principal ferramenta de alcançar estes e outros objetivos comuns à classe operária²⁴. Ao contrário dos reformistas que não negavam a greve, os sindicalistas revolucionários, por sua vez, negavam completamente a forma dos reformistas conduzirem as reivindicações e negociações dos trabalhadores, acreditando que a luta política não era um caminho a seguir, devendo ser condenada, conforme definiu-se, inclusive, nas resoluções do 1º COB²⁵. O 1º Congresso Operário Brasileiro se configura como o palco onde estas concepções vão se chocar diretamente durante os embates dos delegados das organizações presentes em suas sessões.

A partir disto, surgem algumas tentativas de aglutinação dos trabalhadores para organizar uma luta coordenada dos trabalhadores figuradas nos congressos operários. Antes da realização do que ficou conhecido como 1º Congresso Operário Brasileiro (e que é objeto deste trabalho), houve a realização de outros dois Congressos que ficaram conhecidos por “Congressos Socialistas” o primeiro foi realizado em 1892 e o segundo em 1902, respectivamente²⁶.

²¹ TOLEDO, E. Introdução. IN _____. Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 27 – 73. p.28.

²² TOLEDO, E. Introdução. IN _____. Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 27 – 73. p. 35-37.

²³ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: _____. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37, p. 33.

²⁴ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: _____. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37, p. 33.

²⁵ Ibidem. p. 32.

²⁶ GOMES, Ângela de Castro Gomes. A invenção do Trabalhismo. IN _____. República e Socialismo na Virada do Século. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV, 2005. p. 35-81.p. 64.

O primeiro, realizado em 1892, foi organizado principalmente pelos socialistas na tentativa de construir um Partido Operário. Esse congresso reuniu cerca de 400 pessoas, a grande maioria oriunda da então capital federal, com objetivo de debater os rumos e estratégias do movimento operário.²⁷ Talvez fosse desconsiderado como um congresso operário pelos organizadores do COB de 1906 pois, segundo Ângela de Castro Gomes, a forma de resistência e apropriação dos meios de produção escolhida por estes operários, então reunidos, foi através da luta parlamentar, evitando o confronto violento e direto com o patronato²⁸.

Segundo Pinheiro e Hall, com a tentativa de reorganização do Partido Socialista no início dos anos 1900, convoca-se um novo congresso operário, realizado em São Paulo entre os dias 29, 30, 31 de maio e 1º de junho de 1902, reunindo cerca de 45 representantes de círculos e ligas operárias. Estavam presentes, neste congresso, representantes de organizações de 7 estados do Brasil, com a predominância de delegados oriundos das entidades do Estado de São Paulo²⁹. Cabe destacar que desse esforço surge, em um primeiro momento, o Partido Socialista da Capital Federal que reproduzia, em partes, a mesmas diretrizes do programa aprovado em 1892, mas com algumas alterações, como a proposta do direito de voto para todos os cidadãos maiores de 18 anos e o reconhecimento como cidadãos de todos os estrangeiros que tenham um ano de residência no Brasil.³⁰

Para além disto, existem dois pontos para destacar como consequências deste congresso. O primeiro é que dele surge o jornal *Gazeta Operária*, criado por Mariano Garcia³¹, com o objetivo de ser o órgão do Partido Socialista da Capital Federal³², para defender e divulgar o programa do partido³³. O segundo ponto é a influência que as bases do II Congresso Socialista tiveram em relação ao Centro das Classes Operárias, importante órgão de organização do movimento operário que perdurou até 1904 quando foi fechado, sendo reaberto novamente em 1905 e desaparecendo definitivamente em 1908.³⁴ Este desenvolveu um papel fundamental na

²⁷ GOMES, Ângela de Castro Gomes. A invenção do Trabalhismo. IN_____. República e Socialismo na Virada do Século. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV, 2005. p. 35-81. p. 64 e 66.

²⁸Ibidem. p. 64.

²⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930 documentos. Alfa Ômega LTDA. São Paulo - SP. 1986. 38

³⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930 documentos. Alfa Ômega LTDA. São Paulo - SP. 1986. p. 68.

³¹ Veremos mais sobre Mariano Garcia no capítulo 2.

³² Era uma prática comum na Primeira República que cada Partido (e também algumas organizações operárias) tivessem seu próprio jornal para divulgar suas ideias e aglutinar militantes. CITAR TERRA COM APUD

³³ GOMES, Ângela de Castro Gomes. A invenção do Trabalhismo. IN_____. República e Socialismo na Virada do Século. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV, 2005. p. 35-81.p.66

³⁴ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 203

organização dos trabalhadores, nas greves em 1903, além de estimulando a criação de novas associações e agremiações de operários.³⁵

O Congresso de 1906, ao contrário do nomeado, portanto, não foi o primeiro dos congressos operários a serem realizados no Brasil, tampouco, como iremos observar, um congresso de opinião e discussão uniforme em suas sessões. Explicitada essa questão sobre a nomenclatura dada ao congresso de 1906, cabe-nos interessar analisar essa experiência de organização operária do início do século XX com um olhar voltado para a sua estruturação e execução propriamente ditas. Nossa objetivo aqui, portanto, é investigar todo o processo de organização do congresso, desde as decisões sobre quem seriam os convidados ou não, passando pelas discussões envolvendo a preparação daquele evento até, finalmente os debates realizados pelos seus delegados naquele congresso e como e que entraram para a história da organização operária da Primeira República.

Para isto, é importante resgatar o constante avanço na ampliação dos meios de conceber a história do movimento operário ao compreender os indivíduos como agentes de sua própria história, admitindo abordagens mais complexas a respeito dos trabalhadores e suas lutas. Além disto, este esforço de ampliação das fontes, das questões e dos objetos de estudo da história do trabalho nos permite considerar os mais diversos assuntos envolvendo questões de raça e classe nos mundos do trabalho, por muito calçado na ideia de experiência destes sujeitos históricos sendo válidas para a construção da realidade e da estrutura social em que se inserem em determinado momento³⁶.

A utilização de periódicos como fonte é uma alternativa encontrada para dar conta da construção da história a partir da perspectiva daqueles que foram “vencidos” em determinados processos históricos, apresentando uma “história vista por baixo”, visto que um dos desafios desta abordagem é encontrar evidências que permitam esta análise, mas que constantemente tem sido superado pelo emprego cada vez maior de documentos que possuam utilidade como evidência histórica³⁷. Deste modo, pretendo enxergar os atores envolvidos na construção, principalmente os que tiveram sua posição “vencida”, realização e discussão do Congresso Operário Brasileiro de 1906, buscando analisar como eles se relacionam durante o processo de

³⁵ GOMES, Ângela de Castro Gomes. A invenção do Trabalhismo. IN_____. República e Socialismo na Virada do Século. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV, 2005. p. 35-81. p.70.

³⁶ POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016). Estudos Históricos. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 32, nº 66, p. 307 - 329, janeiro - abril 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/GPRJtpnRkDNbngvywDJ4k6R/?lang=pt>>; Acesso: 04.JAN.2023.

³⁷ SHARPE, Jim. A história Vista por baixo. IN: BURKE, Peter (org). A escrita da História: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 43 e 48.

construção deste processo, bem como suas escolhas tomadas de uma maneira e não de outra de outra em relação às pautas que envolvem o COB.

Não é de hoje que o debate sobre as características do Movimento Operário no Brasil tem chamado atenção dos holofotes da historiografia brasileira. Levantado o debate sobre as múltiplas ideologias e composições que circularam o cenário da organização dos trabalhadores e como estas ajudam, ou não, aos trabalhadores a adquirirem uma identidade como tal. Esta situação, embora bastante discutida atualmente, também foi vista de discussões anteriores, na qual os cronistas e próprios membros do movimento operário brasileiro procuravam, de certa forma, encontrar modelos de organização, localizando no modelo europeu, por exemplo, o horizonte ideal do qual deveriam alcançar: um operariado tipicamente fabril, com elementos que o caracterizavam como combativo e bem-organizado, o que Batalha chama de Paradigma Europeu³⁸.

A historiografia já fez a crítica aos modelos estrangeiros para explicar uma suposta “apatia” do movimento operário brasileiro que, ao invés de ser conduzido por uma classe trabalhadora homogênea, formada por operários industriais, nota-se que era muito mais heterogênea do que se pensava³⁹. Claudio Batalha mostra que a homogeneidade do operariado europeu não era nada mais do que um mito, citando o caso do operariado inglês que, sendo o modelo mais acabado no final do século XX tinha semelhanças com o caso brasileiro no início de sua formação, com artesãos e trabalhadores menos qualificados, bem como o caso do movimento operário na França e na Itália permeados por questões geográficas e diferenças étnicas.⁴⁰.

Além disto, existia a vertente que considerava a existência da classe operária atrelada à condição da industrialização e que, a partir do advento desta, naturalmente se nasceria uma classe operária.⁴¹ Esquecendo, ou não considerando, que a formação da classe é um processo e

³⁸ Para a formação do típico operariado brasileiro se tinha como padrão a formação da classe operária da Europa, se configurando em mito de que operariado europeu seja tido como o proletariado típico por se formar exclusivamente, ou em sua maioria, de operários oriundos das fábricas e do processo de industrialização. (BATALHA, Cláudio Henrique M.; A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920). Atipicidade ou legitimidade? 12/1994, *Revista Brasileira de História (Impresso)*, Vol. 10, Fac. 20, pp.124-142, São Paulo, SP, 117 - 118).

³⁹ BATALHA, Cláudio Henrique M.; A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920). Atipicidade ou legitimidade? 12/1994, *Revista Brasileira de História (Impresso)*, Vol. 10, Fac. 20, pp.124-142, São Paulo, SP. p.115.

⁴⁰ BATALHA, Cláudio Henrique M.; A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920). Atipicidade ou legitimidade? 12/1994, *Revista Brasileira de História (Impresso)*, Vol. 10, Fac. 20, pp.124-142, São Paulo, SP. p.115 - 116

⁴¹ BATALHA, Cláudio Henrique M.; Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. p. 117 - 149. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo do liberalismo oligárquico: Da Proclamação da República à Revolução de 1930 - Primeira República (1889 - 1930). 1^a ed. Rio de Janeiro:

que envolve uma pluralidade de atores, cenários e perspectivas que vão além da pura concepção de desenvolvimento do trabalho fabril, ou seja, a formação da classe operária não se dá em um modelo enraizado e mecânico, mas se dá a partir de interesses coletivos que resultam em ações e concepções coletivas de classe que podem vir a se tornar realidade⁴².

Buscando encontrar explicações para o que considerava uma suposta apatia de uma parte da classe trabalhadora, sobretudo no Rio de Janeiro, ou seja, tentando compreender as razões de existência do sindicalismo reformista e outras tendências que buscavam estratégias alternativas ao enfrentamento de classe direto os na luta por direitos dos trabalhadores, Boris Fausto encontra o que chamou de “trabalhismo carioca”. O termo indicaria a existência de um núcleo disposto à colaboração das classes e a explorar sua dependência em relação ao Estado e alguns setores e indivíduos alheios à classe operária, propensos a realizar algum tipo de aliança com o Movimento Operário⁴³.

Para Fausto, portanto, o Rio de Janeiro era a única cidade que possuía uma estrutura social diversificada e longe da dependência das elites agrárias⁴⁴. Por isso, de um lado se concebia uma mão de obra mais qualificada longe da influência destes e de outro uma parte dos trabalhadores que se envolvia em grande parte no serviço público, que era intocado pela ideologia anarquista⁴⁵. Para além disto, de acordo com Fausto, a influência de ideologias como o positivismo possibilitou a organização de trabalhadores no sentido de exigir direitos sociais sem questionamento da ordem estabelecida, que, segundo ele, favorecia o processo de apatia dos trabalhadores, uma vez que se contentavam em obter o mínimo, dentro dos limites da legalidade.⁴⁶

O “trabalhismo carioca”, considerado um movimento menos combativo, como explica Fausto baseava-se em dois fatores principais: o primeiro seria a maior composição de nacionais na classe operária do Rio de Janeiro e o segundo ponto estava direcionado ao núcleo estatal de serviços, sobretudo da navegação e das ferrovias⁴⁷. Deste modo, os operários nacionais estariam, segundo essa hipótese, mais sujeitos a aceitar uma política baseada nas velhas relações

Civilização Brasileira. 2018. p.117. Ver também: NEGRO, Antônio Luigi. Imperfeita ou refeita: o debate sobre o fazer-se da classe operária inglesa. RBH, Vol.16, 1996.

⁴² BATALHA, Cláudio Henrique M.; Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. p. 117 - 149. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O tempo do liberalismo oligárquico: Da Proclamação da República à Revolução de 1930 - Primeira República (1889 - 1930). 1^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018. p. 117.

⁴³ FAUSTO, Boris. Correntes organizativas e seu campo de incidência. IN_____: Trabalho Urbano e Conflito social (1890 - 1920). Companhia das Letras, 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 49.

⁴⁴ Ibidem p. 50.

⁴⁵ Ibidem. p. 54-55

⁴⁶ Ibidem. p. 55

⁴⁷ Ibidem. p.57

tradicionalis e políticas paternalistas, além de ser mais fácil para trabalhadores do Estado conseguirem conquistas trabalhistas, visto que a lógica do lucro atrelada mais ao setor privado que, por sua vez, era mais duro em ceder as reivindicações dos trabalhadores.⁴⁸

A menor explosividade dos trabalhadores do Rio de Janeiro se daria pela disputa étnica no interior da organização, na qual uma minoria estrangeira disputa espaço com a maioria nacional tendentes ao paternalismo ou à conciliação⁴⁹. Ou seja, seja para legitimar um comportamento mais direto e agressivo ou um mais passivo, seja para uma explosão maior ou menor da classe operária, Fausto levanta a questão da composição étnica e regional da classe operária para justificar um ou outro.

Mais recentemente os historiadores têm contestado essa divisão, a exemplo do artigo pioneiro de Maria Cecília Velasco e Cruz,⁵⁰ sobre a combatividade sindical de trabalhadores negros e, mais recentemente, de Leonardo Pereira, mostrando a importância de estratégias comunitárias e de lazer na organização política dos trabalhadores negros.⁵¹ Além disso, Marcelo Badaró Mattos mostrou as raízes e conexões do movimento operário no Rio de Janeiro às lutas dos trabalhadores escravizados e libertos.⁵²

Como mostrou Ana Flávia Magalhães Pinto, Vicente De Souza, advogado e jornalista negro, dedicou-se à organização da luta política no Brasil e a partir de sua experiência participou de importantes organizações operárias, dentre as quais destacamos o Centro das Classes Operárias do Rio de Janeiro⁵³, responsável pelas greves de 1903 e 1904 na Capital⁵⁴.

Este não é o único exemplo de atuação de Vicente de Souza em conflitos envolvendo os trabalhadores e os patrões na Primeira República. Depois de uma longa trajetória baseada na organização de partidos socialistas e nas tentativas de se eleger no cenário do novo regime

⁴⁸ FAUSTO, Boris. Correntes organizativas e seu campo de incidência. IN _____: Trabalho Urbano e Conflito social (1890 - 1920). Companhia das Letras, 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 58-59

⁴⁹Ibidem. p. 120

⁵⁰ CRUZ, Maria Cecília Velasco e; Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. Salvador: Revista Afro-Ásia, n. 24, 2000.

⁵¹ PEREIRA, L. A.M.; **A cidade que dança**: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933). Campinas, S.P.: Editora UNICAMP, 2022. Para um aprofundamento dessa discussão ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) 29, nº 59 (dezembro de 2016): 607-26. e POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016). Estudos Históricos. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 32, nº 66, p. 307 - 329, janeiro - abril 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/GPRJtpnRkDNbngvywDJ4k6R/?lang=pt>. Acesso: 04.JAN.2023.

⁵² MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e Livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro, Texto. 2008.

⁵³ PINTO, Ana Flávia Magalhães. “Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro”. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) 32, nº 66 (abril de 2019): 267-86. https://doi.org/10.1590/s2178-149420190001000013.p. 278.

⁵⁴ GOLDMACHER, Marcela A “Greve Geral” de 1903 - O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. 2009. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense / ICHF – Dep. de História. Niterói, 2009. p. 31.

político no Brasil, o militante socialista se empenhou na criação e organização de diversas entidades operárias cenário no qual passaria a ter destaque⁵⁵. Outro exemplo é o a intermediação de um acordo entre os funcionários da companhia de Gás e a diretoria, feita pelo líder do Centro das Classes Operárias, o supracitado Vicente de Souza.⁵⁶

Ou seja, para essa leitura desqualificadora dos trabalhadores nacionais, além da ausência da cor em pesquisas anteriores, havia a insistência em desconsiderar estratégias de negociação das organizações reformistas, parte importante no movimento operário.

Finalmente, o mito do imigrante combativo e organizado esbarrava principalmente na origem desse imigrante que, em grande maioria das vezes, vinha do campo com pouca ou nenhuma experiência política e, além disso, a diversidade cultural desses imigrantes era um fator muito mais de conflito do que de consenso entre os trabalhadores.⁵⁷ Com base nisso, podemos chegar à conclusão de que a formação, difusão e organização da classe operária não transcorre simplesmente de um fenômeno econômico⁵⁸ e tampouco se sustenta em uma base homogênea de caráter físico, étnico ou político⁵⁹.

Logo, a partir do exposto até aqui, localizo esta pesquisa como parte do acúmulo de produção de no campo da história social do trabalho que busca construir uma história “vista de baixo”, inspirada na produção da história social inglesa. Como afirmou Jim Sharpe, a construção de uma história alternativa a história que é contada pelos “grandes” ou pela perspectiva dos “vencedores”⁶⁰. Portanto, me proponho a compreender o processo de construção do Congresso de 1906, os conflitos e tensões que o permearam diante da diversidade de formas de organização dos trabalhadores e estratégias políticas dentro do movimento operário no período e como isto levou às resoluções que foram aprovadas.

Explicitada essa questão sobre o cenário de disputa no seio do movimento operário da Primeira República, cabe-nos interessar analisar a experiência da organização do 1º Congresso Operário Brasileiro realizado no início do século XX com um olhar voltado para a

⁵⁵ PINTO, Ana Flávia Magalhães. “Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro”. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) 32, nº 66 (abril de 2019): 267–86. <https://doi.org/10.1590/s2178-149420190001000013>.p. 275.

⁵⁶ GOLDMACHER, Marcela A “Greve Geral” de 1903 - O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. 2009. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense / ICHF – Dep. de História. Niterói, 2009. p. 59

⁵⁷ BATALHA, Cláudio Henrique M.; Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. p. 117 - 149. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo oligárquico: Da Proclamação da República à Revolução de 1930 - Primeira República (1889 - 1930)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018. p 120 – 121. NEGRO, Imperfeita ou refeita... op, cit.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ SHARPE, Jim. *A história Vista por baixo*. IN: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 40.

sua estruturação e execução propriamente dita. Deste modo o nosso objetivo aqui é investigar todo o processo de organização do congresso, desde as decisões sobre quem seriam os convidados ou não, passando pelas discussões envolvendo a preparação daquele evento até, finalmente os debates realizados pelos seus delegados naquele congresso e como e que entraram para a história da organização operária da Primeira República. Para isto, esta dissertação será dividida em três capítulos, da forma que será apresentada a seguir.

O primeiro capítulo terá como objetivo principal identificar a trajetória de organização do 1º Congresso Operário Brasileiro, compreendendo como ele se originou e como foi sendo organizado pelos trabalhadores a partir de sua idealização inicial. Além disto, pretende-se organizar a contribuição dos reformistas para a organização daquele que foi um congresso pautado para as associações de orientação de “resistência econômica”, conforme iremos ver detalhadamente no desenvolvimento do capítulo. A apresentação das organizações que foram convidadas e aceitaram estar presentes e as que não quiseram participar também é um elemento importante da construção do capítulo, que apresenta um quadro das respectivas organizações e seus delegados que estiveram presentes no 1º COB.

A partir dos dados levantados no capítulo anterior, o capítulo dois pretende analisar a trajetória de algumas e organizações operárias convidadas a participar do 1º Congresso Operário Brasileiro que tem o sindicalismo reformista como base de orientação dos seus associados e de sua direção. Também será analisada a trajetória, ainda que brevemente, de três nomes importantes do movimento operário, buscando analisar a sua atuação no meio sindical, suas ideias a respeito de estratégias e métodos de organização da classe trabalhadora, bem como evidenciar a notabilidade destes nomes para a construção do sindicalismo reformista e a sua importância para o cenário do movimento operário na Primeira República e consequentemente no Congresso Operário de 1906.

O terceiro e último capítulo vai apresentar uma abordagem a respeito da análise dos discursos dos delegados dentro das sessões do 1º Congresso Operário Brasileiro, buscando evidenciar os principais embates entre os delegados do sindicalismo reformista e dos adeptos à orientação contrária, do sindicalismo revolucionário. Além disso, pretende-se compreender, com base nas discussões dos delegados, os votos contrários e a favor das moções e resoluções finais do congresso, para analisar a hipótese da presença do sindicalismo reformista nesse congresso e como sua posição ficou marcada, mesmo que derrotada ao final.

Logo, ao longo desta pesquisa buscamos investigar a relevância dos delegados ligados ao sindicalismo reformista nos debates do 1º COB a respeito das possíveis estratégias a serem adotadas pelo movimento operário organizado.

Capítulo 1: Os trabalhadores organizados: em quanto tempo se constrói um congresso?

O caminho percorrido até a descoberta deste tema foi longo e árduo, de certo modo, uma vez que de início a proposta era apenas estudar os sindicatos e operários intitulados ou chamados de “amarelos” no século XX, até que me deparei com alguns trabalhos que versavam sobre o Congresso Operário de 1906 e suas resoluções, sobretudo as orientações tiradas ao final das sessões realizadas no Centro Galego, entre os dias 15 e 20 de abril de 1906.

O Congresso Operário de 1906 é amplamente discutido e pesquisado entre os historiadores do mundo do trabalho, sobretudo os impactos que suas resoluções trouxeram para a militância operária na Primeira República. Boa parte dessas resoluções fazem menção à organização dos trabalhadores através da luta econômica, recusando a luta política como alternativa aos problemas dos trabalhadores, adotando como estratégia de luta a ação direta dos trabalhadores⁶¹, sendo estas mais sindicalistas que revolucionárias⁶². Logo me deparei com os seguintes questionamentos: quem organizou esse Congresso? Quantas pessoas participaram? Quem elas representavam? O que eles discutiram de fato para chegar a estas conclusões? Havia de fato uma orientação ideológica hegemônica entre os participantes? E, sobretudo, onde eu iria encontrar resposta para essas perguntas?

Deste modo, pensar o associativismo tornou-se uma peça chave para compreender a lógica de organização do Congresso Operário de 1906 e também para compreender a pluralidade de atores por trás das mais diversas histórias de resistência e luta dos operários. Esse movimento foi fundamental para compreender o processo de composição deste Congresso, identificando a multiplicidade de associações e métodos encontrados pelos trabalhadores para trazerem respostas diretas ou indiretas às suas reivindicações diárias para a melhoria nas suas condições como trabalhadores dos mais diversos seguimentos do Brasil.

O processo de pensar o associativismo, como veremos mais detalhadamente a seguir, me permitiu encontrar a principal responsável pelas respostas que encontro ao longo dessa pesquisa: foi através da coluna intitulada **Vida Operária**, criada pelo *Correio da Manhã* no ano de 1902, que pude encontrar elementos que me permitissem responder parte destas perguntas de uma maneira mais completa, afinal, foi através desta coluna que pude encontrar boa parte das informações a respeito das organizações de trabalhadores nos primeiros anos

⁶¹ Podemos consultar melhor sobre esse debate no capítulo 3 desta dissertação.

⁶² TOLEDO, E. Introdução. IN _____. Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 2004. p. 27 – 73. p. 27.

republicanos. É neste espaço que se torna possível localizar publicações com temas como convocações para reuniões, atos políticos, greves, organização de eventos operários, eventos culturais, posse de diretorias das entidades, dentre outras atividades promovidas pelos sindicatos e organizações de trabalhadores.

Através deste canal nos deparamos com o elemento mais importante para a realização deste trabalho e para saciar a curiosidade levantada quando comecei a pensar sobre esta pesquisa: os diálogos e debates dos delegados enviados ao 1º Congresso Operário Brasileiro, bem como algumas publicações da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), informando sobre reuniões de organização do Congresso e posteriormente convidando entidades a participarem dele. Também na mesma coluna é possível encontrar um levantamento completo dos sindicatos/associações operárias que fizeram parte do Congresso, bem como seu local de origem/atuação, conforme poderemos ver mais à frente na tabela 1.

Mas, o que de fato é o *Correio da Manhã*? Como ele surge e em que contexto? Este foi um periódico fundado no dia 1º de junho de 1901, pelo advogado e jornalista Edmundo Bittencourt, que aproveitou parte do que sobrou do falecido jornal *A Imprensa*⁶³ para constituir o que viria a ser um dos periódicos mais importantes da primeira metade do século XX⁶⁴. É a partir da sua criação que encontro na imprensa do século passado uma preocupação em particular com a difusão de informações do meio operário nos veículos de grande imprensa. Apesar de ser possível encontrar notícias do mundo operário em outros jornais, foi o *Correio da Manhã* que dedicou um espaço exclusivo para a publicação destas informações, na coluna intitulada “Vida Operária”.

Uma das hipóteses para que isso ocorra é a posição de Edmundo Bittencourt expressada ao criar o Correio, em busca de uma amplitude maior dos leitores de seu jornal. Além disso, Bittencourt desejava que a sua folha fosse fruto de um trabalho coletivo de diversos atores que escreveriam nas páginas do *Correio da Manhã*, deixando-o com um caráter mais plural e diversificado de opiniões, ideias e formas de escrita⁶⁵. Havia também a posição declarada, ainda que indiretamente, de que o Correio teria um posicionamento político e para além do seu

⁶³ SODRÉ, Nelson Werneck, História da imprensa no Brasil. In._____. A grande Imprensa. 4ª ed. (atualizada) - Rio de Janeiro: Mauad, 1999.p. 287

⁶⁴ GARZONI, Lerice de Castro. Nós, em nome do povo, cujo direito defendemos: o “Correio da Manhã” e a campanha contra as carnes verdes em 1901. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM. Pag. 2

⁶⁵ GARZONI, Lerice de Castro. Disputas políticas e disputa por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898 - 1901). *Topoi*. V. 12, n. 22, jan. - jun. 2011, p. 158-177. p. 171

posicionamento, serviria entre outras coisas, como oposição ao governo do então Presidente da República, Campos Salles⁶⁶

A proposta de Edmundo se fez presente na primeira campanha em que o jornal cobria uma pauta popular, durante o combate contra o aumento dos preços das passagens dos bondes da Companhia São Cristóvão⁶⁷. As notícias encontradas no *Correio da Manhã* sobre o tema visavam contar a versão de um dos lados do corrido, quando ele escrevia, por exemplo, que:

Os assaltantes cercaram o carro e delicadamente pediram aos passageiros, entre os quais duas senhoras, que descesssem. Atendidos, tomaram as rédeas das mãos do cocheiro, soltaram os animais e viraram o carro. Seria de cerca de 30 homens o grupo. Num momento, derramaram querosene sobre o toldo e o assoalho e atearam fogo⁶⁸.

Tal forma de escrever sobre alguns conflitos do dia-a-dia do Rio de Janeiro em que se defendia, ou ao menos se mostrava uma certa intenção de estar ao lado dos populares, se refletiram diretamente no que o jornal publicaria depois sobre o movimento operário. O primeiro tema relacionado ao movimento operário aparece em uma das edições de 1902, quando o *Correio da Manhã* publica uma carta do Congresso Central União dos Operários no Brasil, que reivindicava ao Congresso Nacional uma legislação que regulamentasse as 8 horas de trabalho no Brasil⁶⁹.

Ao publicá-la para o amplo conhecimento do público, o *Correio* coloca suas páginas à disposição para que aqueles que desejassesem assiná-la assim o fizessem, publicando as assinaturas dos aderentes a cada dia em que se era publicado sobre a carta. Além disto, este documento, ao ser publicado na íntegra pelo periódico, demonstrava um vasto conhecimento dos operários sobre o bem-estar da classe e das necessidades de cada um no que diz respeito ao tempo de trabalho diário, como podemos ver em um dos trechos:

Considerando que os trabalhadores não dispõem pelo excesso das horas consagradas à produção, do tempo necessário para o seu cultivo intelectual; considerando que o mínimo dos salários obriga-os a ter diversos misteres das múltiplas profissões, filhos e mulheres, e, portanto, não lhes podem facilitar a frequência em escolas de letras, artes e ofícios; considerando que semelhante anomalia redundava no desperdício de forças, que só podem, no caso de serem aplicadas a fins que desvirtuam o caráter de um povo, viciando-lhe em mesmo caráter pela falta de cultivo⁷⁰

⁶⁶ GARZONI, Lerice de Castro. Disputas políticas e disputa por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898 - 1901). *Topoi*. V. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 158-177. p. 170

⁶⁷ Cf. Carlos Eduardo LEAL. *Correio da Manhã*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁶⁸ GARZONI, Lerice de Castro. Nós, em nome do povo, cujo direito defendemos: o “Correio da Manhã” e a campanha contra as carnes verdes em 1901. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM. p. 2. Apud: *Correio da Manhã*, 16/06/1901, página 1.

⁶⁹ *Correio da Manhã – Edição 346 – 25 de maio de 1902* pag. 2

⁷⁰ *Correio da Manhã – Edição 346 – 25 de maio de 1902* pag. 2

Levando em consideração essa questão, podemos ver que os trabalhadores que elaboraram a carta ao Congresso Nacional, possuíam uma preocupação ampla com a classe trabalhadora em relação aos baixos salários, às múltiplas jornadas de trabalho e por último, mas não menos importante, o tempo livre para o estudo do operariado.

Por fim, o *Correio* publica, ao final da carta, as reivindicações concretas que são pedidas pelos trabalhadores ao Congresso Nacional, sendo elas:

- 1º - A regulamentação do dia normal do trabalho deve ser fixada em 8 horas.
- 2º - Elaboração de uma lei que especifique as responsabilidades dos industriais e dos patrões, quando ao seu serviço forem inutilizados os trabalhadores, a exemplo do que acontece na Espanha e outros países europeus.
- 3º - Aprovação do projeto do ilustre cidadão deputado Dr. João Baptista Sampaio Ferraz, que manda considerar feriado o dia 1º de maio - data do trabalho⁷¹

Todas as considerações citadas até esse momento foram para embasar e justificar as três solicitações dos operários, que foram publicadas no *Correio da Manhã* com as devidas assinaturas dos presentes neste congresso. Assim, segundo a folha, a carta seguiu encaminhada para o Congresso Nacional para ser apreciada pelos ilustres deputados representantes dos cidadãos brasileiros. Após apresentação destes três pontos, a reunião deste congresso, segundo o *Correio*, continuou discutindo outras pautas. Não é objetivo deste trabalho apresentar na íntegra, mas cabe citar, que o debate acerca do 1º de maio, vai ser relembrado mais à frente, precisamente no capítulo 3, uma vez que ele será rediscutido no 1º Congresso Operário Brasileiro, de 1906, que é o tema central deste trabalho.

Mas por que foi importante citar o caso da publicação da carta deste congresso operário reivindicando, entre outras coisas, as oito horas de trabalho? Este caso é para elucidar o interesse em utilizar o *Correio* como fonte principal para o desenvolvimento desta dissertação, afinal, esta seria a primeira vez em que o periódico cita um assunto diretamente ligado ao movimento operário, dando, de certo modo, apoio à movimentação destes trabalhadores. Afinal, no extremo da carta publicada noticia-se que “(...) Amanhã será exposta no escritório da nossa folha a mensagem, à disposição dos operários que a queiram assinar”⁷². A partir deste dia, nas edições seguintes do jornal, relembra-se aos leitores que eles podem assinar a carta que se encontra em sua sede.

É importante conceber que o produto final do jornal acaba sendo fruto de uma relação de duas partes, sendo uma o corpo editorial oficial da folha - seus donos, editores, escritores e demais colaboradores - e, de outro lado, o leitor que consome o que é noticiado neste jornal. Deste modo, este trecho serve não apenas para elucidar o que já fora supracitado, mas também

⁷¹ Correio da Manhã – Edição 346 – 25 de maio de 1902 pag. 2

⁷² Correio da Manhã – Edição 346 – 25 de maio de 1902 pag. 2

para mostrar o início de uma relação que influencia a veiculação do conteúdo, sobretudo compreendendo que essa relação acaba fazendo com que o público leitor vire um agente indireto da produção dos informativos⁷³.

Isso se dá por que pode haver uma relação de interesse entre as duas partes na veiculação das notícias, ou seja, entre o público que se espera atingir com a notícia e o jornal em si, explicado diretamente na relação de confiabilidade da notícia que será passada através de um órgão com demasiada credibilidade. Tomamos como empréstimo para elucidar isso, o caso que Leonardo Pereira cita a respeito dos clubes dançantes em relação a outros temas importantes aos trabalhadores, como movimento operário, futebol, jogo do bicho e outros, que evidenciam uma relação entre os jornais empresariais – que é o caso do *Correio da Manhã* – com o universo cultural destes trabalhadores de um modo geral⁷⁴.

Este é um ponto fundamental para compreendermos como o *Correio da Manhã* deu uma guinada em parte de sua editoração e passou, tempos depois, a dedicar um espaço exclusivo para veiculação de notícias operárias. Se por um lado os grupos de trabalhadores se aproximavam dos grandes jornais para garantir prestígio e legitimidade⁷⁵, talvez aproximar-se dos trabalhadores – e de certo modo, das pautas mais populares – pode ter sido uma estratégia do *Correio da Manhã* para prosperar enquanto um grande meio de comunicação na cidade do Rio de Janeiro. Afinal, em junho de 1902 o jornal instaura como permanente uma coluna dedicada exclusivamente para a veiculação de notícias do cotidiano operário, intitulada **Vida Operária**.

Pode-se aferir que a este espaço específico dentro do *Correio da Manhã* é dada demasiada importância, pelo fato de que a publicação referente à nova coluna do periódico encontrar-se logo na segunda página da edição 357, publicada no dia 6 de junho de 1902. Nesta publicação feita pelo corpo editorial da folha, lia-se o seguinte:

O "Correio da Manhã", a quem a classe operária distinguiu, tornando-o intermediário da sua mensagem abre hoje esta nova secção, indo assim ao encontro de seus desejos. Na "Vida Operária" poderão publicar artigos todos os operários, sendo nela também registrado tudo o que disser respeito à laboriosa classe.⁷⁶

Ao dia seguinte a esta publicação a coluna **Vida Operária** já se encontrava fixada na segunda página do *Correio*, informando que havia recebido textos de dois operários, Antônio M. Pegado Tavares e Manoel de Almeida Anastácio, mas que apenas publicaria o referido texto

⁷³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "NEGOCIAÇÕES IMPRESSAS: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República". *História* (São Paulo) 35, nº 0 (2016). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/WtS867DVMvyQgSsGRzY6s9z>>. Acesso: 01. mar. 2023. p. 22.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Correio da Manhã - edição 357 - 6 de junho de 1902 pag. 2

na edição seguinte, optando então por dar espaço para a adesão dos trabalhadores de Macaé à carta que o Congresso Central União dos Operários no Brasil iria dirigir ao Congresso Nacional⁷⁷. Deste modo, apenas em um dia de abertura da coluna exclusiva para os operários publicarem, o *Correio da Manhã* já havia encontrado adeptos à sua ideia, e atendido ao desejo destes em publicar seus textos nas páginas da folha.

O texto do operário Antônio M. Pegado Tavares⁷⁸ tinha como objetivo agradecer o espaço que Edmundo Bittencourt, então redator chefe do *Correio da Manhã*, havia disponibilizado para os operários. Entre outras coisas, o operário reconhecia que a imprensa diária era o principal meio de comunicação para que os operários pudessem utilizar como meio de propaganda para as suas reivindicações, além de tecer diversos elogios à iniciativa do redator do *Correio da Manhã* em tomar tal iniciativa⁷⁹. Já nesta edição publicam-se algumas convocações para reuniões e atividades de entidades operárias, como a Sociedade de Classe União dos Marceneiros e a Liga dos Artistas Alfaiares que anuncia uma série de conferências de propaganda em sua sede.

Elucido essas questões acerca da publicação da coluna **Vida Operária** para ilustrar ao leitor que, apesar do jornal anunciar um objetivo popular, conforme escreveu Edmundo Bittencourt em sua primeira edição, é evidente também que havia uma relação de interesse entre a folha e a conquista de um novo público leitor. Para além disso, as publicações da coluna encontravam-se sempre na segunda ou na terceira página do jornal, o que pode ter feito parte de uma estratégia para que os leitores do meio operário, sobretudo representantes de entidades, enxergassem na folha um meio para veicular suas informações.

Desde então, a coluna **Vida Operária** se mantém publicando assuntos relacionadas ao cotidiano operário até pelo menos 1923, quando dá lugar a uma nova coluna intitulada “Correio Operário”⁸⁰. Segundo o editorial do *Correio da Manhã*, esta mudança foi realizada para ampliar a esfera de ação do jornal no que diz respeito a divulgação das informações a respeito do cotidiano operário, deixando ainda em aberto para alvitres e sugestões que fossem oportunos aos operários⁸¹.

⁷⁷ Correio da Manhã - edição 358 - 7 de junho de 1902 pag. 2

⁷⁸ Não foi possível encontrar, nos dados da pesquisa, mais informações referentes a Antônio M. Pegado Tavares, tampouco sobre Manoel de Almeida Anastácio, apenas que pertenciam ao Congresso Central União dos Operários no Brasil, conforme sinalizado no *Correio da Manhã* - edição 0359 - 8 de junho de 1902 pag. 2

⁷⁹ Correio da Manhã - edição 359 - 8 de junho de 1902 pag. 2

⁸⁰ Não foi possível, até a finalização deste trabalho, localizar exatamente quando a coluna “**Vida Operária**” dá Lugar a coluna “Correio Operário”, logo esta é uma aproximação devido a publicação encontrada nas páginas do Correio da Manhã que faz menção a substituição de uma coluna pela outra.

⁸¹ Correio da Manhã – Edição 8841 - Quinta feira - 24 de maio de 1923. p. 5.

Tendo em vista o período que o *Correio da Manhã* passou publicando sobre o cotidiano operário através da **Vida Operária**, passamos a utilizar suas publicações como a fonte principal para encontrar evidências que respondam questionamentos que guiam esta investigação: de que maneira se organizou o 1º Congresso Operário Brasileiro? Quais as entidades e representantes foram convocados e quem ficou de fora? Quais entidades estavam presentes e se fizeram representar? Quais eram as principais questões em debate e como ele foi construído? Quem eram os delegados e com quais argumentos defenderam suas posições? Buscaremos responder essas e outras indagações através das páginas do *Correio da Manhã*, ora com publicações sobre os ocorridos do movimento operário, ora com publicações de entidades operárias, de trabalhadores e demais organizações.

1.2 – Breve histórico do associativismo de trabalhadores no Brasil

Os trabalhadores brasileiros se organizam coletivamente desde meados do século XIX, ou até mesmo antes, ainda no tempo do império os trabalhadores livres, libertos ou escravizados, qualificados ou não, possuíam uma característica de organização coletiva para reivindicação de melhores condições de trabalho⁸². As organizações de trabalhadores livres, libertos e escravizados durante o império e posteriormente durante o advento da república tem sido amplamente pesquisado pelos historiadores do trabalho. Com diferentes abordagens, a historiografia tem ressaltado a importância de refletir sobre a influência das lutas dos trabalhadores escravizados na formação da classe trabalhadora no Brasil. Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes exploram a questão da origem das primeiras greves no Brasil, neste modo colocam em questão se a primeira greve registrada fora de fato a dos Tipógrafos em 1858, contrapondo tal fato com a existência de paralisações sistemáticas de segmentos e oficinas onde os trabalhadores eram todos negros escravizados, ou em locais que havia as duas formas de trabalho, o escravizado e o livre⁸³

No final da década de 1820, cativos, africanos livres e outros trabalhadores pararam a Fábrica de Pólvora Ipanema, controlada pela monarquia. Reivindicavam melhorias nas condições de trabalho, incluindo diárias e dieta alimentar. No Rio de Janeiro, em abril de 1833, um levante numa caldeiraria trouxe apreensão quando os escravos enfrentaram a força policial,

⁸² NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da "grève": as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 56-59, jun. 2013. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01. Mar. 20223. p. 57.

⁸³ NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da "grève": as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 56-59, jun. 2013. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01. Mar. 2023. p. 58.

sucedendo tiros e mortes⁸⁴. Esse trecho apresenta a tese de que as “greves” no Brasil começaram antes mesmo da chegada dos pensadores socialistas no Brasil, que para Cláudio Batalha, ocorre no final do século XIX, com o surgimento de diversos grupamentos socialistas e dos anarquistas, que chegam um pouco mais tarde, nos anos a partir dos anos 1890 “principalmente a partir de grupos de propaganda e periódicos”.⁸⁵

É importante recapitular que, as organizações de proteção dos trabalhadores se mantinham ativas ainda na primeira metade do século XIX, principalmente na figuração das irmandades de leigas⁸⁶ de ofícios, que adoravam a prática corporativa de proteção dos trabalhadores⁸⁷. Para Mônica Martins, em seu capítulo publicado em *Organizar e Proteger – trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX)*, as irmandades de ofício se estabeleceram como a primeira experiência de auxílio mútuo no Brasil, se caracterizando, principalmente, através da organização dos ofícios mecânicos (sapateiros, ferreiros, pedreiros e outros meios de trabalho manual), no caso do Rio de Janeiro⁸⁸.

Mesmo servindo como modelo para organização dos trabalhadores no início do século XIX e tendo como base para isto, principalmente, suas relações internas calçadas em um misto de cuidado, solidariedade e confiança na proteção mútua, as irmandades leigas possuíam conflitos e dificuldades internas. Não há intenção de aprofundar sobre as múltiplas nuances, conflitos, tampouco salientar todo debate acerca dos conflitos internos destas organizações, porém é importante citar que, por exemplo, no caso apresentado, os trabalhadores livres e libertos eram marcados por duas formas de proteção: as representadas pelas Santa Casas de Misericórdia e do outro lado as agremiações de trabalhadores⁸⁹.

Enquanto as primeiras representavam uma função de proteção e assistência aos trabalhadores, a segunda, vinculadas em muitos casos a bandeiras de ofícios, mantinham uma

⁸⁴ NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da "grève": as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. *Cienc. Cult.* São Paulo, v. 65, n. 2, p. 56-59, jun. 2013. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01. Mar. 2023. p. 57.

⁸⁵ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: ____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p. 21-37, p. 22-24.

⁸⁶ As irmandades leigas eram instituições que compostas por leigos, ou seja, por pessoas que não possuíam um conhecimento religioso o suficiente para ocupar uma posição maior na ordem hierárquica.

⁸⁷ MARTINS, Mônica. A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofícios no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. IN: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX)*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2014. p. 25 – 46. p.26.

⁸⁸ MARTINS, Mônica. A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofícios no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. IN: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX)*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2014. p. 25 – 46. p. 26-28.

⁸⁹ Ibidem. p.27.

relação entre eles, a coesão e também o vínculo com alguma irmandade⁹⁰. Deste modo, pode-se afirmar que as irmandades leigas, juntamente com as corporações de ofício desempenharam um papel fundamental no histórico do associativismo, uma vez que desempenharam uma ação de estímulo e dinamização das tensões sociais e no agrupamento dos trabalhadores de diferentes categorias em volta de um interesse em comum⁹¹.

Ao expor os casos de um pedreiro e um alfaiate, ambos participantes do movimento operário na Bahia, ambos com pensamentos semelhantes sobre a condição dos operários na Bahia e da importância da organização destes para a superação das injustiças e da exploração em que a classe trabalhadora se encontra, Castellucci nos fornece elementos para constatar que o associativismo de trabalhadores é muito mais amplo e que contempla outras regiões além do Sudeste⁹². Além da questão regional sobre a organização dos trabalhadores, tais exemplos servem para evidenciar não somente a pluralidade geográfica da construção das organizações operárias, mas também a pluralidade racial da classe trabalhadora, visto que Castellucci preocupa-se em identificar a cor dos operários que toma como exemplo, como o pedreiro mestiço Domingos Silva⁹³ e o alfaiate negro Ismael Ribeiro dos Santos⁹⁴.

Deste modo, além de trabalharmos com a pluralidade de organizações, de regiões onde estes trabalhadores estão organizados, notamos também a grande diversidade étnico-racial compreendida nestas organizações. Ao apresentar os dois personagens que constroem seu texto, definindo Domingos como um trabalhador mestiço e Ismael como um trabalhador negro, Castellucci nos ajuda a enfrentar o “paradigma da ausência” apresentado por Álvaro Pereira Nascimento, evitando que a cor destes personagens que constroem de forma importante o movimento operário baiano, passe despercebida pelas suas páginas⁹⁵.

A ausência da questão relacionada a raça/cor dos trabalhadores no início do século XX, sobretudo nos estudos relacionados ao movimento operárioreforçaria uma determinada

⁹⁰ Ibidem. p. 28.

⁹¹ Ibidem.

⁹² CASTELLUCCI, Aldrin. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832 - 1882). IN: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2014. p. 47 – 82. p. 48.

⁹³ CASTELLUCCI, Aldrin. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832 - 1882). IN: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2014. p. 47 – 82. p. 49.

⁹⁴ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República. 262p. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia. 2008.

Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10549/1/Tese%20Aldrin%20Castellucci.pdf>>. Acesso: 26.Fev.2023. p. 46.

⁹⁵ CASTELLUCCI, Aldrin. Classe, cor e política na trajetória de Ismael Ribeiro dos Santos (1857-1931). IN: SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. SILVA, Paulo Santos (org.). Rastros biográficos: estudos de trajetórias. Salvador, Bahia. EDUNEB, 214. p. 199 - 258. p. 201.

superioridade cultural e racial de imigrantes que se encorparam no Sudeste e no Sul do país, apontando para uma uspostaa ausência do impacto da organização dos trabalhadores em outras regiões e, sobretudo, ignorando a diversidade étnica e racial destes personagens⁹⁶. Segundo Nascimento ainda que muitos trabalhos apontem a origem da classe trabalhadora brasileira sendo localizada no século XIX, poucos trabalhos se debruçaram profundamente sobre a questão das relações raciais na formação desta classe⁹⁷.

Em consonância com as contribuições apresentada acima, Popinigis e Terra localizam a preocupação sobre a ausência da inquietação sobre a raça/cor dos sujeitos históricos em dois pontos: enquanto Lara (1988) aponta a necessidade de voltar a segunda metade do século XIX para retomar essa preocupação, Nascimento (2016) sugere que este retorno deva ser feito a partir da Primeira República, ou seja, a partir do início do século XX⁹⁸. A partir do levantamento sobre os temas de pesquisa apresentados e publicados nos seminários e na Revista do Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho, da Associação Nacional dos de História (ANPUH), Popinigis e Terra conseguem sinalizar ao longo dos anos 2000, um crescente aumento nos trabalhos que buscam analisar as relações de trabalho através da história, ampliando a ideia de trabalhador e trabalhadora para além do trabalho livre, branco e assalariado⁹⁹.

Isto posto, compreendendo a questão relacionada pluralidade regional, racial e meios pelos quais a classe operária se organizou durante meados do século XIX e início do século XX, uma forma peculiar, mas bastante efetiva de organização de trabalhadores, sobretudo negros e pardos eram as associações dançantes no Rio de Janeiro. Esse era um importante foco de resistência de trabalhadores durante a primeira república realizando através do lazer, as suas respectivas afirmações de direitos e cidadania, assumindo um caráter amplo de atividades lúdicas e políticas, até mesmo em conjunto com as reivindicações operárias¹⁰⁰.

Dentro deste sentido, conseguimos localizar uma amplitude ainda maior das formas reivindicatórias dos trabalhadores, principalmente para os que não tiveram a sua cidadania e

⁹⁶ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) 29, nº 59 (dezembro de 2016): 607–626. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/vBTQbYFXtqwMXCHR6sfN7Q/>>. Acesso: 02. Mar. 2023. p.610.

⁹⁷ Ibidem. p. 613.

⁹⁸ POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 32, nº 66, p. 307 - 329, janeiro - abril 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/GPRJtpnRkDNbngvywDJ4k6R/?lang=pt>>>. Acesso: 04.JAN.2023. p. 310.

⁹⁹ POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 32, nº 66, p. 307 - 329, janeiro - abril 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/GPRJtpnRkDNbngvywDJ4k6R/?lang=pt>>>. Acesso: 04.JAN.2023. p. 219 – 321.

¹⁰⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881 - 1933)*. IN_____: No ritmo da cidadania. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2020. p. 227-280. p. 233.

seus direitos assegurados pelo regime republicano que se iniciara ao final do século XIX¹⁰¹. Além dos clubes de dança proporcionarem um espaço de lazer para seus associados, eles também representavam um espaço de resistência cultural e de ajuda mútua, estabelecendo entre seus sócios uma rede de apoio estabelecendo laços de proteção entre os membros para que assim pudessem enfrentar as dificuldades cotidianas pelas quais eles passavam¹⁰².

Tal amplitude de trabalhos e estudos sobre o movimento operário e a organização dos trabalhadores a partir de meados do século XIX ou até mesmo antes, nos permite enxergar a real dimensão que o mundo do trabalho apresentava e toda a complexidade que envolve as mais diversas formas de organização e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras. Isso é possível por conseguirmos pensar as associações de trabalhadores para além das associações de classe, causando uma discussão sobre as diversas modalidades de organização que se é possível enxergar no seio do associativismo dos trabalhadores brasileiros¹⁰³.

1.3 – Luz, câmera e o Congresso Operário de 1906?

O 1º COB foi realizado entre os dias 15 e 20 de abril de 1906, abrigado pelas instalações do Centro Galego, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Localizado na Rua da Constituição, nos números 31 e 32, o Centro Galego abrigou diversos eventos de cunho libertário, como peças teatrais, festas, festivais, conferências entre outras atividades que visavam, de alguma forma, dar suporte para algumas iniciativas operárias, como por exemplo a contribuição para produção de jornais operários, como aponta Eduardo Lamela¹⁰⁴.

O 1º COB reuniu certa de 43 delegados de várias partes do Brasil, representando 28 organizações operárias, como estivadores, ferroviários, mineradores, artistas entre outros integrantes dos mais amplos ofícios encontrados até então na cena do trabalho brasileiro. Pode-se resumir as realizações mais difundidas e estudadas do Congresso nas resoluções do mesmo, que aprovaram as pautas do sindicalismo revolucionário como estratégia de luta, deste modo compreendeu-se, entre outras coisas, a necessidade da neutralidade sindical em relação à

¹⁰¹ Ibidem. p. 236.

¹⁰² PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881 - 1933). IN ____: No ritmo da cidadania. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2020. p. 227-280. p. 236.

¹⁰³ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Associativismos e os mundos do trabalho - VI Seminário Internacional Mundos do Trabalho - Webinário. YouTube. Disponível em: <<https://youtu.be/6YdpeaQ8D24>>. Acesso em: 22.JAN.2022. Tempo de duração: 1:54:40.

¹⁰⁴ LAMELA, Eduardo Carracelas. Espaços de Sociabilidade e circularidade de ideias anarquistas no Rio de Janeiro da Primeira República. IN: XIII Encontro Estadual de História-ANPUH Rio.2008. Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos [...]. Rio de Janeiro, 2008. p. 1-11. Disponível em: <https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529346984_ARQUIVO_LamelaAnpuh2018.pdf>. Acesso: 02. mar. 2023. p.4.

política, o federalismo e a ação direta e a greve geral COMO programas adotados pelas associações operárias aderentes as propostas do referido congresso¹⁰⁵.

Além disto, o 1º Congresso Operário Brasileiro deliberou a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), que, segundo Edilene Toledo cita teria as seguintes bases:

- a) promover a união dos trabalhadores assalariados para defesa de seus interesses morais e materiais, econômicos e profissionais;
- b) estreitar laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando mais força e coesão aos seus esforços e reivindicações, tanto morais como materiais;
- c) estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se para isso de todos os meios de propaganda conhecidos (...);
- d) reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre o movimento operário e as condições em todo o país¹⁰⁶.

A COB seria composta de federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos, sindicatos isolados de onde não existam federações e, principalmente, somente os sindicatos que possuíam exclusivamente trabalhadores assalariados e que optassem pela resistência econômica podiam fazer parte¹⁰⁷.

Deste modo, estabelecer que a Confederação só aceitassem sindicatos que se orientassem pela luta econômica, significava determinar que as demais entidades que se organizassem de outras maneiras - sobretudo as mutualistas, socialistas e até mesmo as associações para o lazer, ficariam, caso quisessem aderir, de fora desta Confederação. Isso é encontrado diretamente em uma das resoluções a respeito das regras da COB, dita da seguinte forma:

(...) o congresso aconselha o operariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política, especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral¹⁰⁸.

Deste modo, para além de compreender no que resultou do Congresso Operário de 1906, nota-se que uma tendência saiu vitoriosa ao final dos longos 6 dias de debate entre os 43 delegados das 28 organizações operárias: a tese do sindicalismo revolucionário. Essa vertente

¹⁰⁵ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: ____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37, p. 28-29.

¹⁰⁶ TOLEDO, E. Sorelli no Movimento Operário Paulista e brasileiro. IN _____. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, SP, 2004. p.75-107. p. 88.

¹⁰⁷ TOLEDO, E. Sorelli no Movimento Operário Paulista e brasileiro. IN _____. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, SP, 2004. p.75-107. p.89.

¹⁰⁸ Ibidem.

do movimento operário diferenciava-se do socialismo e do anarquismo – e tinha na Central Geral dos Trabalhadores (CGT) da França sua referência base de organização¹⁰⁹.

A estratégia do sindicalismo revolucionário era semelhante à dos anarquistas, porém, esta concepção de organização dos trabalhadores pautava o sindicato como principal instrumento de luta da classe trabalhadora, defendendo métodos para a conquista de vantagens a curto prazo através da ação direta ou de greves¹¹⁰. Logo, a estratégia adotada pelas resoluções do 1º Congresso Operário Brasileiro (1906) faz coro diretamente com as bases do sindicalismo revolucionário orientando, inclusive, a criação da Federação Operária Brasileira e tendo a CGT francesa como modelo a ser seguido, fornecendo assim, as bases ideológicas para organizar e orientar os sindicatos e associações de trabalhadores que foram signatárias do 1º COB e da FOB.

Veremos, a seguir como se deram a idealização e a organização do que ficou conhecido como Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1906.

1.4 – Dois congressos duas ideias.

No final do ano de 1905, houve a convocação de um Congresso Operário, idealizado pela União Operária do Engenho de Dentro, cuja intenção seria organizar os trabalhadores, sobretudo discutindo pautas relacionadas a orientações reformistas. Tal ideia foi sustentada pelo então presidente da associação, Antônio Augusto Pinto Machado, até o final de fevereiro do ano seguinte, quando publica na coluna **Vida Operária**, a quem possa interessar, que estes deixariam de levar efeito a realização do Congresso Operário devido às constantes imitações que haviam surgido.

Tal alegação de Pinto Machado fazia referência a convocação do 1º Congresso da Federação Operária Regional Brasileira, convocado para cumprir, em partes, com o mesmo objetivo que o Congresso de Pinto Machado: o de organizar a classe trabalhadora, mas com divergências teóricas e práticas em relação à proposta colocada pela UOED e seu presidente. Desde modo, as divergências ideológicas sobre qual seria o melhor método de organização e orientação dos trabalhadores tem início antes mesmo dos embates encontrados durante do 1º Congresso Operário Brasileiro, tendo estes embates, possivelmente, se originado nesta discussão sobre sua organização.

¹⁰⁹ Ibidem. p. 90.

¹¹⁰ Ibidem p. 89.

A União Operária do Engenho de Dentro (UOED) foi criada em 1899, no Rio de Janeiro, então capital federal, e compreendia entre seus associados diversas categorias de trabalhadores, cabendo destaque para ferroviários empregados das oficinas do Engenho de Dentro da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Seu objetivo principal era a defesa e a união dos operários e proletários, podendo assim socorrê-los de forma individual¹¹¹.

Esta associação demonstra relativa importância por conta do seu papel de destaque na cena do movimento operário na primeira república, visto que conseguia aglutinar uma série de conquistas e idealizações para o presente e o futuro dos seus associados. Destaca-se, por exemplo, a conquista da redução da jornada de trabalho realizada pela União Operária do Engenho de Dentro para os seus associados, além da criação de escolas primárias e o planejamento de construção de casas e vilas operárias a serem alugadas a seus associados por preços abaixo do mercado, naquele momento¹¹². Deste modo, esta organização de trabalhadores buscava, além de auxiliar seus associados, sanar alguns dos problemas que os assolavam naquele período, como o analfabetismo e a ausência de moradia para os operários.

Um personagem importante desta história que também cabe ser apresentado, é Antônio Augusto Pinto Machado, presidente da União Operária do Engenho de Dentro entre os anos de 1903 e 1909, quando é substituído por Miguel de Paes Barreto¹¹³. Machado era operário tecelão, gráfico, repórter e jornalista e atuou nas fábricas de tecido em Deodoro e na Tijuca no Rio de Janeiro, iniciando sua atuação no movimento operário em 1901 na organização dos tecelões, ajudando então a reorganizar a União Operária do Engenho de Dentro. Ele foi responsável pelo envio da moção ao presidente da república e aos congressistas que garantiu a redução de 10 para 9 horas da jornada de trabalho na Estrada de Ferro Central do Brasil em ?¹¹⁴.

Antônio Augusto Pinto Machado é quem planta a semente sobre a realização de um Congresso Operário no Rio de Janeiro. Num belo dia de Natal ele encaminha sua publicação ao *Correio da Manhã*, presenteando o cenário do movimento operário do Rio de Janeiro com uma circular convidando todas as associações operárias para a realização de um Congresso Operário. A ideia deste congresso, por sinal, já haviam aderido, segundo afirmou, por outras organizações operárias, como o “Centro Artístico Cearense, de Fortaleza, Ceará; Junta

¹¹¹ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 280.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 280. p. 130 – 131.

¹¹⁴ Ibidem.

Auxiliadora dos Operários, de Vila Nova de Lima, Minas Gerais; União Operária Alagoana, de Maceió e por fim, a União Operária de Curvelo, Minas Gerais¹¹⁵.

De certo modo, tal iniciativa tomada pelo presidente da União dos Operários do Engenho de Dentro demonstra um poder de articulação política que ele possuía a nível nacional, uma vez que havia, por intermédio de sua função de liderança do movimento operário no Rio de Janeiro, conseguido articular uma rede de entidades de classe para, juntos, discutirem e debaterem sobre os temas comuns aos operários não apenas do Rio de Janeiro, mas contemplando as múltiplas realidades do Brasil. Para a UOED e, consequentemente, Pinto Machado, o Congresso a ser convocado por essa publicação tinha a necessidade de organizar os operários de forma sólida e refletir sobre alguns pontos, que estão elencados na circular de convite:

(...) As bases são as seguintes:

- a) Só poderão tomar parte no congresso as socialistas, ficando proibido elementos revolucionários;
- b) resolver sobre uma só lei em todas as associações que se fizerem representar;
- c) Criar uma sede central no Rio de Janeiro, que deverá ter o título de “União Geral dos Trabalhadores no Brasil”, ou outro que for escolhido;
- d) escolher se o operário deve ser ou não político e qual a política aceitar;
- e) criar um asilo de inválidos no trabalho;
- f) criar um jornal socialista diário;
- g) criar colônias agrícolas e cooperativas, de trabalho e consumo¹¹⁶

O primeiro item das bases do Congresso proposto pela União Operária do Engenho de Dentro não por acaso define que “só poderão tomar parte no congresso as socialistas, ficando proibido elementos revolucionários”. Inicialmente, portanto, Pinto Machado e a UOED desejavam a realização de um congresso operário com as bases socialistas, excluindo as organizações de orientação revolucionária, deixando de fora assim os anarquistas e os adeptos do sindicalismo revolucionário.

A ideia partida de Pinto Machado ganhou apoio de outras entidades, não ficando restrita apenas à União Operária do Engenho dentro. Na mesma publicação em que é idealizado e convocado congresso, cita-se a adesão de três entidades operárias de outros estados, como a Junta Auxiliadora dos Operários, de Vila Nova de Lima, Minas Gerais e outra, que se faria presente futuramente no 1º COB, o Centro Artístico Cearense, de Fortaleza, Ceará. Isso exemplificava que, a princípio, a ideia da realização de um congresso amplo, porém restrito aos socialistas, havia sido aceita por setores do movimento operário.

¹¹⁵ Correio da manhã – Edição 1628 – 25 de dezembro de 1905;

¹¹⁶ Correio da manhã – Edição 1628 – 25 de dezembro de 1905;

Porém, o cenário político da época contava com uma disputa política ideológica entre os operários reformistas e/ou socialistas e os operários adeptos do sindicalismo revolucionário e/ou os anarquistas. Neste cenário os socialistas acreditavam que a utilização dos meios políticos era a principal forma de assegurar suas lutas e seus direitos como trabalhadores, sobretudo organizando-se através de partidos políticos para que, ao disputar as eleições conseguissem espaço dentro da política para encampar suas lutas e conquistar seus direitos.

Encontramos elementos da prática do socialismo dentro da União dos Operários do Engenho de Dentro utilizando-se destes e de outros métodos para conquistar os seus direitos e benefícios trabalhistas junto ao Estado. Como por exemplo, o que Pinto Machado exibe com tanto orgulho - a conquista da redução da jornada de trabalho de 10 para 8 horas¹¹⁷. Além disto, também há a organização do Partido Operário Independente, que faz reuniões constantes na sede da UOED¹¹⁸.

Apesar de ter tido uma vida curta nesse período (de 1905 a 1906) o Partido Operário Independente deixava clara a sua posição política favorável ao diálogo e contrária à qualquer ação que não dialogasse com a legalidade de seus movimentos, endereçando uma carta a Rodrigues Alves elogiando as obras realizadas na capital, afirmado que assim o presidente cuidava indiretamente dos trabalhadores.¹¹⁹ Além deste elogio, o Partido endereça uma carta a um desembargador de justiça afirmado os cunhos pacíficos desta organização¹²⁰. Finalmente também é publicada uma carta no *Correio da Manhã*, elogiando tanto a folha por sua cobertura sobre as questões operárias, como também o prefeito da cidade por suas atuações em relação à habitação dos trabalhadores da cidade:

A brilhante defesa que o correio da manhã tem feito em prol da construção de casas nas zonas fabris é um serviço de tanta magnitude que nenhum operário pode, sem incorrer numa clamorosa injustiça, deixar de sentir-se satisfeito e agradecido (...). É sem dúvida alguma resultado desta defesa, a iniciativa do Dr. Pereira Passos adquirindo terrenos precisos e mandando neles construir os primeiros grupos de habitação operária (...). Que imitem o Sr. Pereira Passos os outros poderes, são os

¹¹⁷ As oito horas de trabalho foram conquistadas pelo movimento organizado pela União Operária do Engenho de Dentro através de uma deliberação da E. F. Central do Brasil e entrou em vigor no dia 5 de fevereiro de 1904. (*Correio da manhã*, edição 00969 - 6 de fevereiro de 1904. p. 3.). Que foi defendida na Câmara através do Deputado Federal Américo Albuquerque, conforme agradecido pela União Operária do Engenho de Dentro ao referido deputado em novembro de 1903. (*Correio da Manhã*, edição 00897 - 25 de dezembro de 1903, p. 2.

¹¹⁸ *Correio da Manhã*, edição 1733 de 10 de abril de 1906.

¹¹⁹ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 231 – 232.

¹²⁰ *Ibidem*.

desejos daqueles, que de acordo com a lei e como partes integrantes da comunhão humana, reclamam o que lhes pertence.¹²¹

Dentro dessa lógica, a estratégia de luta dos operários estava dividida já que os anarquistas e os sindicalistas revolucionários acreditavam em outros métodos de conquista dos direitos para os operários.

A materialização do sindicalismo revolucionário no Brasil se dá a partir da criação da Federação das Associações de Classe, surgida como fruto das constantes greves organizadas no início do século XX, sob influência principalmente da Liga dos Artistas Alfaiates, que posteriormente irá dar origem a Federação Operária Regional Brasileira entre os anos de 1905 e 1906¹²², responsável por convocar e organizar o Congresso Operário de 1906. Talvez seja por este motivo que, posteriormente, haveria o que Pinto Machado chamaria de “imitações” do Congresso Operário que ele havia proposto anteriormente, o que ele se refere claramente em sua opinião em uma publicação onde, em nome da UOED, ele diz:

(...) A União Operária do Engenho de Dentro comunica, a quem possa interessar, que devido as imitações surgidas e não havendo coesão de ideias, atualmente entre o operariado do Rio de Janeiro, deixa de levar a efeito o Congresso Operário em 1 de maio, como havia sido resolvido. Fica assim aguardando que a necessidade do operariado levante a classe e leve a seguir o caminho que os há de levar a emancipação.¹²³

Talvez a intenção exposta por Pinto Machado ao convocar um congresso operário socialista fosse o de união de um certo grupo de trabalhadores e militantes do movimento operário simpáticos ao seu método de agir e pensar em relação aos meios de libertação dos trabalhadores. Porém a partir do momento que uma tentativa de Congresso Operário Nacional fosse realizada, dando a este um caráter estritamente socialista, as demais correntes ideológicas do movimento operário, excluídas de sua proposta, se movimentassem em outro sentido.

Cabe relembrar, ainda que brevemente, que a tentativa do presidente da UOED de realizar um congresso socialista não era inédita, como também a realização de congressos operários não era uma exclusividade do Rio de Janeiro. Antes desta idealização, foram realizados dois congressos operários, porém com pouca expressão, sendo estes chamados de congressos socialistas, foram realizados em 1892 e 1902 respectivamente¹²⁴. A baixa significação destes congressos no meio operário pode ser atribuída à diversidade de pensamentos e ideologias dentro do seio do movimento operário reformista da época, o que

¹²¹ Correio da Manhã – Edição 1727 – 04 de abril de 1906;

¹²² BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p.220

¹²³ Correio da manhã – Edição 1687 – 23 de fevereiro de 1906. p. 4.

¹²⁴ RODRIGUES, José Albertino. Desenvolvimento do Sindicalismo no Brasil. IN_____. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 3 – 46.

dificultou em muito o consenso entre os delegados presentes no congresso, além de outras divergências como as com os imigrantes que davam, por vezes, maior preferência às questões de envolvendo seus países de origem¹²⁵.

Mesmo ao não contar com a convocação de outro Congresso Operário com os moldes semelhantes ao idealizado por ele, Pinto Machado não abandonava totalmente a ideia de participar de um congresso, porém para que tal fato acontecesse, segundo ele mesmo, o operariado deveria apresentar uma “coesão de ideias” e por isso aguardaria que a “necessidade do operariado levantasse a classe”¹²⁶.

De acordo com as publicações da coluna **Vida Operária**, cuja redação é atribuída aos membros dirigentes da Federação Operária Regional Brasileira, o convite para adesão ao 1º Congresso Operário Regional Brasileiro foi expedido através de uma circular encaminhada às mais diversas organizações operárias de todo o Brasil. A comissão organizadora do congresso contava com membros das entidades que compunham a federação operária, como Luiz Magrassi, Manuel F. Moreira e Alfredo Vasques¹²⁷, que eram responsáveis por organizar e dar corpo às diversas proposições enviadas para discussão no Congresso. As entidades convidadas, por sua vez, deveriam manifestar publicamente a participação ou adesão ao referido congresso.

A primeira organização que responde o convite publicamente através do *Correio da Manhã* aparece logo abaixo da publicação em que a União Operaria do Engenho de Dentro desiste da organização de seu Congresso é a Liga das Artes Gráficas, que convoca seus associados para uma reunião com o objetivo de tratar sobre a realização do 1º Congresso Operário Regional Brasileiro.¹²⁸ Segue-se a ela o Centro dos Operários Marmoristas, que publica um aviso de assembleia geral para tratar da organização de um congresso operário sob iniciativa da Federação Operária Regional Brasileira, convocando, inclusive, todos os associados para comparecerem e discutirem sua participação neste evento.¹²⁹

Deste modo, encontra-se efetivamente ao menos o pensamento de duas entidades em aderir ao congresso convocado pela FORB, em contraponto ao congresso convocado pela UOED, colocando em xeque este último. A trilha de vestígios que se encontra nas publicações da coluna **Vida Operária** do Correio da Manhã, indica uma coisa interessante: o Congresso Regional Operário Brasileiro precisou de um bom tempo para ser devidamente organizado e

¹²⁵ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: ____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37, p. 22.

¹²⁶ Correio da manhã – Edição 01687 – 23 de fevereiro de 1906. p. 4

¹²⁷ RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil. IN ____: O primeiro congresso brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Edições Mundo Livre LTDA, 1979. p. 95 - 120. p. 100.

¹²⁸ Correio da manhã – Edição 1687 – 23 de fevereiro de 1906;;

¹²⁹ Correio da Manhã - Edição 01693 – 1 de março de 1906.

contou com várias reuniões da comissão organizadora figurada pela Federação Operária Regional Brasileira.

1.5 – Em quanto tempo se prepara um Congresso?

A primeira reunião efetiva de organização do Congresso é realizada na rua Senhor dos Passos, número 82, local onde, segundo o *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*, localizava-se a sede da Federação Operária Regional Brasileira em 1906¹³⁰. Inicialmente são convocados os membros do conselho federal da referida entidade para uma reunião às 13 horas e posteriormente a convocação é estendida a todas as associações operárias que foram convidadas para tomar parte no referido congresso:

As 3 horas da tarde, será levada a efeito, no referido local, a reunião das associações operárias convidadas a tomar parte no 1 congresso operário Regional da Federação, a celebrar-se em abril próximo. Esta Reunião será o início das preparatórias, e, como consta da circular enviada as associações daqui e dos diversos Estados, devem ser apresentados os temas que julgaremos de conveniente discussão no aludido congresso¹³¹

Pode-se considerar que, a partir deste momento, o Congresso Operário convocado pela Federação Operária torna-se uma realidade concreta, tanto para seus organizadores, quanto para os trabalhadores e entidades operárias que, aos poucos, irão aderindo à sua realização. Tanto que, poucos dias depois de ter tomado como encerrada a ideia de realizar um Congresso Operário, Pinto Machado e a União Operária do Engenho de Dentro passam a aderir ao 1º Congresso Operário Regional Brasileiro, afirmado que a “(...) associação aderiu ao Congresso Operário Regional Brasileiro, que deve realizar-se nesta capital a 15 de abril.”¹³²

O aceno realizado pela UOED em aderir ao congresso da Federação Regional Operária Brasileira desperta duas teorias possíveis sobre o que tenha motivado o presidente Pinto Machado a optar por este caminho. Teria a proposta contemplado o que ele havia criticado quando desistiu do Congresso Socialista, ou seja, esta proposta haveria conseguido conceber a coesão de ideias dos operários do Rio de Janeiro e das demais regiões? Ou será que Pinto Machado enxergou na participação dos socialistas no congresso convocado pelos então adeptos do sindicalismo revolucionário como uma oportunidade de expor, defender e quem sabe convencer os demais trabalhadores dos ideais reformistas?

Buscaremos responder a essa pergunta ao menos em parte no capítulo 3, quando observarmos os embates que ocorreram dentro do Congresso e as discussões entre os respectivos delegados, incluindo Pinto Machado, defensor assíduo do socialismo e da estratégia

¹³⁰ Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), Edição A00063- 1906.

¹³¹ Correio da Manhã – Edição 01696 – 4 de março de 1906.

¹³² Correio da Manhã, Edição 01698 – 6 de março de 1906.

reformista de luta dos operários. Mas o importante neste momento é destacar que, por algum motivo, os socialistas resolveram participar de um Congresso que se contrapôs à ideia deles de organização operária e isso irá gerar um saldo extremamente positivo para o movimento operário, uma vez que será durante o 1º COB que o choque de ideias irá finalmente se materializar de uma forma acirrada.

O caminho percorrido da convocação para a preparação de um Congresso para a Federação Operária Regional Brasileira até a realização concreta deste foi de pouco mais de 1 mês, para ser mais exato, 1 mês e 11 dias de preparação, visto que comissão iniciaria os trabalhos no dia 4 de março e o referido evento se iniciaria dia 15 do mês seguinte. Neste ínterim, pode-se acompanhar um constante trabalho de preparação do Congresso, em reuniões convocadas de forma constante pela Federação e também, como notamos, com o exemplo da UOED, a adesão de forma presencial ou o apoio de outras entidades do movimento operário ao Congresso.

A partir da primeira reunião realizada no dia 4 de março, constitui-se uma comissão organizadora, responsável, principalmente, por trabalhar junto à federação atuando com plenos poderes para a preparação do 1º Congresso Regional Operário Brasileiro que, a partir daí, passou a fazer reuniões periódicas para tratar dos assuntos relacionados ao respectivo congresso. A comissão organizadora principal, como já citado anteriormente, era composta por Luiz Magrassi, Manuel F. Moreira, Antônio da Silva Barão, Arnaldo de Carvalho, Alfredo Vasques e Antônio Domingues¹³³, que se reuniu pelo menos oito vezes antes da data de realização do Congresso, sempre alertando nas páginas do Correio da Manhã sobre o dia, horário e local destas reuniões.

Todas as reuniões tinham como objetivo principal preparar o Congresso Operário, o que se dava através de alguns temas de discussão importantes para a funcionalidade deste, como as circulares de orientação, o convite às entidades operárias escolhidas para participar e também o pedido de envio de pautas para que pudessem ser discutidas nas sessões do Congresso. Deste modo, pouco mais de um mês foi o suficiente para organizar a estrutura financeira, através de quotas de participação das entidades convidadas, e para definir a pauta do debate e sobre os prazos para a adesão ao congresso.

Ao passar dos dias, as entidades iriam confirmando a presença ou recusando o convite feito pela federação para que participassem do Congresso. Observa-se que algumas das entidades que confirmaram presença acabaram por não enviar o seu delegado para representá-

¹³³ RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil. IN ____: O primeiro congresso brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Edições Mundo Livre LTDA, 1979. p. 95 - 120. p. 100.

las no Congresso, como é o caso do Centro das Classes Operárias do Estado de Minas Gerais, com sede em Juiz de Fora. Segundo a Federação Operária Regional Brasileira em publicação no *Correio da Manhã*¹³⁴, a respectiva entidade confirmou sua presença no congresso, porém, não há menção sobre um representante enviado por eles a ata de credenciados do evento.

Além das entidades que confirmaram presença no Congresso e não apareceram, entre as entidades credenciadas a tomar parte nos trabalhos há casos daquelas que recusaram fazer-se representar no referido evento, como é o caso da Associação dos Marinheiros Remadores, que mesmo sendo filiada à Federação das Associações de Classe desde 1905¹³⁵, informava por meio de ofício que não iria se fazer representar no futuro congresso, sem nenhuma justificativa, aparente.¹³⁶

Num outro extremo, há casos de entidades que haviam negado o convite, mas que mudaram de ideia, como é o caso da União Operária de Ribeirão Preto que, tendo informado a Federação através de ofício que não poderia participar, enviaria mais tarde um telegrama confirmando a participação de seus representantes no Congresso.¹³⁷

Existem outros casos mais complexos, como o dos delegados que representavam mais de uma entidade operária, como é o caso do presidente da União Operária do Engenho de Dentro, Pinto Machado, que por vezes aparece nas publicações como representante de 3 entidades diferentes: da própria em que é presidente, do Centro Artístico Cearense e também da Liga Operária de Campinas. Conforme nota da UOED:

Esta associação será representada no “Congresso Operário Regional Brasileiro” pelos consócios **Benjamin Moysés Prins** e **José Roberto Vieira de Melo**.

O presidente desta associação, operário Pinto Machado, com o companheiro **Benjamin Prins**, também representarão no mesmo Congresso, o Centro Artístico Cearense.

Pinto Machado ainda é delegado da Liga Operária de Campinas.¹³⁸

Esta é uma questão que virá a se tornar um problema apenas com o início do Congresso, no qual, na primeira sessão, serão apresentadas as credencias dos respectivos delegados e definido a metodologia de ação destes durante as sessões. Após uma breve resistência define-se que cada delegado poderá representar e votar apenas por uma entidade, sendo permitida a delegação da representação à outra pessoa que estivesse presente no Congresso¹³⁹.

¹³⁴ Correio da manhã – Edição 01732 – 9 de abril de 1906;

¹³⁵ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p.220

¹³⁶ Correio da Manhã – Edição 01703 – 11 de março de 1906;

¹³⁷ Correio da Manhã – Edição 01726 – 3 de abril de 1906;

¹³⁸ Correio da Manhã – Edição 01735 – 12 de abril de 1906;

¹³⁹ Correio da Manhã – Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

Aqueles que optassem por não nomear um procurador de outra entidade poderiam manter-se com suas respectivas representações, porém com direito a apenas um voto. Pinto Machado opta por manter-se como representante da União Operária do Engenho de Dentro, abrindo mão da representação do Centro Artístico Cearense, em favor de representar apenas a UOED.¹⁴⁰ Já os demais não são citados sobre suas escolhas, logo, pode-se presumir que optaram por manterem-se representando mais de uma entidade, mas com apenas um voto. Este é o caso de Alfredo Vasques que se credencia enquanto delegado da Liga Operária de Campinas e também da Liga dos Alfaiates da capital, mas não há menção em sua escolha por apenas uma das entidades¹⁴¹.

Ainda durante os dias de preparação do Congresso, a única entidade que publica nas páginas do *Correio da Manhã* as suas propostas de pontos a serem discutidos no Congresso Operário de 1906 é a União Operária do Engenho de Dentro, que mantém a sua linha de política reformista e de luta política a propor dentre outros temas o de “Se o operário deve ser político e como”¹⁴². Talvez com o objetivo ou não de causar uma tensão sobre as divergências ideológicas e organizativas no Congresso Operário, as propostas colocadas pela UOED dialogavam diretamente com o que a entidade acreditava ser o melhor caminho para a conquista de melhorias de condições de trabalho dos operários na época. Suas propostas buscavam a atenuação das mazelas sofridas por eles no exercício de suas funções. Destacavam-se a preocupação em legislar sobre os acidentes de trabalho, culpando diretamente o capital por este e auxiliando os acidentados e em organizar os operários de ofícios diferentes e de regiões diferentes da cidade. Por conseguinte, discutia-se se deveria haver socorro mútuo nas entidades operárias.¹⁴³

Não foi possível, até o momento desta pesquisa, encontrar nas publicações do *Correio da Manhã*, entre os meses de fevereiro e abril de 1906, outras publicações que evidenciassem as propostas colocadas pelas demais organizações operárias convidadas a tomar parte no Congresso Regional Operário Brasileiro. Tais propostas só foram encontradas na publicação que antecede o início das sessões, no dia 14 de abril de 1906, quando o Correio apresenta a organização das pautas por títulos, cada qual devidamente identificada com a entidade que havia proposto a discussão a sua discussão.

¹⁴⁰ Correio da Manhã – Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

¹⁴¹ Correio da Manhã – Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

¹⁴² Correio da Manhã – Edição 01712 – 18 de março de 1906;

¹⁴³ Correio da Manhã – Edição 01712 – 18 de março de 1906;

A circular assinada por Alfredo Vasques, anarquista então secretário da federação (e que viria a ser delegado da Liga dos Alfaiates do Rio de Janeiro e da Liga Operária de Campinas no Congresso)¹⁴⁴, era dirigida aos operários de um modo geral, reforçando o convite para o comparecimento dos trabalhadores às sessões do Congresso. Tal circular, publicada em abril dias antes do início das sessões, demonstra o caráter combativo que os organizadores queriam dar ao Congresso ao ressaltar a importância da massa dos trabalhadores em comparecer para “que conheçam as deliberações tomadas pelos delegados todos operários e, por conseguinte, guiados unicamente pela aspiração de libertar o trabalho do monopólio capitalista”¹⁴⁵.

Deste modo, ainda que existissem pautas indicadas para o congresso que dialogassem com as propostas reformistas, os organizadores mantinham ainda o espírito “revolucionário” do congresso. Na mesma circular, esse caráter se evidencia ainda por sugerir que ninguém poderá conquistar as melhorias que o operariado tanto necessita além dele mesmo, ou seja, que ninguém poderá por ele fazer¹⁴⁶. Finalizando a circular, Vasques convida os trabalhadores a tomarem parte no 1º Congresso Operário Regional Brasileiro, em solidariedade àqueles que estariam organizando e participando de forma ativa da realização do respectivo congresso¹⁴⁷.

Assim, entra-se na fase dos preparativos finais para a realização do Congresso, com quase todas as adesões das entidades encaminhadas através de ofícios à Federação. A União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros é a última entidade que a publicação do *Correio da Manhã* confirma para o dia 15 de abril, informando que esta enviaria dois delegados ao Congresso¹⁴⁸. Os prazos para as adesões das entidades convidadas se encerraram no dia 10 de abril. A partir disto, as entidades que confirmaram presença e que depois credenciaram seus respectivos delegados e representantes no dia de abertura dos trabalhos do 1º Congresso Operário Regional Brasileiro foram as seguintes, conforme indicam a tabela 1, com as respectivas entidades, sua localização e seus delegados:

Tabela 1 – Relação das Organizações presentes e seus respectivos delegados

Entidade	Estado/Cidade	Delegados
----------	---------------	-----------

Congresso União dos Pedreiros	Rio de Janeiro, Capital	Antônio Silva Barão e Marcelino da Costa Ramos
--------------------------------------	-------------------------	--

¹⁴⁴ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 167.

¹⁴⁵ RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil. IN ____: O primeiro congresso brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Edições Mundo Livre LTDA, 1979. p. 95 - 120.p. 100.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil. IN ____: O primeiro congresso brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Edições Mundo Livre LTDA, 1979. p. 95 - 120. p. 100.

¹⁴⁸ Correio da Manhã – Edição 01735 – 12 de abril de 1906.

Liga das Artes Gráficas, da Capital	Rio de Janeiro, Capital	Luiz Magrassi e Motta Assumpção
Centro artístico Cearense de Fortaleza	Fortaleza, Ceará	Benjamin Prins e Antônio Pinto Machado
União dos trabalhadores gráficos	São Paulo	Eduardo Vassuno e Augusto dos Santos Altro
Centro Protetor dos operários de Pernambuco	Pernambuco	José Hermes de Olinda Costa
Associação dos Trabalhadores em Carvão e Mineral	Rio de Janeiro, Capital	Belizário Ferreira de Souza e Firmino Rodrigues Allonso;
Centro dos Operários Marmoristas	Rio de Janeiro, Capital	José de Souza Azevedo e João Arzua dos Santos.
União dos Operários Estivadores	Rio de Janeiro, Capital	Manoel dos Santos Valença e Manoel Ignácio de Araújo
União Operária do Engenho de Dentro	Rio de Janeiro, Capital	Benjamim Moysés Prins e José Roberto Vieira de Mello.
União dos Correiros e Artes Correlativas	Rio de Janeiro, Capital	Felix Alexandre Pinto e Auto Navarro Negreiros
Centro dos Empregados em Ferrovias	Rio de Janeiro, Capital	Domingues Gomes Sobrinho e Francisco Camillo Soares
Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros, Capital	Rio de Janeiro, Capital	José Arnaldo de Carvalho e Antônio Pires G. Sola
Associação de Classe União dos Manipuladores em tabaco	Rio de Janeiro, Capital	Melchior Pereira Cardoso, J. Sarmento e Mariano Garcia
Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café.	Rio de Janeiro, Capital	Anselmo Rosa e Francisco Chagas.
União dos Artistas Sapateiros (União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros)	Rio de Janeiro, Capital	Célio de Britto e Victorino Pereira.
União dos Carpinteiros e Artes Correlativas	Rio de Janeiro, Capital	João Benevenuto e Manoel dos Passos Nascimento Bahia
Liga Operária de Campinas	São Paulo, Campinas	Alfredo Vasques e Antônio Augusto do Amaral Chaves.
Liga Operária Italiana	Rio de Janeiro, Capital	Pietro Bernabucci e Silvio Pazzaglia
União Operária de Ribeirão Preto	São Paulo, Ribeirão Preto	Manoel Ferreira Moreira e Arnaldo José de Carvalho
Centro dos Operários do Jardim Botânico	Rio de Janeiro, Capital	Albino Moreira e Antônio Domingues
Liga dos Artistas Alfaiates	Rio de Janeiro, Capital	João A., Cândido Costa e Alfredo Vasques.
Federação Operária de São Paulo	São Paulo	Fernando Frejeiro, Manuel Domingues de Almeida, Giulio Sorelli, Edgard Leuenroth, Ulysses Martins, Caralampio Trillas, Carlos Dias, Manoel Moscoso, Fernando Bondad e José Sarmento Marques;

Na tabela¹⁴⁹ acima podemos encontrar as organizações que confirmaram presença durante os preparativos e convites do Congresso, porém existem outras, que apesar de confirmar

¹⁴⁹ Essa tabela foi criada com base na edição 01738 do Correio da Manhã, os dados que constam nela foram extraídos baseados no credenciamento e reconhecimento destas credenciais dos delegados presentes no Congresso. Algumas correções foram feitas tendo como referência o Dicionário do Movimento Operário – Rio de Janeiro do Século XIX aos anos 1920 – Militantes e organizações, da editora Perseu Abramo, de Claudio Batalha, 2009.

presença não compareceram, como é o caso das seguintes organizações: Sociedade da Classe dos Marceneiros, a Junta auxiliadora dos Operários de Vila Nova de Lima e o Centro Operário Fluminense. Estas, confirmaram presença junto com outras organizações, segundo aponta a Federação Operária Regional Brasileira em publicação no *Correio da Manhã*¹⁵⁰. As demais organizações citadas nesta publicação constam na tabela acima, uma vez que confirmaram sua presença e credenciaram seus delegados no dia do Congresso.

Além disso, há outras entidades que manifestaram apoio à realização do Congresso e enviaram telegramas com felicitações, como é o caso Confederação Auxiliadora Operária de do Estado de Minas; a Federacion Obrera, Argentina; o Congresso Operário de Belo Horizonte; a Federação Obrera de Buenos Aires e a *Confederation du Travail – Chateau D’Eu*¹⁵¹. Tais felicitações, enviadas por entidades de outras partes do mundo, demonstram a força não apenas nacional, mas internacional que este evento conseguiu reunir para ser palco do debate intenso entre as mais diversas formas de agir e de pensar sobre as ações do operariado brasileiro do início do século XX, conectado ao que circulava no contexto internacional¹⁵².

1.6 – Considerações finais sobre o capítulo

Até aqui foi possível elencar como o operariado brasileiro conseguiu, de certo modo, driblar as suas dificuldades locais para conseguir organizar-se nas mais diversas associações de trabalhadores com uma multiplicidade de funções atribuídas a elas e seus respectivos sócios. Neste capítulo buscamos seguir o fio das disputas e convergências no processo organizativo do que se tornaria o que ficou conhecido como o 1º. Congresso Operário Brasileiro de 1906, apresentando seus atores e as propostas iniciais que fomentaram a existência do evento.

Isto posto, consegue-se notar, através do esforço de reconstrução dos passos que originaram o 1º Congresso Regional Operário Brasileiro que a disputa entre os reformistas e os sindicalistas revolucionários pela melhor estratégia de organização do operariado pode ter sido um dos motivos para tamanha mobilização e repercussão que teve o referido Congresso. Como vimos o embate entre eles teve início antes mesmo dos trabalhos serem iniciados nas sessões do congresso.

¹⁵⁰ Correio da Manhã – Edição 01714 – 22 de março de 1906;

¹⁵¹ RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil. IN _____: O primeiro congresso brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Edições Mundo Livre LTDA, 1979. p. 95 - 120. p. 120.

¹⁵² A exemplo da internacionalização deste movimento, está a sua inspiração na Central Geral dos Trabalhadores (CGT) da França. A única organização sindicalista revolucionária que possuía hegemonia real, ou seja, todos os sindicalistas agiam sob a ideia do sindicalismo revolucionário e ela era a central sindical mais importante da França que congregava em suas bases a autonomia do sindicato e a ação direta dos sindicalistas.

O choque de ideias entre os adeptos do reformismo e os adeptos da ação direta podem ser encontradas já durante a transição do Império para a Primeira República, onde de um lado encontravam-se o grupo de trabalhadores que acreditava nas suas reivindicações através da luta política e pacífica e que, por sua vez, acreditavam que as outras formas de reivindicação, como as greves, eram prejudiciais a classe trabalhadora¹⁵³. Deste modo, os Partidos Operários possuíam, de certo modo, uma dupla função ao organizar os trabalhadores: a primeira era fornecer uma ferramenta para que estes fossem enxergados como parte da sociedade e a segunda era prepará-los para adotar uma estratégia de luta a longo prazo para alcançar de fato as suas reivindicações, sobretudo através da concepção de uma legislação que protegesse os interesses dos trabalhadores¹⁵⁴. Neste sentido, os líderes do Partido Operário tinham como principal inspiração política o Partido Socialista Alemão, que havia conquistado ao final do século XIX, uma vitória eleitoral no parlamento do referido país, levando alguns deputados socialistas a ocuparem a tribuna¹⁵⁵.

Porém, os embates com os revolucionários surgem de forma mais efetiva a partir do momento em que uma decepção com a estratégia reformista é nutrida no interior da classe operária não apenas brasileira, mas em todo o mundo devido às suas pouquíssimas conquistas práticas para os trabalhadores¹⁵⁶. Dado isto, os trabalhadores passaram a adotar novas estratégias de luta e organização, e, sobretudo, direcionar as organizações, conforme veremos ao final deste trabalho, aderentes ao Congresso Operário Brasileiro a se organizarem através da luta econômica e utilizarem-se da ação direta como mecanismo de obter conquistas trabalhistas a curto prazo.

No que trabalhamos até agora, evidencia-se claramente o antagonismo encontrado entre as propostas de organização dos trabalhadores: de um lado nos deparamos com a proposta de realização de um congresso com cunho socialista, convocado por Pinto Machado, presidente da União Operária do Engenho de Dentro, e em nome desta, buscando, entre outras coisas, organizar o operariado nacional tendo “(...) em vista organizar solidamente o operariado dos Estados, onde, em diversos, tem grande número de consócios;”¹⁵⁷. De outro lado, surge o que o referido presidente chamaria de imitação da sua ideia, um congresso operário organizado pela

¹⁵³ GOMES, Ângela de Castro Gomes. *República e Socialismo na Virada do Século. IN_____*. A invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV, 2005. p. 35-81. P. 50.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 48 – 50.

¹⁵⁵ Ibidem. p. 46.

¹⁵⁶ TOLEDO, E. Introdução. IN_____. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 27 – 73. P. 39-40.

¹⁵⁷ Correio da Manhã – Edição 01628 – 25 de dezembro de 1905 -

Federação Regional Operária Brasileira, que com clara influência do sindicalismo revolucionário, propõe datas e formas organizativas diferentes do primeiro¹⁵⁸.

A disputa permanece viva durante os dias que se sucederam à organização do Congresso, uma vez que os reformistas mantêm a sua postura de defesa da luta política, sobretudo fazendo com que as propostas de discussão que dialogassem neste sentido, como vimos anteriormente. Além disto, há uma demonstração de capacidade de organização política, sobretudo na figura de Antônio Pinto Machado e a da União dos Operários do Engenho de Dentro, que, além de aderirem ao congresso da Federação Regional Operária Brasileira, também demonstram que as organizações que eles consideram serem suas “coirmãs” e que estiveram juntos a ideia do congresso “socialista”, aderem conjuntamente a esta nova conferência, como é o caso do Centro Artístico Cearense, além de Pinto Machado ser colocado como delegado da Liga Operária de Campinas.¹⁵⁹

Finalmente, as informações apresentadas durante a construção deste capítulo fornecem elementos que comprovam que, além da disputa entre os dois campos políticos existirem diretamente antes do Congresso Operário de 1906, esta disputa é o que fomenta a idealização, organização e implementação de um congresso. Mesmo com as fronteiras sendo pouco claras e mais complicadas pelas controvérsias apontadas a partir dos rótulos que são apresentados aos dois movimentos¹⁶⁰, a polarização é evidente e reflete um amplo e complexo debate de organização dos trabalhadores posto em prática nesse movimento, mais especificamente em 1906.

O constante cenário de mobilização política pode ter sido o combustível para uma proposta de aglutinação dos trabalhadores, mas a tensão entre os reformistas e os revolucionários foi a faísca que incendiou o movimento operário em 1906. Esse incêndio acabou por revelar a organização daquele que viria a ser o Congresso mais citado durante os estudos relacionados ao movimento operário nacional na primeira década de 1900. Além disto, o Congresso viria a ser o trampolim para o desenvolvimento do pensamento e das propostas do sindicalismo revolucionário no Brasil, conforme consta nas resoluções do Congresso.

No próximo capítulo iremos analisar a trajetória de alguns delegados que foram escolhidos pelas suas organizações para representá-las no 1º Congresso Operário Brasileiro

¹⁵⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930 documentos. Alfa Ômega LTDA. São Paulo - SP. 1986. p. 41.

¹⁵⁹ Correio da Manhã – Edição 01735 – 12 de abril de 1906;

¹⁶⁰ BATALHA, Claudio. International Review of Social History, Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906-1920); Cambridge Vol. 62, p. 75-103 Dec 2018. p. 89.

dando enfoque maior em três personagens que tiveram a sua militância marcada pela militância em defesa do reformismo. Teremos como foco principal analisar as suas atuações no meio operário, suas ideias e métodos de organização da classe trabalhadora, bem como evidenciar a importância que estes nomes tiveram para a construção da ideologia reformista no movimento operário da Primeira República, além de confirmar a importância de suas ideias para o cenário político do movimento operário dentro do 1º COB.

Capítulo 2: O passo a passo da militância ou por onde andavam os delegados antes do congresso?

Apesar da necessidade avistada dos delegados presentes nas sessões do Congresso de nomeá-lo como 1º Congresso Operário Brasileiro por compreenderem que seriam aceitas entidades de todo o Brasil de acordo com o envio dos respectivos convites, não foi bem o que aconteceu na prática. Conforme podemos conferir na tabela com as entidades operárias que participaram de fato do Congresso com seus respectivos delegados credenciados que constam no capítulo 1 desta dissertação, o Congresso permanecia muito mais regionalizado do que os delegados sugeriram durante a alteração de seu nome.

Isto se dá, em partes, porque grande parte das organizações operárias de outras regiões do Brasil, apesar de confirmarem presença no Congresso, não puderam se fazer presentes por motivos de força maior¹⁶¹. Dentre estas organizações, apenas uma descreve com clareza o motivo pelo qual não conseguiu comparecer ao Congresso, que é o Círculo Socialista dos Obreiros de Caxias, do Estado do Piauí, que justifica a sua ausência com base no adoecimento em viagem.¹⁶² O delegado em questão se trata de Benedicto Saraiva da Cunha, que fazia parte de duas organizações, a já supracitada e também a Aliança Federativa dos Obreiros do Piauí que por sua vez, só enviaria um delegado se fosse a um Congresso Socialista, o que não aconteceu de fato.¹⁶³

Tabela 2: Organizações que confirmaram presença, mas não compareceram ao 1º COB.¹⁶⁴

Entidade	Estado/Cidade
Círculo Socialista dos Obreros de Caxias	Caxias, Piauí
União Operária do Rio Grande do Sul	Rio Grande, RS
Federação Socialista Baiana	Bahia

¹⁶¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930 documentos. Alfa Omega LTDA. São Paulo - SP. 1986. p.46

¹⁶² Ibidem

¹⁶³ JÚNIOR, Leônidas Freire Silva. **Subalternos Organizados: Mutualismo e os Trabalhadores no Meio-Norte (1900 - 1922)**. 124p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/2237.pdf>>. Acesso: 26. Fev. 2023. p. 77.

¹⁶⁴ Tabela feita conforme dados fornecidos por PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930 documentos. Alfa Ômega LTDA. São Paulo - SP. 1986. p. 46

Centro das Classes Operárias de Juiz de Fora	Juiz de Fora, Minas Gerais
Centro Operário de Campos	Campos, RJ
Sociedade Internacional dos Operários de Santos	Santos, São Paulo
União dos Trabalhadores Gráficos de Campinas	Campinas, São Paulo
União Operária Alagoana	Alagoas
União dos Maquinistas Terrestres da Capital Federal	Rio de Janeiro, RJ
Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais	Rio de Janeiro, RJ
União dos Recebedores em Ferro-Carris	Rio de Janeiro, RJ
Sociedade de Classe União dos Marceneiros	Rio de Janeiro, RJ
Sociedade protetora dos Operários Funileiros, bombeiros e Gasistas	Rio de Janeiro, RJ
Centro Internacional dos Pintores	Rio de Janeiro, RJ
Centro Operário Fluminense de Niterói	Niterói, RJ

Até o momento da pesquisa, não consegui localizar a motivação para a ausência destas organizações, mas conforme o que podemos avaliar na tabela acima, 15 entidades operárias que haviam se comprometido a participar do 1º COB, mas não compareceram. A presença almejada dessas entidades poderia ter dado ao Congresso um caráter mais plural, menos regionalizado e renderia aos reformistas uma base maior para defesa das suas pautas, já que ao menos duas destas organizações possuíam viés socialista e ou reformistas, como o Círculo Socialista dos Obreiros de Caxias e o Centro Operário de Campos que possuía influência do Centro do Partido Operário (CPO).¹⁶⁵

Deste modo, a considerável maioria das entidades operárias que se fizeram presentes concentravam-se na região sudeste do Brasil, sendo a maioria absoluta de organizações localizadas no Rio de Janeiro, até então, Capital Federal do país. Houve

¹⁶⁵ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República. 262p. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia. 2008. Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10549/1/Tese%20Aldrin%20Castellucci.pdf>>. Acesso: 26. Fev. 2023. p. 46

representação de outras partes do país, porém apenas duas entidades oriundas do nordeste brasileiro – uma do Ceará e uma de Pernambuco – e um total de quatro entidades vindas de São Paulo, contra 17 entidades localizadas no estado do Rio de Janeiro.

Talvez o que pudesse fornecer um volume maior para a representação paulista no 1º COB era que a principal entidade representada no Congresso, a Federação Operária de São Paulo (FOSP), contava com dezenas de sindicatos filiados a ela dentre eles:

Liga Operária da Construção Civil; União dos Artífices em Calçados; Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros; Sindicato dos Padeiros; União dos Canteiros de S. Paulo; União dos Operários em Fábricas de Chapéus; União dos Empregados da Light; Sindicato dos Operários em Ofícios Vários; União dos Ladrilheiros; Liga Operária da Água Branca e da Lapa; Liga Operária da Vila Anastácio”.¹⁶⁶

Como a FOSP enviou cerca de 10 delegados dos mais diversos ofícios ao Rio de Janeiro, pode-se acreditar que sua participação no Congresso propriamente dito foi de notória expressão, uma vez que dentre estes delegados estavam por exemplo, Giulio Sorelli, Edgar Leuenroth e Manoel Moscoso. Estes eram 3 importantes líderes do movimento anarquista no inicio do século XX, conforme veremos a seguir, e participaram dos debates acalourados nas sessões do 1º Congresso Operário Brasileiro, contrapondo as ideias dos reformistas.

Um caso curioso sobre a FOSP é que a mesma havia sido criada para superar o isolamento dos operários, com objetivo de fazer os trabalhadores de diferentes ofícios e filiados a diversas entidades interagirem entre si. Além disso, a FOSP era considerada uma federação dirigida por operários que se inspiravam, sobretudo, na doutrina do sindicalismo revolucionário, logo podemos localizar a Federação no campo contrário às ideias reformistas¹⁶⁷.

Além das entidades que compareceram ao Congresso, tivemos as que não compareceram, mas aderiram a ele, e talvez por isso a idealização de nomeá-lo como um congresso de expressão nacional. Dentre estas entidades estavam a União Operária do Rio Grande do Sul, o Centro das Classes operárias, de Juiz de Fora, a Sociedade Internacional dos Operários, de Santos¹⁶⁸ entre outras que não constam na ata de credenciamento das entidades, conforme foi citado anteriormente.

¹⁶⁶ Citação extraída do texto: SILVA, Rodrigo Rosa da. A federação Operária de São Paulo: Anarquistas e sindicalistas nos anos 1930. IN: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. Anais eletronicos. São Paulo, Junho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312754708_ARQUIVO_AFederacaoOperariadeSaoPauloRodrigoRosadaSilvaOK.pdf. Acesso em 22 dez. 2022.

¹⁶⁷ TOLEDO, E. Introdução. IN _____. Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP,

2004. p. 27 – 73. p.42

¹⁶⁸ RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil. IN _____. O primeiro congresso brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Edições Mundo Livre LTDA, 1979. p. 95 - 120. p.98

Deste modo, o 1º Congresso Operário Brasileiro, organizado pela Federação Regional Operária Brasileira, apesar de ser apresentado como um congresso nacional de operários, ficou bastante regionalizado, principalmente com as entidades localizadas na região sudeste do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. Se considerarmos a lista de entidades que aderiram ao Congresso por escrito através de ofícios que “chegaram de todas as partes do país”¹⁶⁹, pode-se dizer que era de fato um evento amplo e nacional, mas nem tanto pelos presentes durante as sessões¹⁷⁰.

Talvez pelo fato de o congresso ter ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, então capital federal, explique o porquê de a grande maioria das organizações de trabalhadores presentes serem oriundas do respectivo estado. Logo, mesmo com toda expressão nacional que o Congresso Operário de 1906 teve, sobretudo a partir da influência de suas resoluções e dos aderentes a ela, este foi um evento regionalizado, com pouca representatividade nacional e mais uma queda de braço entre as lideranças operárias de São Paulo e as lideranças operárias do Rio de Janeiro.

A expressividade das entidades operárias fluminenses e paulistas no Congresso precisam ser levadas em consideração não apenas pela questão regional, mas pela representatividade política que cada um dos estados apresentava na lógica do movimento operário brasileiro da época. Enquanto num deles figurava uma representatividade muito maior dos movimentos anarquistas e, consequentemente, do sindicalismo revolucionário, o outro estado representava grande parte das organizações reformistas.

O cenário político configura uma moeda com duas faces diferentes: de um lado, a Capital Federal (o Rio de Janeiro), apresentava delegados como Mariano Garcia, Pinto Machado e Melchior Pereira, que representavam diretamente a estratégia reformista, tanto na sua forma de pensar a política para o movimento operário, quanto na gestão de suas respectivas entidades; de outro lado encontramos os representantes de São Paulo, como por exemplo, Edgar Leuenroth, Giulio Sorelli, Luiz Magrassi e Manoel Moscoso, conforme já citados antes, que adotavam uma postura política alinhada com o anarquismo e com o sindicalismo revolucionário. São estes personagens que compõem diretamente o Congresso Operário de 1906 e dão coro para acirrada disputa de ideologias encontradas nas sessões que analisaremos no próximo capítulo. Porém, para compreender como funcionarão esses debates, nada mais

¹⁶⁹ RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil**. Rio de Janeiro, Edições Mundo Livre LTDA. 1979, p. 98

¹⁷⁰ Podemos conferir os delegados presentes nas sessões do Congresso de acordo com a Tabela 1 citada no capítulo anterior na qual consta todos os delegados que tomaram posse na sessão de abertura do Congresso.

justo do que apresentar um breve histórico da trajetória de luta destes que foram as personalidades mais notáveis durante os embates e as organizações que estes fizeram parte.

Ao serem convidadas para uma reunião que visava iniciar os trabalhos organizativos do Congresso Operário Regional Brasileiro pela Federação Regional Operária Brasileira¹⁷¹ as organizações que decidiram participar entram, em consequência, diretamente na organização do evento. As reuniões de preparação discutiam, entre outras coisas, a execução, as pautas, a metodologia ou até mesmo diretrizes do Congresso e os prazos para adesões, envio de pautas e pagamentos das quotas de participações das organizações que viriam participar de fato, além de isenção por parte de outras, como as do interior¹⁷².

Cada uma destas entidades operárias e destes líderes vão demonstrar a sua importância tanto para o cenário que compõe o Congresso Operário, quanto para o movimento operário regional (cada qual no seu estado) como até mesmo para o cenário nacional, como é o caso de alguns destes atores que viriam a provar que seus poderes de articulação política estariam além dos limites de suas organizações e de suas respectivas cidades.

O objetivo deste capítulo, portanto, é apresentar a trajetória de militância política e associativista e sindical dos principais nomes ligados às organizações reformistas que foram eleitos como delegados para o 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906. Compreender sua trajetória política, como foi dito antes, é fundamental para compreender as motivações que os levou a defender as ideias reformistas durante um Congresso, deste modo, será apresentada a trajetória de Antônio Augusto Pinto Machado, Mariano Garcia e Melchior Pereira Cardoso, os principais nomes do reformismo envolvidos no 1º COB.

2.2. Os personagens do Congresso: os sindicalistas revolucionários Giulio Sorelli, Edgar Leurenroth, Luiz Magrassi e Manoel Moscoso.

O sindicalismo revolucionário é uma concepção de organização da classe trabalhadora dentro do sindicato, que considerava que os sindicatos não deveriam ser nem socialistas, nem anarquistas e nem mesmo de outra tendência, mas que deveriam ser simplesmente operários.¹⁷³ Deste modo, haviam adeptos do sindicalismo revolucionário nos dois campo (tanto socialistas, quanto anarquistas) que, embora antagônicos, ajudaram a

¹⁷¹ Correio da Manhã – Edição 01696 – 4 de março de 1906;

¹⁷² Conforme aponta publicação na edição 01714 do Correio da Manhã,

¹⁷³ TOLEDO, E. A **formação Política de um militante**. IN_____. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, SP, 2004. p.21 - 41 p. 49.

construir o sindicalismo revolucionário levando a frente a ideia de organizar a classe trabalhadora “sem associar esta luta a qualquer partido ou tendência política”.¹⁷⁴

Porém existem alguns militantes que se destacaram mais na defesa árdua das pautas do sindicalismo revolucionário como concepção de organização das entidades dos trabalhadores, sobretudo nas sessões do 1º Congresso Operário Brasileiro. Este é o caso dos supracitados Giulio Sorelli, Edgar Leuenroth e Manoel Moscoso, que se figuram como os principais personagens a travar embates ideológicos com os reformistas durante as discussões dos temas do 1º COB, como veremos com detalhes no capítulo 3.

Giulio Sorelli foi um imigrante italiano que chegou a São Paulo em 1903 com sua família vindos da Itália, quando ele tinha apenas 15 anos de idade. Durante sua trajetória política, teve experiências no socialismo, com a participação no jornal socialista *Avanti!* Ao lado de Alceste de Ambris, um dos principais organizadores do sindicalismo revolucionário na Itália e também um propagandista ativo do Partido Socialista¹⁷⁵. Giulio Sorelli, então, vai de um jovem liberal, socialista até um grande nome do sindicalismo revolucionário, passando por uma acusação de “anarquista perigoso” que o tira de sua primeira função no movimento operário, o de secretário da sociedade de socorro mútuo: a Societá Fratellanza Italiana del Cambucy¹⁷⁶.

Deste modo, perpassando por diversas experiências de tendências políticas, o jovem militante foi da experiência socialista ajudando a formar um grupo socialista no Cambuci, onde atuava conjuntamente com anarquistas e sindicalistas de propaganda, fazendo-o ter influências libertárias parte do convívio com os anarquistas como Edgar Leuenroth.¹⁷⁷ Logo, Sorelli passa a caminhar ao lado das ideias libertárias defendidas pelos anarquistas, desenvolvendo um papel importante, sendo um dos mais ativos neste tipo de ação, de propagandista, contribuindo para diversos jornais anarquistas e entrando de vez para a luta sindical, sobretudo no interior de São Paulo.¹⁷⁸

A trajetória de Giulio Sorelli perpassou por diversas correntes e pensamentos políticos até desembocar no sindicalismo revolucionário, que foi difundido sobretudo no início

¹⁷⁴ Ibidem

¹⁷⁵ TOLEDO, E. **A formação Política de um militante.** IN_____. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, SP, 2004. p.21 - 41 p. 26-27

¹⁷⁶ TOLEDO, E. **A formação Política de um militante.** IN_____. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, SP, 2004. p.21 - 41 p. 29

¹⁷⁷ TOLEDO, E. **A formação Política de um militante.** IN_____. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, SP, 2004. p.21 - 41 p. 31-32

¹⁷⁸ TOLEDO, E. **A formação Política de um militante.** IN_____. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, SP, 2004. p.21 - 41 p. p. 39

do século XX e tornou-se ideia base da Federação Operária de São Paulo, onde Sorelli passou a integrar o quadro de militantes assumindo cargo de secretário da federação, onde desenvolveu diversos papéis importantes para construção do sindicalismo revolucionário.¹⁷⁹ Sorelli acaba sendo um dos representantes da Federação Operária de São Paulo, que representava seis sindicatos, no 1º Congresso Operário Brasileiro, onde defendeu as pautas do sindicalismo revolucionário durante os embates com os reformistas nas sessões do Congresso.

Outro nome importante para o sindicalismo revolucionário e o movimento anarco-sindical no Brasil é Edgar Leurenroth, que na ocasião do Congresso Operário Brasileiro representou também a Federação Operária de São Paulo, ao lado de Giulio Sorelli. Leurenroth foi um dos principais dirigentes anarquistas de São Paulo, atuando nos ofícios de tipógrafo, editor e jornalista, começando a trabalhar bem jovem a partir dos 10 anos de idade, sendo menino de escritório e caixeteiro até começar como tipógrafo nas Oficinas da Companhia Industrial.¹⁸⁰

Começou sua trajetória política frequentando reuniões do Círculo Socialista em 1903 aderindo ao anarquismo no ano seguinte sob influência do poeta Ricardo Gonçalves e desenvolveu um papel de importante propagandista editando diversos jornais de cunho anarquista onde teve parceria com Neno Vasco, outro importante nome no movimento anarquista no Brasil.¹⁸¹ Tendo sua principal região de atuação como o Estado de São Paulo, não deixou de organizar e participar do movimento operário em outras regiões, como é o caso de sua passagem pelo Rio de Janeiro, onde passou uma longa temporada atuando no movimento operário carioca de 1900 até 1910.¹⁸²

Sobre Luiz Magrassi e Manoel Moscoso, outros dois militantes anarquistas que defendem as pautas do sindicalismo revolucionário durante as sessões do 1º COB, existem poucas informações encontradas até o momento da pesquisa. Sabe-se que Luiz Magrassi foi um tipógrafo e jornalista que representou a Liga das Artes Gráficas do Rio de Janeiro no Congresso¹⁸³ e fez coro com Leurenroth, Sorelli na defesa das pautas relacionadas ao sindicalismo revolucionário, assim como Manoel Moscoso que é classificado como anarquista e fundador do jornal de mesma orientação intitulado *O Libertário* publicado no Rio de Janeiro

¹⁷⁹ TOLEDO, E. **Sorelli no Movimento Operário Paulista**. IN _____. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, SP, 2004. p.75-107 - 41 p. 75

¹⁸⁰ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 88-89.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 89.

¹⁸³ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 97

em 1904 e posteriormente se tornaria redator do *A Voz do Trabalhador*, jornal criado pela Confederação Operária Brasileira como parte das resoluções do 1º COB¹⁸⁴.

2.3 A ampliação da historiografia e os personagens do Congresso: os socialistas

O esforço de trazer alguns destes personagens ao centro do palco da história do movimento operário nada mais é do que dar nome, rostos, sobrenome, cor e apresentar que as transformações na sociedade ao longo dos anos não se deram a partir do nada, mas que existiram homens e mulheres que atuaram direta e indiretamente nestas transformações. Este esforço é espelhado no de Edward Palmer Thompson, que, ao tentar “(...) resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’”¹⁸⁵ busca colocá-los como sujeitos de sua história e parte integrante da construção do conhecimento histórico como parte da experiência dos trabalhadores que influenciaram diretamente nas transformações da sociedade¹⁸⁶.

Tal esforço torna-se possível graças ao desenvolvimento de pesquisas acerca das diversas pluralidades de formas organizativas dos trabalhadores e suas múltiplas identidades, que foram possibilitados a partir da crítica formulada por Lara (1988) sobre a ausência e/ou a exclusão de determinados grupos de trabalhadores da história do trabalho e a análise de NASCIMENTO (2016) sobre a deficiência da questão relacionada a raça/cor dos trabalhadores no início do século XX. Essa influência permite a ampliação sistemática dos campos de interpretação da história do movimento operário que permitiu, por exemplo, pensar as experiências dos trabalhadores de forma ampla¹⁸⁷.

Nessa mesma linha, segue-se o pensamento de que as amplitudes das questões feitas a história do trabalho devem ser enxergadas para além dos dirigentes da militância operária, buscando investigar o dia-a-dia daqueles que também não tem uma constante atuação no meio operário, sendo estes esquecidos atrás dos grandes sindicatos ou partidos políticos.¹⁸⁸ Embora estes consigam expressar boa parte da expressão do movimento operário, não podemos encarar a construção da classe operária, do movimento operário em si como um ciclo contínuo em uma

¹⁸⁴ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 109.

¹⁸⁵ THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Vol. I: a árvore da liberdade. 1ª edição [1987]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p.14

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 18.

¹⁸⁸ NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. Revista Tempo Social, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006. p. 222.

classe única, mas compõe-se em diversas maneiras de organizações de sujeitos históricos que atuam para além das organizações politizadas como as citadas. Isto é, entre outras coisas, olhar para aqueles trabalhadores que também evitavam os confrontos abertos, mas não deixavam de conseguir atingir suas reivindicações¹⁸⁹.

Para além da importância da ampliação dos estudos sobre as múltiplas organizações e maneiras de reivindicações dos trabalhadores no seio do Mundo do Trabalho, é exatamente necessário que se refaça uma ampliação destes questionamentos na questão racial dos trabalhadores.¹⁹⁰ A abordagem da sociedade escravagista, sobretudo no Rio de Janeiro, pode permitir que análises complexas sobre a integração população negra no “mercado de trabalho” se torne uma maneira de superar a ideia de uma classe trabalhadora figurada no atraso tecnológico, uma vez que a transição da mão de obra escravizada para a livre encontra elementos muito mais complexos nas relações de classe e trabalho do que se pode imaginar e não deve estar ausente das relações raciais¹⁹¹.

A partir do momento que os mais diversos panoramas possíveis são colocados em cena tendo como base parte das experiências dos trabalhadores. Se torna possível ampliar e encontrar novos caminhos para os debates acerca do movimento operário brasileiro, logo se abre caminho para investigar a trajetória, ainda que parcialmente, daqueles que desenvolveram o 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906.

Como mostraram TERRA e POPINIGIS, 2019 a história social do trabalho tem buscado essa ampliação investigando a multiplicidade e diversidade das experiências e estratégias de luta e organização de trabalhadores e trabalhadoras em temporalidade ampliada e suas diversas formas de dependência, coação e autonomia¹⁹².

A principal conclusão que esse levantamento traz para o debate é que, os estudos realizados permitiram que estes indivíduos fossem enxergados como agentes de sua própria história, admitindo abordagens mais complexas a respeito dos trabalhadores e suas lutas. Para além disto, fora permitido considerar os mais diversos assuntos envolvendo questões de raça e classe nos mundos do trabalho, por muito calçado na ideia de experiência destes sujeitos

¹⁸⁹ NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Revista Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006. p. 223

¹⁹⁰ NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Revista Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006. p. 225

¹⁹¹ NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Revista Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006. p. 225-227.

¹⁹² POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. “CLASSE, RAÇA E A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL (2001-2016)”. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) 32, nº 66 (abril de 2019): 307-28. p. 310.

históricos sendo válidas para a construção da realidade e da estrutura social em que se inserem em determinado momento

2.3 Pinto Machado e A União Operária do Engenho de Dentro

Apresentar aqueles que estavam do lado socialista da moeda antes, durante e também depois da realização do 1º Congresso Operário Brasileiro é completamente proposital neste trabalho e isto se dá por três motivos. De um modo geral, o primeiro motivo se dá por estes personagens serem tão pouco considerados no estudo referente ao 1º COB, em segundo lugar por não terem seu papel de organizadores e idealizadores do congresso devidamente reconhecidos e em terceiro, mas não menos importante, por suas contribuições na constituição do movimento operário naquele momento serem tão importantes e amplas quanto quaisquer outras contribuições feitas no período.

Para continuar no fio deste argumento, quero trazer em primeiro lugar uma parte da trajetória de Antônio Augusto Pinto Machado. Ele foi operário tecelão, gráfico, repórter e jornalista, além de Capitão da Guarda Nacional e suplente de delegado de Polícia¹⁹³. Iniciou sua militância política em 1901 na organização dos trabalhadores têxteis, mas se afastou em meados dos anos 1903 por conta da crescente influência dos anarquistas no setor têxtil. Posteriormente, ainda em 1903, tratou de auxiliar no processo de reorganização da União Operária do Engenho de Dentro, uma organização composta basicamente por trabalhadores do ramo ferroviário, na presidência da qual permaneceria até 1909 contribuindo para a ampliação significativa dos sócios¹⁹⁴.

Pinto Machado, ao longo de sua trajetória como militante político do meio operário, defendia o viés reformista, ou seja, acreditava que os trabalhadores poderiam alcançar suas reivindicações participando dos processos legais, apresentando candidatos nas eleições, por exemplo. Além disso, aceitava mediações de lideranças política de fora do movimento operário para negociar melhorias através de acordos com as autoridades legislativas e governamentais.

Como vimos no capítulo anterior, ele acreditava tanto nas ideias socialistas que parte dele a ideia de organização de um congresso operário mais amplo, com o intuito de reunir a classe operária de diversas regiões do país para juntos decidirem os melhores caminhos da organização dos trabalhadores. Isso se deu, principalmente, porque Pinto Machado acreditava

¹⁹³ BATALHA, Claudio Henrique de Moares. Verbete: “Sindicalismo amarelo”. In: Abreu, Alzira Alves de (org.). Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p. 130-131.

¹⁹⁴ FAUSTO, Boris. Correntes organizativas e seu campo de incidência. IN_____: Trabalho Urbano e Conflito social (1890 - 1920). Companhia das Letras, 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 49 - 104. p. 53.

que a eleição de candidatos reformistas era o melhor caminho para a conquista dos direitos dos trabalhadores¹⁹⁵ e defendia isso de forma aberta e ampla, conforme poderemos ver também no capítulo seguinte, onde apoiado por seus colegas, defende a luta política do operariado, elencando, inclusive, algumas conquistas dessa estratégia de luta.

Nas páginas do *Correio da Manhã*, encontramos exemplos da influência da União Operária do Engenho de Dentro na formação de novas entidades, conforme aponta publicação na coluna **Vida Operária**, assinada pela respectiva organização que diz:

Por iniciativa do sócio Raymundo Britto de Campos, foi fundado com 600 agremiados, na cidade de Caxias, Estado do Maranhão, o Círculo Socialista Federativo dos Operários de Caxias, que será aliado da União Operária do Engenho de Dentro.

Em breve, o mesmo operário fundará uma associação idêntica na cidade de Codó, do mesmo Estado, vai assim, a União Operária, pouco a pouco cumprindo a missão a que se destina, unir numa só forma de agir, o operariado do Brasil. Em Maceió, Teresina e outras cidades, já foram inauguradas as associações nesse sentido. ¹⁹⁶

Outro grande exemplo da amplitude de Pinto Machado na organização de entidades longínquas é o seu papel enquanto delegado, no 1º Congresso Operário Brasileiro, do Centro Artístico Cearense, do estado do Ceará, de cuja representação ele abre mão e passa a ser representante apenas da UOED¹⁹⁷

Não há como falar de Antônio Augusto Pinto Machado sem falar da União Operária do Engenho de Dentro, organização de cunho mutualista e sindical, localizada no Rio de Janeiro que ele ajudou a reconstruir em 1903 e a deixou em 1909. Foi sob sua presidência que a UOED esteve presente em diversos momentos históricos do movimento operário, como o próprio Congresso Operário de 1906¹⁹⁸.

A associação chegou a obter conquistas importantes para os seus trabalhadores, que em sua maioria faziam parte das oficinas do Engenho de Dentro da Estrada de Ferro Central do Brasil, como por exemplo, a redução da jornada de trabalho para 8 horas¹⁹⁹ tão bem explanada e defendida pelo seu presidente nos debates do Congresso de 1906²⁰⁰. Ao solicitar o registro da

¹⁹⁵ FAUSTO, Boris. Correntes organizativas e seu campo de incidência. IN_____: Trabalho Urbano e Conflito social (1890 - 1920). Companhia das Letras, 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 49 - 104. p. 53

¹⁹⁶ Correio Da Manhã – Edição 01716 – 4 de março de 1906, p. 6.

¹⁹⁷ Ver: “Capítulo 3: É no debate que a gente se encontra: as discussões e embates dos delegados do Congresso Operário de 1906.

¹⁹⁸ BATALHA, Claudio Henrique de Moares. Verbete: “Sindicalismo amarelo”. In: Abreu, Alzira Alves de (org.). Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p. 130-131.

¹⁹⁹ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 281.

²⁰⁰ Ver: “Capítulo 3: É no debate que a gente se encontra: as discussões e embates dos delegados do Congresso Operário de 1906.

entidade em 1904 as funções mutualistas desaparecem do estatuto da UEOD, dando lugar a uma caixa de resistência²⁰¹.

A União Operária do Engenho de Dentro aceitava qualquer trabalhador entre seus associados com a única condição de serem operários e serem maiores de 15 anos de idade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, sexo ou religião, talvez por isso chegou a ser uma das associações com o maior número de sócios no Rio de Janeiro²⁰².

A como quando a União Operária do Engenho de Dentro cedeu sua sede para as reuniões do Partido Operário Independente, quanto quando ambos se juntavam para tratar sobre o assunto da construção de casas para os operários, em publicação junto ao *Correio da Manhã*, que entre outras coisas diz:

(...) Ainda agora, a propósito de nossos editoriais sobre habitações operárias, a União Operária, órgão da União Operária do Engenho de Dentro e do Partido Operário Independente, publica o Artigo do Sr. V. De Mello, de que transcrevemos os tópicos seguintes: (...) A brilhante defesa que o valente Correio da Manhã tem feito em prol da construção de casas nas zonas fabris é um serviço de tanta magnitude que nenhum operário pode, sem incorrer numa clamorosa injustiça, deixar de sentir-se satisfeito e agradecido por tão grande obsequio. É sem dúvida algum resultado dessa defesa a iniciativa do dr. Pereira Passos, adquirindo os terrenos precisos e mandando neles construir os primeiros grupos de habitações operárias. Quem como eu conhece as tristíssimas condições em que se encontram centenas de operários, não tem o direito de ser indiferente a este estado de misérias humanas e ao modo porque os poderes públicos encaram os direitos do povo. (...).²⁰³

Uma publicação que demonstra a aproximação entre a União Operária do Engenho de Dentro através do seu periódico e o Partido Operário Independente, O Sr. Vieira de Melo citado no texto, viria a ser delegado da UOED no 1º Congresso Operário Brasileiro. Mas a situação na qual as duas organizações se juntam para apoiar, trata de uma longa campanha encampada pelo *Correio da Manhã* em prol da construção de moradias para os operários do centro.

Acredito que o agradecimento redigido pelo Sr. Vieira de Melo parabenizando o *Correio da Manhã* pela campanha e consequentemente o então prefeito Pereira Passos pela atitude que a respeito do problema de moradia dos operários²⁰⁴ faça referência ao decreto 1.042 de 18 de agosto de 1905. Este decreto permitiria que o então prefeito utilizasse as sobras dos

²⁰¹ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p.281.

²⁰² BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p. 281.

²⁰³ Correio da Manhã – Edição 1727 – 4 de abril de 1906. p.1

²⁰⁴ Correio da Manhã – Edição 1727 – 4 de abril de 1906. p.1

terrenos dos prédios obtidos com a abertura da Av. Salvador de Sá para a construção de casas para os operários, conforme indica Vale e Souza (2014). Segundo Souza, esta foi a primeira e única vez que houve a ideia de construção de alguma residência para operários no centro da cidade no período²⁰⁵.

A articulação com o Partido Operário Independente não era a única que a União Operária do Engenho de Dentro possuía. Entre seus associados estava a professora Elisa Scheid que atuava tanto na educação pública quanto na educação privada (particular), mas se destaca nessa situação por sua relação com a educação operária, atuando principalmente em conjunto com a União Operária do Engenho de Dentro²⁰⁶.

Sua contribuição com a educação dos operários foi o marco principal durante os tempos que passou associada a UOED, mas também deu coro as outras atividades da organização, como pode-se encontrar em uma das publicações no *Correio da Manhã*, onde se informa que a associação faria, em Barra do Piraí, uma conferência pública que seria presidida pela associada Elisa Scheid, com uma fala também de Pinto Machado, o presidente.²⁰⁷ A relação com a União Operária do Engenho de Dentro era tão intrínseca que esta criou as Escolas Operárias Elisa Scheid, em sua homenagem, que fornecia educação primária para os trabalhadores e seus filhos em períodos diurnos e noturnos²⁰⁸.

À vista disto, pode-se notar que a atuação da União Operária do Engenho de Dentro estava além de organizar o movimento operário para suas reivindicações mais diretas, mas tratava-se também de preocupar-se a educação dos trabalhadores envolvidos na organização e com suas condições de habitação. O programa original da organização, inclusive, tinha como objetivo a construção de casas para os seus associados, conforme indica Batalha (2000).

²⁰⁵ VALE, Vitor Hugo Chagas do. SOUZA, Juliana Moraes de. Cidadania e reformas urbanísticas no Rio de Janeiro: a guisa de introdução. IN: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014. Vitória. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro. p. 1-16. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404607871_ARQUIVO_CidadaniaeformasurbanisticasnoRiodeJaneiro.pdf>. Acesso: 03. Mar. 2023. p. 10.

²⁰⁶ RIZZINI, Irma; GOMES, Camilla Estevam Dantas e; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. “Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da estrada de ferro central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio De Janeiro, 1890 a 1910) ”. Revista HISTEDBR On-line 20 (8 de outubro de 2020): e020050. <https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8656567>. p.5.

²⁰⁷ Correio da Manhã – Edição 1688 – 24 de fevereiro de 1906.

²⁰⁸ RIZZINI, Irma; GOMES, Camilla Estevam Dantas e; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. “Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da estrada de ferro central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio De Janeiro, 1890 a 1910) ”. Revista HISTEDBR On-line 20 (8 de outubro de 2020): e020050. <https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8656567>. p. 5

2.4 Mariano Garcia e breve trajetória de um cigarreiro socialista

Mariano Garcia, nascido no Rio de Janeiro, trabalhador do ramo de cigarros e jornaleiro que, segundo suas palavras, foi operário desde os 11 anos de idade²⁰⁹. Embora Mariano Garcia tenha sido importante líder operário sua trajetória como militante havia sido pouco explorada pela historiografia, conforme aponta Terra (2012). Mesmo assim, é possível encontrar menções ao operário em várias obras, como referência de movimentos de trabalhadores e suas principais pautas, como a luta por moradia, organização do movimento socialista ou até mesmos sobre as leis trabalhistas²¹⁰.

Deste modo, a participação de Mariano Garcia ao lado de Pinto Machado em defesa das pautas reformistas durante o 1º Congresso Operário de 1906 não seria nenhuma novidade para quem o conhecesse enquanto militante socialista. Para Fausto (2016), os primeiros passos concretos da atividade política de Mariano Garcia foram com a fundação do jornal *O Operário*, pelo qual lançou os estatutos de um partido socialista e seu programa²¹¹. Já para Terra (2012), o início da militância política deste ícone do movimento socialista foi ainda no império, com a publicação do Jornal *A Nova Fase*²¹².

Os dois autores discordam também quanto ao tratamento dado a este, já que para Fausto (2016), Mariano Garcia ao lado de Pinto Machado “representavam sindicalistas pragmáticos, embriões de uma burocracia sindical que não tinha condições de consolidar-se”²¹³. Já na visão de Paulo Terra (2012), está e uma visão errônea e uma forma pejorativa de se tratar ambos os militantes, encarando tal afirmação como uma forma de “julgamento” culpando Mariano Garcia

²⁰⁹ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 261.

²¹⁰ SISQUIM, Sayonara Faria. As ideias "amarelas" do operário Mariano Garcia e seu Jornal Gazeta Operária na Primeira República. IN: XIII Encontro Estadual de História. História e mídias: narrativas em disputa. Evento online. Anais eletrônicos. Recife. 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602170131_ARQUIVO_d5ec22726b94b436db5ac596761272bb.pdf>. Acesso: 22.JAN.2023. p.10.

²¹¹ FAUSTO, Boris. Correntes organizativas e seu campo de incidência. IN_____: Trabalho Urbano e Conflito social (1890 - 1920). Companhia das Letras, 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 49 - 104. p. 53

²¹² TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 261.

²¹³ FAUSTO, Boris. Correntes organizativas e seu campo de incidência. IN_____: Trabalho Urbano e Conflito social (1890 - 1920). Companhia das Letras, 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 49 - 104. p. 53

de ter utilizado a classe operária como trampolim para cumprir interesses políticos próprios e pessoais²¹⁴ o que não condiz com a realidade da trajetória dele.

Mariano Garcia foi um dos militantes mais influentes do meio operário do “lado de cá da moeda”, ou seja, do lado socialista do movimento operário. Isso é comprovado pelo fato de, além de ser encontrado em várias frentes de luta e disputas políticas por melhoria das classes operárias:

Augustin Hamon, uma das principais figuras do movimento anarquista histórico internacional, autor de vários livros sobre o socialismo, e que em um deles cita Mariano Garcia como um dos homens de destaque na defesa da social-democracia no Brasil. Vale a pena chamar a atenção para o ano de lançamento do livro, em 1897, poucos anos após a Proclamação²¹⁵

Mesmo tendo seu desempenho enquanto militante reformista reconhecido por conta de sua constante atuação antes mesmo da Proclamação da República, ou seja, ainda nos tempos do império como aponta a citação acima, Mariano Garcia acabaria sendo ofuscado por conta de disputas entre outros personagens que tomariam a cena. Um exemplo mais claro e direto disso, é quando sua participação no meio socialista se torna quase invisível perante a disputa entre o Tenente Vinhaes (criador do Centro do Partido Operário) e França e Silva (então líder do Partido Operário da capital)²¹⁶. Ao liderar a criação do Partido Operário Socialista criado em 1895, cujo programa deu base ao Partido Socialista Brasileiro, criado em 1902, após o segundo Congresso Socialista, Garcia demonstrava que não estaria de fora da organização do movimento operário e partidos socialistas²¹⁷.

Uma das principais estratégias encontradas por Mariano Garcia para a difusão de suas ideias era através da imprensa desde os tempos do império. Na República criou o *Gazeta*

²¹⁴ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 261

²¹⁵ SISQUIM, Sayonara Faria. As ideias "amarelas" do operário Mariano Garcia e seu Jornal *Gazeta Operária* na Primeira República. IN: XIII Encontro Estadual de História. História e mídias: narrativas em disputa. Evento online. Anais eletrônicos. Recife. 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602170131_ARQUIVO_d5ec22726b94b436db5ac596761272bb.pdf>. Acesso: 22.JAN.2023. p.4-5.

²¹⁶ SISQUIM, Sayonara Faria. As ideias "amarelas" do operário Mariano Garcia e seu Jornal *Gazeta Operária* na Primeira República. IN: XIII Encontro Estadual de História. História e mídias: narrativas em disputa. Evento online. Anais eletrônicos. Recife. 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602170131_ARQUIVO_d5ec22726b94b436db5ac596761272bb.pdf>. Acesso: 22.JAN.2023. p.5.

²¹⁷ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 266.

Operária em 1902, pretendendo utilizá-lo como um espaço de propagação das ideias socialistas e para ainda, conforme aponta Terra (2012), buscar a formação da Federação do Partido Socialista da Capital Federal²¹⁸.

Sua importância no movimento operário configura-se diretamente com a sua importância dentro do movimento socialista, isso se dá uma vez que há um consenso, conforme muito bem apontado por Terra (2012) dentro da historiografia que aponta uma espécie de mudança do interesse dos socialistas com relação aos partidos políticos e também com relação a tão sonhado espaço democrático que a república poderia oferecer²¹⁹. E há três motivos para isso conforme relembra Terra citando Claudio Batalha:

(...) Para Batalha, a mudança de rumo ocorreu por três razões: a constatação da fraqueza dos partidos políticos criados no período, o reconhecimento das forças crescentes do movimento sindical, e a experiência de derrota da Revolta da Vacina em 1904. Todavia, esse autor considerou que os socialistas, na primeira década do século XX, priorizaram, em um primeiro momento, a formação de associações de resistência ou aspectos de um socialismo coletivista para, posteriormente, construírem o partido operário²²⁰.

Assim, Mariano Garcia sobrevém a participar da construção de associações de trabalhadores como parte da propagação dos ideais socialistas que vem desenvolvendo desde os tempos do império. É importante ressaltar que mesmo participando da organização de alguns sindicatos, associações e organizações de trabalhadores, como vamos apontar abaixo, Garcia não abandonou a ideia de utilização dos partidos socialistas como ferramenta de luta de melhorias para a classe trabalhadora, conforme aponta Terra (2012).

Ao fazer uma transição gradual para a organização de trabalhadores em sindicatos e associações operárias, Garcia conseguiu se envolver na organização e desenvolvimento de entidades operárias que viriam a se destacar no movimento operário, além de levá-lo a participar diretamente das discussões da classe trabalhadora. Deste modo, ele participou da construção da criação da sociedade de resistência dos cocheiros e carroceiros, em 1906, foi um dos fundadores da associação dos cigarreiros e charuteiros, representando o seu ofício como operário, inaugurou ainda em Niterói a Associação Cooperativa e Beneficente dos Cigarreiros e

²¹⁸ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). 2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em:

<<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 263.

²¹⁹ Ibidem. p. 257.

²²⁰ Ibidem. p. 269-270.

Charuteiros e ainda presidiu a Caixa Auxiliadora dos Manipuladores de Tabaco, no Rio de Janeiro sob as doutrinas socialistas²²¹.

Além disto, Mariano Garcia foi eleito para representar a Associação de Classe União dos Manipuladores em tabaco como delegado no 1º Congresso Operário Brasileiro, representando assim a classe dos cigarreiros junto com Melchior Pereira. Porém, renunciou à representação e não participou do Congresso por não concordar com a orientação do mesmo²²². Mesmo não estando presente no 1º COB, Garcia merece destaque por ser um dos grandes líderes do movimento socialista na primeira república e pelo papel que desempenhou organizando tanto os operários em partidos políticos, quanto posteriormente construindo as associações operárias que foram citadas acima, por exemplo.

Garcia era um exímio crítico do anarquismo – entendemos que o caráter do Congresso de 1906 foi muito mais sindicalista revolucionário do anarquista – que negava a luta política, mas que pregava a emancipação do trabalhador e se segundo o próprio Garcia a forma de pregar a greve não fazia sentido quando se negava a política e os auxílios mútuos aos operários²²³. Logo a ausência de Garcia no Congresso pode nos dizer muito mais do que sua presença, uma vez que mesmo organizando entidades operárias, ele não havia desistido de organizar os partidos operários, logo ele não concordaria em estar presente em um ambiente em que a luta política seria negada aos trabalhadores, visto que ele acreditava que esta era a principal ferramenta de transformação do quotidiano da classe operária.

2.5 Melchior Pereira e sua importância na luta operária reformista

Isto posto, podemos apresentar um pouco daquele que viria a representar os ideais dos cigarreiros no 1º Congresso Operário Brasileiro: Melchior Pereira, um cigarreiro socialista que foi eleito como delegado da União dos Manipuladores de Tabaco – organização da qual era presidente à época – para representá-la no respectivo Congresso, ao lado de Mariano Garcia, que como vimos, renunciou à representação. Diferente de Garcia, que renunciou à

²²¹ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 270-271.

²²² BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p.70.

²²³ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 272.

representação, Cardoso esteve presente durante as sessões do Congresso e defendeu os ideais socialistas ao lado de Pinto Machado e da União Operária do Engenho de Dentro²²⁴.

Atuante nas associações de classe de seu ofício por profissão, Melchior Pereira Cardoso foi 1º secretário da Associação Cooperativa e Beneficente dos Cigarreiros e Charuteiros, secretário da Federação das Associações de Classe, por exemplo, mas não se limitou apenas a organizar entidades relacionadas ao seu ofício²²⁵. Para compreender um pouco da importância deste militante precisamos citar alguns dos seus feitos: apesar de ser um cigarreiro por profissão, Melchior Pereira Cardoso esteve presente na organização de outras organizações de trabalhadores de ofícios diferentes do seu, assim como Mariano Garcia também teria feito durante sua trajetória.

Uma das organizações em que Cardoso participou, por exemplo, foi a Associação de Resistência dos Cocheiro e Carroceiros e Classes Anexas, tornando-se, consequentemente, membro de sua primeira diretoria, conforme aponta Batalha (2009). Segundo Terra (2012), as associações de resistência já haviam sido pauta do Congresso Socialista realizado em 1902 e posteriormente viria a ser orientação definida no Congresso Operário de 1906, por isto, a organização de uma sociedade com essa característica estava em completa concordância com aquilo que os socialistas haviam discutido anteriormente, assim Cardoso havia seguido o que estava em voga no movimento operário daquele momento²²⁶.

Então, para além de organizar uma associação que estivesse em consonância com os anseios do movimento operário da época, Cardoso acreditava que estas associações deveriam estar à disposição para a união com as demais e com o operariado em geral, colocando assim o seu caráter plural no que diz respeito às organizações dos trabalhadores. Deste modo, podemos enxergar, por exemplo, no texto dirigido aos sócios desta associação que havia alguns elementos que justificavam sua organização. E o cigarreiro compreendia as diversas mazelas que os trabalhadores cocheiros e carroceiros do Rio de Janeiro passavam naquele momento, chamando a atenção para a importância de uma associação para brigar pelos seus direitos.

²²⁴ Relembramos que veremos sobre sua participação assim como a dos demais citados até aqui no próximo capítulo desta dissertação: Capítulo 3: É no debate que a gente se encontra: as discussões e embates dos delegados do Congresso Operário de 1906

²²⁵ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. p.40.

²²⁶ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 237.

Este texto, dirigido aos consócios da Associação de Resistência dos Cocheiros e Carroceiros e Classes Anexas, citava, elementos como: a ausência de descanso destes trabalhadores, nenhuma carga horária definida e tampouco a exigência destes trabalhadores eram atendidas pelos empregadores que se preocupavam apenas com o lucro²²⁷. Deste modo, ao enxergar as necessidades dos trabalhadores de uma classe completamente diferente da sua, Melchior tem a ideia de organizá-la para que, depois estivesse devidamente organizada em associação, com sua legalização consolidada junto às autoridades a sua reivindicação fosse de fato apresentada aos respectivos patrões e empregadores²²⁸.

A associação idealizada e criada por Melchior Pereira Cardoso era uma associação das quais podemos definir como reformista, uma vez que seu estatuto apresentava elementos comuns aos demais sindicatos reformistas, como por exemplo, a insinuação de que as exigências daquela organização seriam pautadas em conformidade com a lei, afastando qualquer ideia de que esta encamparia uma luta revolucionária ou algo que perturbasse a ordem pública²²⁹. Tal informação nos importa nesse momento para consolidar uma ideia que já apresentamos no início desta discussão: Melchior Pereira Cardoso era um militante socialista adepto do sindicalismo reformista, ou seja, sua estratégia de luta tal qual dos demais companheiros citados - Pinto Machado e Mariano Garcia -, era a luta política, buscando as melhorias para a classe trabalhadora através das instituições e dos meios legais de reivindicação.

A Associação de Resistência dos Cocheiros e Carroceiros e Classes Anexas não participa do 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906, por ter sido fundada em setembro do mesmo ano, estando em consonância com as ideias de organização de entidades operárias naquele período²³⁰. Deste modo, ela acaba por representar um dos grandes exemplos de entidades que adotaram o sindicalismo reformista no seu programa e serve para compreender, por exemplo, as ideias de Melchior Pereira Cardoso e consolidar a sua posição como adepto de tal corrente do movimento sindical. Não há dúvidas da importância de Cardoso para o

²²⁷ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 237.

²²⁸ Ibidem. p. 238.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p.236

movimento operário, sobretudo do movimento operário do Rio de Janeiro, considerando a sua ampla participação na organização, direção e fundação de entidades que organizaram não apenas os trabalhadores de seu ofício, mas também de ofícios que fossem diferentes do seu ofício original.

Mesmo não sendo uma grande referência para os reformistas na Primeira República como Mariano Garcia, sua trajetória aparentemente é pouco citada em trabalhos que tratam sobre os Mundos do Trabalho, deste modo, pouca informação se tem sobre os detalhes de sua trajetória.

O que foi apresentado até aqui refletir basicamente duas coisas importantes para compreendermos a importância destes militantes no cenário do movimento operário como um todo e também para suas contribuições no 1º Congresso Operário de 1906. A primeira é o papel de destaque que estas figuras possuem no meio da organização de movimento políticos como os partidos operários e partidos socialistas e também da organização de entidades operárias, compreendendo que a organização dos trabalhadores em associações ora de auxílio mútuo ou sindical, ora de resistência, seria uma estratégia fundamental para conquista dos direitos destes trabalhadores enquanto uma classe de um ofício específico ou de diversos em uma mesma associação.

A segunda coisa importante constada durante esse breve levantamento sobre suas trajetórias é a imensa contribuição que estes personagens tiveram para o movimento operário brasileiro como um todo durante seus anos de atividade. Seja Pinto Machado a frente da União Operária do Engenho de Dentro e sua atuação na construção tanto de partidos operários quanto de outras organizações, como vimos, nas regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais e algumas regiões do nordeste brasileiro, seja Melchior Pereira Cardoso organizando tanto a sua classe, de cigarreiros, quanto a classe dos cocheiros e carroceiros.

Isto posto, é de suma importância a ampliação da produção historiográfica sobre os mais diversos temas ligados aos Mundos do Trabalho para que esta abrace também os temas relacionados aos reformistas e que isso seja devidamente ampliado em trabalhos futuros, com um olhar mais apurado e dedicado a estas figuras do movimento operário. Dedicar-se a rememorar os passos dos operários esquecidos pela historiografia é conceber que, o quotidiano que se construiu ao longo dos anos de intensa agitação, lutas e conquistas do movimento operário, foi moldado e constituído a partir da participação de todos os operários, não apenas de um determinado grupo de trabalhadores.

Deste modo, buscamos aqui demonstrar a contribuição direta e até mesmo indireta das estratégias reformistas para a construção, organização e realização do 1º Congresso Operário

Brasileiro bem como para a construção e organização das mais diversas organizações operárias por parte destes e muitos operários socialistas é evidente de extrema importância. A defesa de seus ideais até mesmo em um ambiente antagônico a sua forma de pensar, inclusive, é uma forma de elucidar a disposição que estes teriam em levar à sua maneira de organização dos trabalhadores a frente. Será possível observar parte dessa defesa no capítulo seguinte a esta dissertação, no qual os debates dentro do 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906 são analisados, sobretudo os que vão em direção a defesa das pautas do socialismo reformismo no meio operário.

O objetivo do próximo capítulo é investigar os debates a respeito do tema do Congresso Operário de 1906, realizado em abril deste ano, no Centro Galego, na então capital federal, Rio de Janeiro. Originalmente nomeado como “Congresso Regional Operário Brasileiro”, ficou posteriormente conhecido como o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Em suas resoluções, observa-se que houve a necessidade, pelo congresso, de excluir o termo “regional”, por se tratar de um congresso que aceitaria entidades operárias de todo o país e não apenas de uma determinada região²³¹.

²³¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930 documentos. Alfa Omega LTDA. São Paulo - SP. 1986. p.41

Capítulo 3: É no debate que a gente se encontra: as discussões e embates dos delegados do Congresso Operário de 1906.

Muito peso é colocado em suas resoluções, como observamos em algumas obras que são referência sobre o assunto, tanto nas de cunho militante, como no caso de Edgar Carone (1984), como nas historiográficas, Michael Hall (1981), Cláudio Batalha (2000) e Edilene Toledo (2004). Este trabalho se apoia nessas obras, buscando aprofundar a investigação sobre as discussões apresentadas nas sessões do Congresso Operário e como estas levaram a algumas resoluções e moções. Analisando algumas destas discussões, nota-se que são fundamentais para a mudança das moções e a adequação das resoluções definidas no congresso. Também é a partir delas que, de certo modo, filtram-se os temas propostos que irão de fato compor a pauta da ordem do dia e quais não serão incluídas.

A proposta deste capítulo, portanto, é de apresentar quais foram os primeiros e os principais debates entre os delegados dentro do congresso. Essa divisão seguirá a ordem das discussões executadas durante as sessões que ocorreram durante cinco dias seguidos na cidade do Rio de Janeiro, reunindo mais de 20 associações de trabalhadores e mais de 40 delegados representantes destas. Em um primeiro momento, iremos explorar a estruturação proposta para o congresso, publicada na edição do *Correio da Manhã* de 14 de abril de 1906 a estrutura das pautas do congresso divididas em capítulos com um tema principais e os temas secundários que serão discutidos na sessão. Esse documento nos parece ser um importante elemento para compreender as possibilidades e encruzilhadas ante o caminho que se seguiu a essas discussões. Em um segundo momento irei começar a analisar as discussões das sessões propriamente ditas.

3.1 A estruturação do Congresso – Divisão e subdivisões de temas e pautas;

Todo congresso precisa de uma organização prévia para sua realização²³². A estrutura pensada previamente para as sessões do 1º Congresso Operário Brasileiro dividia as discussões em três capítulos com temas gerais principais que serviriam para organizar os subtemas propostos pelas entidades participantes do encontro. Ao publicar as pautas que seriam discutidas e quais entidades a propuseram cria-se um guia para que o restante do público que estivesse interessado em algum dos pontos de discussão pudesse acompanhá-los.

²³² As informações referentes às discussões prévias, preparação do congresso, os convidados, a ideia inicial, a comissão organizadora e demais entidades envolvidas na construção do congresso consta no capítulo 1 desta dissertação intitulado: “Os trabalhadores organizados: em quanto tempo se constrói um congresso?”

Assim, dividindo-se em 3 capítulos essa descrição funcionava como um sumário, apresentando primeiro o tema principal que estará em debate (o capítulo) e depois os subtemas, que são as pautas propostas pelas entidades operárias participantes do congresso²³³. Essa estruturação aparece de maneira explícita no *O Correio da Manhã*.²³⁴

Encontramos o primeiro capítulo intitulado como “capítulo I – Orientação”²³⁵, é possível compreender que o nome do capítulo é dado como tal por conta das propostas de discussão apresentadas pelas entidades operárias nesta parte do congresso. Lê-se, por exemplo, o tema de debate proposto pela Federação Operária de São Paulo que indica a seguinte questão: “A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar sua neutralidade? Deverá exercer uma ação política?”²³⁶. O tema proposto tem como objetivo fazer com que os delegados discutam a melhor forma de organização das entidades, porém como vimos anteriormente no capítulo 1 desta dissertação, a discussão envolvendo a adoção da luta política ou não já havia sido motivo de acirramento entre os reformistas e os sindicalistas revolucionários.

Além desta pauta neste campo, existem outras duas, que serão motivos de divergência dentre os delegados, como veremos a seguir. Assim, o primeiro capítulo ainda apresenta as discussões sobre: “Na sociedade atual o operário deve ser político e como?”, proposta pela União Operária do Engenho de Dentro, se “É conveniente que o operariado adote unicamente a luta econômica?”, proposta pelo Centro Internacional dos Operários do Jardim Botânico e “como se deve comemorar o 1º de maio?” proposta pela Federação Operária Regional Brasileira e pela Associação de Classe União dos Manipuladores de Tabaco, da Capital.²³⁷

Esta proposição de temas é importante para evidenciar que, antes mesmo da realização do congresso, havia dúvidas entre os trabalhadores e consequentemente em meio às organizações operárias sobre qual a melhor estratégia de organização para alcançar as suas reivindicações. Não é a única prova de que essa divergência pairava entre o operariado da época, porém é uma evidência importante para demonstrar a pluralidade de ideias e formas de pensar existentes entre as organizações que participaram do congresso de 1906 e como isso influenciou diretamente nos debates internos das sessões realizadas.

²³³ Não irei citar aqui todas as pautas da estrutura dos capítulos do Congresso, darei apenas destaque para alguns deles, porém eles poderão ser encontrados na íntegra, tal qual foram expostos no *Correio da Manhã*, no anexo I deste capítulo.

²³⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil 1889 - 1930 documentos. Alfa Ômega LTDA. São Paulo - SP. 1986

²³⁵ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²³⁶ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²³⁷ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

O segundo capítulo do congresso trás as pautas que tratam da organização operária. Diferente da orientação, nesta parte os temas de discussão estão ligados diretamente à maneira pela qual os sindicatos e associações de operários deveriam se organizar.

Desta forma, as associações que compõe o Congresso Regional Operário de 1906, expõem preocupações a serem discutidas com relação à organização dos trabalhadores e suas estratégias de luta, como: “A sociedade de resistência deverá ter como única base a resistência ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação e de doença, ou a cooperação?” A partir da proposta da Federação Operária de São Paulo da União Operária do Engenho de Dentro, da União dos Carpinteiros, pedreiros e Artes Correlativas da Capital, da Liga Operária de Campinas e da União dos Operários Estivadores da Capital, que perguntam:²³⁸

É importante localizar que as duas formas de luta em disputa buscavam ao fim o mesmo objetivo: a conquista de direitos dos trabalhadores, mas se diferenciavam no caminho que percorriam para este horizonte. A luta econômica tratada pelos delegados aqui, faz menção a tática direcionada para a ação direta e coletiva dos trabalhadores para alcançarem suas reivindicações a curto prazo, como a utilização da greve, por exemplo, como mecanismo principal de luta²³⁹. A ideia de resistência, era uma das diretrizes do sindicalismo revolucionário que tomou corpo e forma no início do século XX e mostrou sua consolidação, sobretudo a partir das resoluções deste Congresso²⁴⁰.

Já adotar a luta política, significava na prática, adotar as estratégias de luta a longo prazo, abandonadas pelos sindicalistas revolucionários, mas mantidas pelos sindicalistas reformistas, que enxergavam nas organizações duradouras uma melhor maneira de organização da classe trabalhadora²⁴¹. Para eles, a greve era o último recurso a ser adotado pois o que importava era a conquista de ganhos, mesmo que parciais e para isto contavam com qualquer ajuda que fosse possível como intermediação de advogados, políticos e autoridades. Por reconhecerem que toda a conquista obtida era provisória, os sindicalistas reformistas foram conduzidos à defesa da consolidação das conquistas do movimento operário através de leis. A grande diferença do embate entre as duas concepções é que, enquanto os sindicalistas

²³⁸ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906.

²³⁹ TOLEDO, E. Sorelli no Movimento Operário Paulista e brasileiro. IN _____. Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República. São Paulo, SP, 2004. p.75-107. p. 89.

²⁴⁰ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: _____. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37, p. 30.

²⁴¹ Idem, p. 32.

revolucionários condenam a participação política, os reformistas a defendem e, inclusive, apresentam candidatos às eleições legislativas em diversos momento.²⁴²

As propostas de debate se mantêm em seguida, expondo outras preocupações em relação a organização dos trabalhadores, como a provocação feita pela Liga das Artes Gráficas da Capital; Federação Operária de S. Paulo e União Operária do Engenho de Dentro: “O sindicato operário deve ser organizado por ofício, por indústria ou por ofícios vários?”²⁴³ “A organização deverá ser federalista ou centralizada? Admitir delegações de poder ou simples delegações de função?” proposta pela Federação Operária de S. Paulo e pela Sociedade Internacional dos Operários de Santos.²⁴⁴ Essas duas pautas parecem evidenciar a preocupação de como e que tipo de trabalhadores cada organização poderia representar e organizar em suas fileiras, o que analisaremos mais à frente.

Além disso, há alguns pontos interessantes, como os questionamentos sobre a participação de patrões ou até mesmo de encarregados, mestres, contramestres e operários que exerçam alguma função de mando dentro dos locais de trabalho. Essa primeira preocupação parte da Liga das Artes Gráficas da Capital e da Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros que questionam o seguinte: “Poderão ser admitidos nas associações operárias os indivíduos que explorem por sua conta operários ou aprendizes?”²⁴⁵ A segunda parte da Liga dos Alfaiates da Capital e da mesma associação de chapeleiros que perguntam: “Sob que condições poderão ser admitidos os mestres, contramestres, encarregados, os operários, enfim, que exerçam qualquer cargo de mando?”²⁴⁶

Estes pontos são interessantes pois evidenciam a preocupação das entidades, de certo modo, com a maneira que elas seriam compostas e com o tipo de trabalhadores que elas deveriam se organizar ou não. Sobre esse ponto de debate, a resolução decidida esclarece que tais funções são “pelo lugar que ocupam, os verdadeiros representantes dos patrões” e que por isto, poderiam agir como espiões em favor dos patrões e por isto o Congresso aconselha que os mestres e contramestres sejam excluídos do sindicato, podendo adotar um regulamento interno nos sindicatos para aceitá-los em situações excepcionais²⁴⁷.

²⁴² BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: ____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37, p. 30. p. 32-33

²⁴³ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²⁴⁴ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²⁴⁵ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²⁴⁶ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²⁴⁷ RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil. IN____: O primeiro congresso brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Edições Mundo Livre LTDA, 1979. p. 95 - 120. p. 106.

Caminhando na mesma perspectiva desse tema, há ainda a existência de uma discussão acerca de como o sindicato deveria se organizar, se por ofício, por indústria ou por vários ofícios diferentes. A resolução caminha de acordo com a realidade do movimento operário naquele momento, orientando a organização dos sindicatos de acordo com as necessidades específicas de cada caso²⁴⁸. Deste modo, seguiu-se a basicamente a definição dos tipos de sindicatos, sendo eles **os pluriprofissionais**: reunindo operários de diferentes ofícios e ramos industriais; **as sociedades por ofício**: reunindo unicamente operários de determinado ofício e; **sindicatos por indústria**: mais raros, porém reuniam trabalhadores de uma empresa específica ainda que de diversos ofícios²⁴⁹.

Cabe destacar também o ponto dedicado à organização das trabalhadoras no cenário do movimento operário, proposta pela Liga das Artes Gráficas da Capital, a pauta de discussão sobre “como agremiar as operárias”²⁵⁰ é proposta pra ser discutida no congresso. Um ponto importante na organização operária a época que, cabe destacar, era um cenário com a grande predominância de lideranças masculinas dentro das entidades, como as figuras das presidências e direções das entidades. Exemplo disso é a própria Liga das Artes Gráficas da Capital que não tinha nenhuma mulher na composição da sua diretoria, eleita em 1903, além de ter dois delegados homens representando a entidade no congresso, Luiz Magrassi e Mota Assunção.

Mas a falta de representação feminina entre as lideranças não era exclusividade da Liga das Artes Gráficas da Capital, pois todas as entidades presentes no Congresso mandaram apenas delegados do sexo masculino, como pudemos ver no capítulo anterior²⁵¹. Esse pode ser um dos motivos da proposição desta discussão dentro do congresso para tentar, de certo modo, agremiar as operárias para se organizarem nos sindicatos e associações de trabalhadores e deste modo se fazerem presentes nas discussões acerca da organização dos trabalhadores a época²⁵².

O capítulo 3, que trata da organização das pautas do Congresso, indica como tema principal a questão da “ação operária” e compila as propostas e perguntas das entidades que vão de encontro a esta temática. Com 19 propostas de discussão, este é o maior de todos os

²⁴⁸ RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil. IN: _____: O primeiro congresso brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Edições Mundo Livre LTDA, 1979. p. 95 - 120. p. 103.

²⁴⁹ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: _____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37, p. 30. p. 16-19.

²⁵⁰ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²⁵¹ É parte do objetivo do capítulo 2 analisar a trajetória de alguns delegados específicos presentes no congresso, mas também será citado todos os delegados e as instituições quais eles representavam.

²⁵² Um fator interessante a ser ressaltado é que neste momento, segundo os dados do censo de 1920, as mulheres chegaram a representar aproximadamente 29% dos trabalhadores empregados em todos os ramos da indústria em São Paulo, mas representavam um total de 58% quando se tratava do ramo têxtil. O Rio de Janeiro era de 27% de modo geral e no têxtil de 39%. BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. A condição operária. IN: _____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.8-13. p. 10.

capítulos, já que o primeiro possui 3 questões e o segundo possui 12. Talvez seja esta parte a mais central do congresso já que, como poderemos ver, são discussões que buscam compreender e direcionar as ações dos sindicatos pela emancipação do proletariado e a conquista dos seus direitos.

Aqui é interessante destacar as primeiras pautas colocadas no capítulo 3 do Congresso. Elas não sinalizam mais diretamente um debate teórico ou metodológico sobre a ação dos sindicatos, mas sim debates acerca de estratégias e métodos de ação das entidades. Algumas já citam a orientação de resistência econômica, mas apenas questionando se devem ir nesta direção. Assim, a Federação Operária de São Paulo e o Congresso União dos Operários das Pedreiras da Capital, por exemplo, propõe a discussão acerca de “quais os meios de ação que o operariado, economicamente organizado, poderá usar vantajosamente?”²⁵³, as pautas mudam um pouco a partir daí e enfocam mais a luta pelas 8 horas de trabalho, pela questão salarial, organização dos sindicatos e operários e por questões relacionadas ao apoio aos trabalhadores.

Como exemplo destas questões, destacamos a proposta de debate formulada pela Federação Operária de São Paulo, Centro Internacional dos Operários, do Jardim Botânico, a Liga de Artes Gráficas da Capital e a Liga Operária de S. Campos, sobre “Para que espécie de melhoramentos deve o operariado organizado organizar principalmente seus esforços? Para o aumento de salário ou para a diminuição de horas?”²⁵⁴. Essa questão se complementa com a proposição das mesmas entidades mais o Congresso União dos Operários das Pedreiras, da Capital, para a pergunta “Qual a atitude do operariado consciente do Brasil, em face a atual agitação das 8 horas (...) ?”²⁵⁵

A partir daí as pautas propostas para discussão são dos temas mais variados, indicando a ação dos sindicatos e organizações operárias nos mais diversos vieses possíveis, como a moradia, por exemplo, proposto pela União dos Operários de Engenho de Dentro e a União dos Correiros e Artes Correlativas da Capital ao sugerir a questão “Construção de casas para operários. Que meios a empregar?”²⁵⁶ A necessidade de propagandas para livrar os trabalhadores do alcoolismo, proposta pela Liga das Artes Gráficas da Capital e o Centro Internacional dos Operários do Jardim Botânico²⁵⁷. Ainda há uma preocupação com a regulamentação do trabalho e a admissão nas fábricas e oficinas, proposta pela Liga Operária

²⁵³ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²⁵⁴ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²⁵⁵ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²⁵⁶ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

²⁵⁷ Correio da manhã – Edição 1937 – 14 de abril de 1906;

de Campinas e a preocupação de equiparação de direitos entre os trabalhadores das oficinas públicas e as privadas, proposta pela União dos Operários do Engenho de Dentro.²⁵⁸

Essa descrição das pautas do congresso operário, publicadas pelo *Correio da Manhã*, é de suma importância para a compreensão de que tipo de discussões foram realizadas durante as reuniões destes trabalhadores. Inclusive é a partir deste tipo de fonte que pude, ao longo da minha pesquisa, encontrar presença significante da defesa da luta política dentro do Congresso, que, ao final, viria a aprovar resoluções que direcionaria as entidades operárias aderentes a estes a orientação da luta econômica e da ação direta para defesa e conquista dos direitos dos trabalhadores.

3.2 - A primeira discussão: Haveria no Congresso uma defesa da luta política?

Todos os pontos da primeira parte do Congresso tratam direta ou indiretamente da participação política das entidades operárias. Os questionamentos partem de alguns pontos de vista diferentes, como o da Federação Operária de São Paulo que questiona se deveria “(...) aderir a uma política de partido ou conservar a neutralidade”²⁵⁹. Um questionamento ressaltado pela União Operária do Engenho de Dentro complementa o descrito acima: “Na sociedade atual, o operário deve ser político e como?”²⁶⁰. Esses dois questionamentos complementares que são levados à discussão no Congresso Operário de 1906 e acabam por suscitar debates calorosos em meio à primeira reunião dos delegados presentes.

Mas, curioso ou não, a primeira manifestação em defesa da luta política de viés socialista dentro do congresso não veio da discussão das pautas acima, mas sim da proposta do delegado da Liga das Artes Gráficas da Capital, Sr. Luiz Magrassi, para a realização de uma moção de apoio aos revolucionários russos que se levantavam contra o regime do czar. Na moção, Sr. Magrassi expõe a situação do levante de trabalhadores contra o czar russo e pede ao congresso que, em forma de solidariedade, aplauda os revolucionários, propondo também algum auxílio financeiro a estes. A moção é aprovada pelo congresso.²⁶¹ A moção pedida faz referência ao que ficou conhecido posteriormente como o Ensaio Geral da Revolução, em 1905, na Rússia. Assim, cria-se durante a realização do Congresso Operário Brasileiro, em alguns representantes, o sentimento de fraternidade.

Mesmo com a moção sendo aprovada, é a partir deste tema que o primeiro embate de ideologia dentro do congresso acontece: Sr. Pinto Machado, até então representante do Centro

²⁵⁸ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁵⁹ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁶⁰ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁶¹ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

artístico Cearense de Fortaleza, Ceará²⁶², diz que “podem ser contrários como quiserem os membros do Congresso, às lutas russas”.²⁶³ Isso ocorre por que, ao defender a aprovação da moção, o Sr. Magrassi expõe que a situação em que os revolucionários e o povo russo se encontravam, são parecidas com aquela em que se encontrava o proletariado no Brasil.

Para o sr. Pinto Machado não havia como comparar a situação da Rússia com a do Brasil e sendo livre pra expressar sua forma de pensar “socialista, político, lutando para a conquista do poder e colocando bem alto quando sair, o proletariado livre”²⁶⁴ compara que enquanto o proletariado russo passa por uma situação em que “são cativos, submetidos a autocracia absurda, aqui são operários livres, um povo livre”.²⁶⁵ Para ele, o teor do Congresso Operário Brasileiro não era revolucionário e a partir disto não deveria ser colocada a defesa de um processo revolucionário tal como a moção proposta pelo Sr. Magrassi amparava naquele momento. Para retificar a pluralidade do Congresso, Sr. Pinto Machado reforça que ele era contrário à moção apresentada, dando clareza em sua posição: declarando ser socialista e não revolucionário²⁶⁶.

O debate levantado por Pinto Machado levou outros colegas presentes no Congresso a se manifestarem contrários à moção proposta inicialmente pelo Sr. Magrassi, que defendia o processo revolucionário que supostamente estava em curso na Rússia. Manoel Lage de Araújo, representante da União dos Operários Estivadores, pediu à mesa diretora para que constasse em ata seu voto contrário à moção apresentada anteriormente e do Sr. Melchior, que disse que “(...) a moção do Sr. Magrassi não deveria ter sido incluída em discussão”.²⁶⁷ Deste modo, a moção foi reestruturada pra que ficasse de acordo com a ideia dos delegados presentes, sendo ela aprovada em seguida, incluindo, entre algumas coisas que: “em qualquer parte do mundo sob qualquer governo, o operariado que luta que se sacrifica, que paga com a sua vida a liberdade que almeja, merece o apoio e solidariedade de todos os seus companheiros”²⁶⁸.

Como argumentam Pinheiro e Hall (1986), houve uma clara influência do sindicalismo revolucionário no Congresso operário de 1906²⁶⁹. O sindicalismo revolucionário foi um

²⁶² Digo até então por que, logo mais haverá uma discussão no congresso sobre um mesmo delegado representar e votar por mais de uma associação. O Sr. Pinto Machado era representante desta organização e ao mesmo tempo da União dos Operários de Engenho de Dentro, pela qual ele opta em representar abrindo mão da representação da organização anterior.

²⁶³ Edição 01739 – Correio da Manhã – 16 de abril de 1906;

²⁶⁴ Edição 01739 – Correio da Manhã – 16 de abril de 1906;

²⁶⁵ Edição 01739 – Correio da Manhã – 16 de abril de 1906;

²⁶⁶ Edição 01739 – Correio da Manhã – 16 de abril de 1906;

²⁶⁷ Edição 01739 – Correio da Manhã – 16 de abril de 1906;

²⁶⁸ Edição 01739 – Correio da Manhã – 16 de abril de 1906;

²⁶⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930 documentos. Alfa Ômega LTDA. São Paulo - SP. 1986. p. 41

fenômeno internacional, que se baseava no sindicato como uma ferramenta de luta dos trabalhadores, sobre a prerrogativa que dentro dos sindicatos, eram todos operários e fora deste, poderiam os operários serem o que quiserem²⁷⁰. O primeiro diálogo do Congresso nos fornece elementos para pensar que a posição dos socialistas e reformistas era real e tinha um certo grau de influência dentro das proposições dos delegados durante as discussões do Congresso.

A partir daí o debate se apresenta nas palavras do Sr. Pinto Machado, ao afirmar energicamente durante a discussão desta moção que: “(...) é socialista e nomeado pela associação que representa, declarou que nada demove da ideia, não mente nas suas discussões. (...) É socialista e livre, prega as suas ideias e, caso fosse preciso pregá-las contrárias, sairia por onde havia entrado”²⁷¹. Uma evidência importante de que já havia posições contrárias à um evento que não respeitasse a pluralidade de posições dos delegados que ali representavam as entidades. Isso não deveria surpreender nenhum dos organizadores do congresso, porque, como veremos mais a seguir nos debates, a entidade do Sr. Pinto Machado optava pela luta política, além da luta econômica.

Destaco aqui a carta que o Sr. Pinto Machado entrega ao Ministro da justiça direcionada a Lauro Muller, então ministro da indústria e viação, solicitando-o reparos na estrada de ferro de Muzambinho, que fora acometida por desastres. Esta carta demonstra um método de ação através do diálogo com o governo, buscando um intermediário para resolução de um problema que afetaria diretamente os trabalhadores daquela região, reforçando o caráter político e que poderia considerado reformista da Associação representada pelo Sr. Pinto Machado.

Deste modo, em um primeiro momento, há uma dificuldade na leitura do trecho inicial desta carta, que foi publicada no dia 4 de março de 1906 pelo *Correio da Manhã*. Em um dos trechos o autor, Sr. Pinto Machado, diz: “acreditamos que, empenhado como está, v. ex. no sentido de dar severas providências, ordenando aos fiscais que o tráfego não seja prejudicado”²⁷² e completa ao final da carta:

Expondo a v. ex. a verdade do que se passa atualmente na Estrada de Ferro Muzambinho, acredita a União Operária do Engenho de Dentro que providenciará a mercê do alto e patriótico interesse que v. ex. tem tido, no inteiro de conciliar interesses comuns, entre o capital e o trabalho. Apelando para v. ex. temos certeza de que não é em vão o que fazemos²⁷³.

Isso acontecia pouco mais de um mês antes da realização do congresso, dois dias antes da associação aderir ao Congresso Operário Regional Brasileiro e menos de uma semana de a

²⁷⁰ TOLEDO, E. Introdução. IN _____. Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 27 – 73. p. 31-32.

²⁷¹ Correio da Manhã, Edição 01739 – 15 de fevereiro de 1906;

²⁷² Correio da Manhã, Edição 01696 – 04 de março de 1906

²⁷³ Correio da Manhã, Edição 1696 – 04 de março de 1906;

União Operária do Engenho de Dentro comunicar que não participaria do Congresso Operário convocado para o 1 de Maio, devido às constantes imitações²⁷⁴ surgidas e da ausência de coesão de ideias entre o operariado.²⁷⁵ Supostamente, haveria a realização de um outro congresso operário, convocado para o dia primeiro de maio de 1906, conforme indicado, inclusive, pelo Centro Socialista das Classes Operárias do Estado de Minas Gerais, ao direcionar uma carta no *Correio da Manhã*, para Pinto Machado, ao final diz: “outrossim participo-os que nós faremos representar no Congresso Operário a realizar-se á primeiro de maio do ano corrente e no qual deve muito lucrar o operariado em geral no Brasil”.²⁷⁶

Mas não podemos esquecer que a União Operária do Engenho de Dentro também deixa claro que existe um desejo comum, apesar das formas diferentes de se pensar, de toda classe operária: o de emancipação da classe. Isso é colocado ao final deste trecho de recusa ao congresso proposto para primeiro de maio quando se afirmar: “Fica assim aguardando que a necessidade do operariado levante a classe e leve a seguir o caminho que os há de levar a emancipação”²⁷⁷.

Bem, até aqui podemos enxergar que a posição dos socialistas existia dentro do Congresso Operário Brasileiro de 1906 e poderia ser enxergada antes mesmo da execução deste, dado o convite, por exemplo, a uma entidade que defendia abertamente o diálogo político entre o capital e o trabalho. Cabe ressaltar que a União Operária do Engenho de Dentro não foi a primeira, nem a única entidade a buscar intermediários e a luta política para garantia de seus direitos e melhorias nas condições de vida de seus trabalhadores. Mas isso é uma conversa para ser feita mais adiante, conforme o capítulo se desenvolver.

1ª Sessão – 15 de abril de 1906 – O início dos trabalhos e o primeiro embate: a luta política ou luta económica?

Vamos agora retornar para o primeiro debate da ordem do dia do Congresso, voltando às discussões a respeito de qual orientação o operariado deveria seguir, o Centro Operário Internacional dos Operários do Jardim Botânico da capital questionou: “É conveniente que o operariado adote unicamente a luta econômica?”²⁷⁸ Este tópico é diferente das duas outras

²⁷⁴ Conforme observado no Capítulo 1 desta dissertação, a UOED havia convocado um congresso operário com bases socialistas no mesmo ano, porém desistiu da realização deste por haver a convocação, por parte da Federação Operária Regional Brasileira de outro congresso.

²⁷⁵ Correio da Manhã, Edição 01687 – 23 de fevereiro de 1906;

²⁷⁶ Correio da Manhã, Edição 01648 – 15 de janeiro de 1906;

²⁷⁷ Correio da Manhã, Edição 01687 – 23 de fevereiro de 1906;

²⁷⁸ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

perguntas, já que se propõe a questionar diretamente sobre a organização e a orientação econômica das entidades operárias, levando em conta essa posição, as discussões começam já acaloradas em meio aos delegados presentes no Congresso.

Logo de início, o Sr. Pinto Machado volta a se manifestar, defendendo com veemência que “na sociedade atual o operário deve ser político e como deve ser incluído no primeiro tema a ser discutido de forma ampla.”²⁷⁹ É nesse momento que o Sr. Edgar Leuenroth rebate Pinto Machado, enviando à mesa uma moção, afirmando que o congresso é constituído por organizações pautadas pelo viés econômico e que, portanto, não há necessidade de se discutir as opiniões e ações pessoais de seus associados já que essas lhe são permitidas, deixando o congresso sem debater o tema proposto pelo sr. Pinto Machado.²⁸⁰

Deste modo, conseguimos enxergar mais uma vez divergências sobre as concepções de organização do operariado. Mesmo aprovada a moção proposta pelo sr. Leuenroth, o debate sobre a organização e orientação dos sindicatos operários ainda não estava nem perto de findar, visto que essa era uma recusa apenas ao primeiro subtema dos quatro que seriam discutidos dentro dessa temática da orientação da luta das entidades.

Antes de retomar a análise das discussões do congresso é importante ressaltar que a posição contida na moção proposta por Edgar Leuenroth é uma característica do sindicalismo revolucionário, um modelo de organização inspirado na principal central sindical francesa (a CGT). Nesse modelo de organização, os trabalhadores membros dos sindicatos tinham plena liberdade de agir em seu dia a dia e na sua vida privada, garantindo-lhes o direito de serem socialistas, cooperativistas, anarquistas, filiados a partidos ou quaisquer que fosse a ideologia que achassem de acordo com seus pensamentos individuais, mas que a entidade que estes representassem deveria conter um pensamento coletivo centrado unicamente na luta econômica de emancipação do proletariado.²⁸¹

Voltemos, portanto à primeira discussão em pauta: qual a melhor ferramenta para conquista dos direitos do operariado? A luta política ou a luta econômica? As informações que foram apresentadas até aqui sobre o 1º Congresso Operário Regional Brasileiro nos levam a compreender a intenção de discutir conjuntamente os caminhos do movimento operário brasileiro sobre quais orientações, métodos e ações seriam melhores para as entidades aderentes ao congresso. Deste modo, cada uma das entidades participantes, poderia sugerir temas para

²⁷⁹ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁸⁰ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁸¹ TOLEDO, E. Introdução. IN_____. Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 27 – 73. p.48.

serem debatidos no Congresso, que foram divididos em capítulos e em temas propostos por elas.

O Congresso fora subdivido em 3 temas principais que abrigavam os questionamentos direcionados pelas entidades operárias participantes do Congresso²⁸². Deste modo, o primeiro capítulo abrigava os temas relacionados à orientação das organizações e intitulava-se “**Capítulo I – da Orientação**”, o segundo capítulo sobre a organização das entidades e intitulava-se “**Capítulo II – Da organização**” e o terceiro capítulo sobre a ação operária intitulando-se “**Capítulo III – Ação Operária**”. Dentro dos capítulos encontravam-se questionamentos como: a sociedade operária deveria constituir um partido ou manter-se neutra? O operário deveria ser político e como deveria ser? As sociedades deveriam ter como objetivo unicamente a resistência ou assumiriam funções assistencialistas também? Que ações deveriam tomar as associações operárias em prol das agitações pelas 8 horas?²⁸³.

Logo após ser discutida a metodologia do Congresso e outros assuntos, como vimos acima, por exemplo, a questão da moção em solidariedade a revolução que ocorria na Rússia, é reaberta a sessão do Congresso, começando a discutir-se os temas de acordo com a ordem dos capítulos. Deste modo, é dado início à discussão dos temas do capítulo 1, sobre a orientação das entidades operárias.

O Sr. Pinto Machado²⁸⁴ pede a palavra para sugerir que o segundo tema, que versa sobre a orientação do operariado ser ou não político e como deve ser, seja inserido no primeiro tema que tratava sobre a sociedade operária se organizar ou não em um partido operário. Na visão do delegado da Associação dos Operários do Engenho de Dentro, esta proposta iria facilitar o debate, mas isso acarreta o primeiro embate da sessão quando Sr. Edgar Leurenroth, então representante da Federação Operária de São Paulo envia uma moção à mesa diretora.²⁸⁵

Em sua moção, o Sr. Edgar Leuenroth, representante da Federação Operária de São Paulo, exibe um texto que nos leva compreender que a orientação das entidades que compunham aquele congresso não seria definida ali, pois já tinham sua definição. Logo ele propõe:

Considerando que o presente Congresso constituído por delegados das organizações econômicas de proletariado não tem por fim discutir as opiniões e ações políticas dos associados das mesmas, considerando individualmente, por que para isso a

²⁸² Mais informações e detalhes da organização do Congresso estão presentes no capítulo 1 desta dissertação intitulado: “**Os trabalhadores organizados: em quanto tempo se constrói um congresso?**”

²⁸³ Correio da Manhã, Edição 01737 – 14 de abril de 1906;

²⁸⁴ Antônio Augusto Pinto Machado, representante da União Operária do Engenho de Dentro, aparece mais vezes nesta análise do debate por que é o que mais se posiciona em relação a defesa da luta política e das pautas reformistas durante as sessões do Congresso. Deste modo, há um destaque para a sua participação.

²⁸⁵ Correio da Manhã, edição 01739 – 15 de abril de 1906;

independência destes é amplamente reconhecida, o Congresso deixa sem discussão o Tema.²⁸⁶

Essa moção é aprovada, segundo a relatoria, pelo congresso. Ou seja, há aqui uma aprovação de que o tema sobre o proletariado ser ou não político não deve ser discutido, partido do suposta de que todas as organizações operárias presentes são econômicas, posição defendida pelo líder anarquista. Porém, participavam do congresso entidades que são conhecidas por utilizar viés político para defender a pautas da pela luta política dos sindicatos e trabalhadores. Esta é levada adiante pelo Sr. Pinto Machado, que prossegue defendendo a atuação política do operariado.

O Sr. Carlos Dias, representante da Federação Operária de São Paulo, faz coro com seu companheiro Edgar Leuenroth, ao dizer que o operariado não deveria aceitar outra luta que não a econômica e que a política não deve ser admitida por não estar de acordo com o operariado em geral.²⁸⁷ O Sr. Ulysses Martins, também da Federação Operaria de São Paulo, faz coro com seus colegas, defendendo que é do congresso operário que está a ser realizado de onde os operários tirarão orientação segura para suas lutas e que “(...) É inútil companheiros, pregar o sufrágio universal ao operário, por que isto é uma farsa”²⁸⁸ e completa: “No dia em que a Associação das Classes Operárias, por intermédio do seu representante promulgasse uma lei, as forças armadas seriam as primeiras a ir de encontro aos operários, que sucumbiriam ou se renderam vilmente.”²⁸⁹

O Sr. Vieira, delegado da União dos Operários do Engenho de Dentro, vai contra as colocações feitas até então e passa a defender, ao lado do Sr. Pinto Machado, a luta política dos trabalhadores: “Na Rússia, apesar de todo o cataclismo, o operário luta a favor do sufrágio eleitoral.”²⁹⁰ Além de utilizar os acontecimentos na Rússia como exemplo, ele levanta uma questão fundamental a discussão sobre o tema: a educação, afirmando que “(...) atacar o comércio, o militarismo e tudo mais, por quê? Quem os mantém? O proletariado. O operário tem força necessária, tudo e o principal é a educação. E, enquanto o operariado estiver neste estado, sem preparo, não pode compreender o mister que o leva ao Congresso.”²⁹¹ Uma provocação, talvez, aos que dizem que as leis seriam facilmente derrubadas quando conquistadas pelo proletariado representado na câmara.

²⁸⁶ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁸⁷ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁸⁸ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁸⁹ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁹⁰ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁹¹ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

Mesmo com a constante defesa, por parte dos companheiros da Federação Operária de São Paulo, contra a discussão sobre a participação política do operariado naquele congresso, o Sr. Pinto Machado aparece para defender, mais uma vez, a posição de que o operariado pode ser político, caso queira. Para defender seu posicionamento, novamente, ele utiliza um argumento pragmático, exaltando as conquistas feitas pela União dos Operários do Engenho de Dentro sob sua direção: “Sou político e vou defender a política. Quem gosta aplaude, quem não gostar respeite. Vou discutir ideias que me animam, quero agir de acordo com minha consciência.”.²⁹² Desde o primeiro embate, lá sobre a moção da revolução Russa, conseguimos notar que o Sr. Pinto Machado defende a fundo a participação política do proletariado, neste embate, ele vai mais além, ele defende que nenhuma associação deveria obrigar o seu associado a ser político, pelo contrário: “O problema deve ser resolvido com as ideias mais aceitas”.²⁹³

Para além de defender de maneira teórica que o operariado não pode ser obrigado por uma entidade ou outra a ser ou não político, ele demonstra a sua defesa da política baseada em uma conquista que grande parte dos operários estavam em busca naquele momento: as 8 horas de trabalho. O representante da União dos Operários do Engenho de Dentro defende a participação dos operários nas ações políticas por acreditar que “(...) a política poderia prestar grandes serviços à classe. Exemplo disso está na Associação dos Operários do Engenho de Dentro, que obteve as 8 horas de trabalho.”²⁹⁴

Voltando nosso foco para o congresso operário de 1906, a defesa do Sr. Pinto Machado, não surtiu muito efeito na moção proposta ao final pelo Sr. Edgar Leuenroth, que apresenta a seguinte resolução:

O primeiro C. Regional aconselha o proletariado de resistência econômica, agrupamento essencial e sem abandonar a defesa pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a por fora do sindicato a luta política, especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral.²⁹⁵

A moção proposta pelo Sr. Edgar Leuenroth²⁹⁶ e aprovada pela maioria do congresso, orienta os sindicatos a colocarem à parte a luta política, deixando-a de fora do sindicato. Isso é feito por que ele considera que “(...) os operários se acham extenuados pelas suas opiniões políticas e religiosas.”²⁹⁷ E ainda assim, acredita que “(...) única base sólida, de acordo e de

²⁹² Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁹³ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁹⁴ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁹⁵ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁹⁶ Alguns delegados, como Edgar Leuenroth, são apresentados no capítulo 2, desta dissertação.

²⁹⁷ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

ação dos interesses econômicos comuns à toda classe de operários de mais clara e pronta compreensão.”²⁹⁸

Deste modo, com a aprovação da moção, finaliza-se um debate acerca da orientação das entidades presentes e aderentes ao congresso, recomendando-lhes o que estava dito no começo da proposta de abertura de pauta: a luta econômica. É importante ressaltar que, apesar da luta econômica pelas entidades estar nas bases de organização do próprio congresso, destaca-se ao menos 3 entidades que não possuíam orientação necessariamente voltada apenas pra luta econômica, como a Associação dos Operários do Engenho de Dentro, A Liga Operária de Campinas²⁹⁹ e o Centro artístico Cearense de Fortaleza, Ceará³⁰⁰ que possuíam como um dos seus representantes o Sr. Pinto Machado³⁰¹, que defendia incansavelmente a luta política dos trabalhadores e associações operárias.

3.3 A disputa existe: A discussão a respeito do Primeiro de Maio;

O embate travado entre os delegados durante as sessões do Congresso é um ponto central para compreender e explorar as múltiplas opiniões que fizeram o Congresso Operário de 1906 tão emblemático. Os pontos de divergência não se restringiam à ideologia ou métodos que deveriam ou não seguir para alcançar as conquistas desejadas pelos trabalhadores, mas também aos significados do dia 1º de Maio e suas formas de organização.

O dia 1º de Maio e sua invenção está ligado diretamente ao surgimento da II Internacional, como diz Perrot, idealizado a partir de um dos congressos realizados em Paris, após um intenso debate que aprova a moção de um dos delegados:

Será organizada uma grande manifestação internacional com data fixa, de modo que, em todos os países e em todas as cidades ao mesmo tempo, no mesmo dia marcado, os trabalhadores intimem os poderes públicos a reduzir legalmente a jornada de trabalho “a oito horas e a aplicar as outras resoluções do Congresso Internacional de Paris. Considerando que uma manifestação semelhante já foi decidida para o Primeiro de Maio de 1890 pela American Federation of Labour, em seu Congresso de dezembro de 1888, realizado em Saint-Louis, adota-se esta data para a manifestação.”³⁰²

No Brasil, a concepção do 1º de maio possuía divergências desde o seu início, sendo questionado de que modo esta data deveria ser relembrada, desde se uma homenagem aos

²⁹⁸ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

²⁹⁹ Correio da Manhã, Edição 01700 – 08 de março de 1906;

³⁰⁰ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

³⁰¹ Ver edição 01739 e Edição 01700 que indicam as associações nas quais o Sr. Pinto Machado está como representante. Ainda ver Edição 01739, ao final das discussões quando o mesmo opta por representar apenas a Associação dos Operários do Engenho de Dentro.

³⁰² Citação extraída de: PERROT, Michelle: O primeiro de maio na França (1890): Nascimento de um rito operário. IN: _____. Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros. 7ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2017. Pág. 129-130.

Mártires de Chicago³⁰³, uma comemoração festiva ou um dia de luta e propaganda política das pautas dos trabalhadores, como veremos em seguida, acompanhando as discussões do Congresso Operário de 1906.

2ª sessão – 16 de abril – A discussão sobre o 1º maio

Na segunda sessão do Congresso Operário Brasileiro de 1906, o ponto que causa maior debate e divergência é o caráter do dia 1º de maio, no qual se acentuam as múltiplas formas de pensar dos delegados, que demonstram que os métodos de luta da classe trabalhadora estariam longe de serem definidos naquele Congresso. Se os métodos de ação já haviam sido definidos pela discussão anterior, na qual decidiu-se que as organizações operárias adeptas ao Congresso Operário não fariam luta política³⁰⁴, agora a discussão sobre método de comemoração do 1º de maio remontava o mesmo clima anterior: embate, discussão e defesa de ideias tão plurais quanto as anteriores.

O caráter de comemoração do primeiro de maio, como vimos acima, sempre fora discutido pela classe trabalhadora, não só no Brasil, mas em outras regiões, como por exemplo, na França³⁰⁵. Dentro do Congresso Operário, vê-se as defesas e propostas de moções colocadas pelos delegados sem se distinguir muito do que já se discutia: festa, comícios/propagandas e/ou ações diretas, greves e lutas em prol de melhorias para a classe trabalhadora.

Assim o primeiro a expor o assunto é o delegado Sr. Melchior que, representante da Associação de Classe União dos Manipuladores em Tabaco³⁰⁶, ao discursar, defende que se deve “(...) dar à burguesia abjeta uma prova da nossa força, tendo em mira, antes de tudo, que esta data representa um dia de luto.”³⁰⁷ Apesar de discordar do caráter festivo dado por alguns trabalhadores ao 1º de maio, o representante da União dos Manipuladores de Tabaco, não propõe nem aprofunda seu debate sobre o tema, apenas diz que “(...) este caráter festivo que emprestam ao primeiro de maio, aqueles que não compreendem, urge que desapareça, para que a força é que o operário unido que o operário unido, de comum acordo, delibere a melhor maneira de comemorar.”³⁰⁸

³⁰³ Os Mártires de Chicago, foi como ficaram conhecidos os trabalhadores estadunidenses que foram presos ou mortos após uma ação grevista por melhores condições de trabalho na cidade de Chicago, entre elas, a reivindicação da redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias.

³⁰⁴ Moção aprovada na sessão anterior do Congresso, Correio da Manhã Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

³⁰⁵ PERROT, Michelle: O primeiro de maio na França (1890): Nascimento de um rito operário. IN: _____. Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros. 7ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2017. Pág. 127.

³⁰⁶ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³⁰⁷ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³⁰⁸ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

Ao que aparenta, os delegados poderiam estar receosos em expor suas opiniões de maneira mais “efetiva”, já que em contrapartida ao que o Sr. Melchior expôs, o Sr. Pinto Machado se diz contra o caráter de luta da data “declarando que não é de acordo com este caráter lutador que emprestam ao 1º de Maio.”³⁰⁹ Mas não discute muito sobre, Pinto Machado apenas propõe que “(...) Esta data deve ser comemorada com sessões solenes nas sedes das respectivas associações.”³¹⁰ Sugerir que as respectivas associações comemorassem o 1º de maio em sessões solenes, não era dizer diretamente que deveriam evitar ir às ruas em protesto, mas que deveriam se organizar de forma mais discreta e fechada para fortalecer as reivindicações dos trabalhadores, sem deixar de lado o caráter combativo, mas abolindo a questão festiva da data.

Nota-se isso com o argumento do delegado Francisco Chagas, representante da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores cafeeiros, ao sugerir que as comemorações do 1º de maio deveriam ser mais íntimas e não públicas. Conforme tece seu argumento, compreende-se que na opinião do Sr. Chagas, as sessões de comemoração do 1º de maio podem seguir o ritmo festivo, sendo o principal problema encontrado na saída à rua “em bandos ou préstitos, com músicas à frente, servindo-se assim, de divertimento à infame burguesia, que se ri a nossa custa.”³¹¹ Ele sugere que as comemorações sejam também em sessões solenes, o que vai de encontro ao argumento do delegado anterior, porém dele difere por explicitar que cada associação deve fazer sua comemoração, de forma íntima, defendendo assim uma comemoração separada para cada entidade.

Até então temos três opiniões sobre o modo de agir das organizações operárias: 1º O Sr. Melchior evidencia a necessidade de dar uma amostra a burguesia sobre a organização dos trabalhadores, dando um caráter de luta à data; 2º Pinto Machado discorda do caráter de luta pública do 1º de maio e propõe sessões solenes para comemoração e; em 3º A defesa do Sr. Chagas em fazer uma comemoração caráter reservado da data e defende que as comemorações deveriam ser realizadas em sessões solenes, sem grandes festas para alegrar a burguesia. Deste modo, os 3 não querem agradar a burguesia, porém a primeira exposição é de que se deve demonstrar força nas ruas, as outras duas, que devesse fazer isso de forma mais íntima, dentro das associações.

O que diferencia as opiniões é a forma como cada um interpreta o 1º de maio, e é o que será mostrado a seguir com mais algumas exposições dos debates acerca da maneira de como

³⁰⁹ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³¹⁰ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³¹¹ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

se deve ou não comemorar esta data. Para entrar na discussão, o presidente eleito para a sessão, o delegado da Federação Operária de São Paulo, Giulio Sorelli, pede licença da mesa e começa a sua defesa em torno dos métodos que as entidades deveriam tomar para se comemorar a data em questão.

Sendo o delegado Sorelli o primeiro a levantar o 1º de maio como uma data que relembrasse os Mártires de Chicago, ele também defende que a data não seja um feriado nacional, pelo contrário, seja um dia em que se trabalhe de forma normal e que se faça as comemorações de maneira solene.³¹² “(...)penso que, nesta data, todo o proletariado deve se unir e agir de ocasião, mas nas horas vagas, não abandonando o trabalho(...)”³¹³. Apesar de ser contrário à uma greve ou um feriado nacional do trabalho, como veremos à frente, o delegado Sorelli expõe a necessidade de uma união do operariado em uma comemoração que mobilize as organizações operárias, complementando a posição do delegado Melchior, que sugeriu uma exibição da força dos operários durante a comemoração da data.

Segundo ele, a argumentação para que não se comemorasse o 1º de maio abandonando os postos de trabalho, por exemplo, é um caso em que “(...) um patrão que fez, nesta data, afixar às portas da fábrica um enorme cartaz com os dizeres “amanhã, 1º de maio não se trabalha”³¹⁴. Segundo ele, os próprios operários foram à porta da fábrica reclamar seus postos de trabalho “(...) E quereis saber o que fizeram os operários? Compareceram aos seus postos e exigiram trabalho! Que sublime exemplo!”³¹⁵ O exemplo dado pelo delegado Sorelli, fora apenas para contextualizar a comparação que fizera a seguir, dizendo que os deputados italianos, ao proporem o 1º de maio como festa nacional, enfrentaram grande revolta dos trabalhadores ocasionando o arquivamento do projeto de lei.³¹⁶

A defesa de Sorelli não é por uma desunião do operariado, nem uma abolição da comemoração da data pelos trabalhadores, mas por uma comemoração feita de operários, para operários e por operários. Para ele não havia sentido em fazer do 1º de maio uma data nacional comum como qualquer outro feriado, tornando-o cada vez mais banal e sem significado algum. Além disso, o delegado expunha uma preocupação: a questão do trabalho e a importância em mantê-lo, justificando o compromisso dos trabalhadores em não abandonar seus postos para as comemorações, atribuindo uma importância à manutenção do funcionamento das fábricas.

³¹² Correio da Manhã, edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³¹³ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³¹⁴ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³¹⁵ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³¹⁶ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

Ao seguir-se o debate vamos encontrar duas falas rápidas e sucintas que são mais propositivas em relação à pauta do que as demais, como por exemplo, a fala do delegado Eduardo Vassuno, que após de uma longa fala representando a sua entidade - União dos trabalhadores gráficos de S. Paulo – propõe que “O 1º de maio deve ser feito por propagandas operárias. É preciso vingar os companheiros conquistando aquilo mesmo que os vitimou. Devermos bater-nos pelas 8 horas de trabalho.”³¹⁷ Além de relembrar as vítimas de Chicago, rememoradas anteriormente por um de seus colegas, o Sr. Eduardo Vassuno coloca em questão que aquela data, além de propagar as ideias dos operários, deveria ser marcada pela luta pela jornada de 8 horas de trabalho diárias.

A respeito deste ponto o delegado Magrassi, que representava a Liga das Artes Gráficas, da Capital, faz coro com o colega anterior: “É de opinião que se faça aos operários um apelo para que se comemore o primeiro de maio com as 8 horas de trabalho.”³¹⁸ A reivindicação das 8 horas de trabalho estava ligada diretamente à construção do 1º de maio como uma data unificada de mobilização e luta dos trabalhadores³¹⁹, logo não seria estranho que aparecessem como proposta de pauta para as comemorações da data pelas entidades brasileiras.

A própria Associação dos Operários do Engenho de Dentro presente no Congresso Operário, segundo o seu representante, Pinto Machado, obteve as 8 horas de trabalho através da luta política que fora defendida por ele, como vimos anteriormente, ao defender que “(...) a política poderia prestar grandes serviços à classe. Exemplo está na Associação dos Operários do Engenho de dentro, que obteve as 8 horas de trabalho”³²⁰.

Sobre esse tema, o delegado do Centro de Empregados em Ferrovias, o sr. Soares, levanta um debate curioso. Enquanto todos até aqui defendiam a existência da data e, de certo modo, sua importância, ele fez o caminho contrário ao questionar – talvez de maneira retórica – o Congresso: “(...). Quais as vantagens que o operário brasileiro já adquiriu com o 1º de maio?”³²¹ O questionamento do delegado vai de encontro à sua posição contrária a proposta de que o então governo havia posto de declarar a data como feriado nacional, considerando uma tentativa de ilusão ao Brasil por parte do Governo ao declarar que as oficinas ou repartições públicas não dessem ponto aos trabalhadores no dia 1º de Maio.³²²

³¹⁷ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³¹⁸ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³¹⁹ PERROT, Michelle: O primeiro de maio na França (1890): Nascimento de um rito operário. IN: _____. Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros. 7ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2017. Pág. 133-134.

³²⁰ Correio da Manhã, Edição 01739 – 16 de abril de 1906;

³²¹ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³²² Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

Deste modo, Soares expunha sua proposta de que “(...) o 1º de maio deve ser esquecido. É preciso escolher um dia, ditado pelo acaso. É o primeiro passo que o operariado conquista.”³²³ Pensando e expondo que as causas a serem pensadas pelo operariado brasileiro deveriam ser as suas próprias, como bem é completado pelos representantes dos Carpinteiros da Capital, Manoel dos Passos que sugere que não se deva nem fazer festa, nem mesmo reuniões ou agrupamentos, mas uma propaganda declarando que a classe operária não comemora mais o 1º de maio por não ter conseguido as 8 horas de trabalho.³²⁴

A preocupação dos operários do Congresso era não apenas com o método de comemorar o 1º de maio, mas com que tipo de benefícios isso traria à classe, uma vez que o “feriado” é comemorado desde 1889 e, até o presente momento, não havia desempenhado um papel importante para a história do movimento operário brasileiro. Poucos eram os ofícios ou entidades operárias que haviam conquistado as 8 horas de trabalho – não sendo estas citadas durante este debate – pauta principal das “reivindicações” do dia 1º de maio, por isso, como podemos observar nas falas citadas acima, a discussão central sobre a comemoração era: por que deveriam comemorar? O que as comemorações, até então, teriam trazido de vantagem para a classe trabalhadora do Brasil?

Ainda assim, os operários dentro do Congresso se preocupavam em reafirmar a importância da data em questão e de como ela deveria ser importante para a propagação das ideias dos operários, fosse em sessões solenes ou por meio de propagandas e outras ações coletivas dos trabalhadores. Para Edilene Toledo os operários se preocupavam também em manter e evidenciar o caráter internacionalista das organizações que faziam parte do Congresso, ao citar um trecho da moção aprovada sobre o 1º de maio, que faz uma saudação ao operariado francês o exalta como modelo a ser seguido pelos trabalhadores brasileiros.³²⁵

As moções encaminhadas para as votações expressam parte do que fora discutido pelos delegados até aquele momento, porém não exprimem necessariamente a maior parte das ideias que foram defendidas: comemorações pacíficas, com sessões solenes para nos sindicatos, de forma mais íntima, ou seja, que não chamasse tanto a atenção. Isso está posto na moção número 2, por exemplo, proposta por Manuel Moscoso e Edgard Leuenroth, ambos representantes da Federação Operária de São Paulo e que fora aprovada pelo Congresso, que diz em parte:

(...) que as condições econômicas, fonte de toda a liberdade são, para o proletariado, péssimas e que o trabalho está escravizado sob o peso das injustiças, tanto que, para

³²³ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³²⁴ Correio da manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³²⁵TOLEDO, E. Entre anarquismo sindicalismo: Debates e experiências na vida de Giulio Sorelli. IN _____. Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 267 – 334. p. 301

o melhorar ou libertar os trabalhadores não tem outro recurso contra o poder e a riqueza acumulados se não a associação, a solidariedade dos seus esforços;

que, portanto, não pode realizar-se uma “festa do trabalho”, mas sim um protesto de oprimidos e explorados; (...)

(...) O 1º Congresso Operário Brasileiro, verbera e reprova indignadamente as palhaçadas feitas no 1º de maio com o concurso e complacência dos senhores; incita o operariado a restituir ao 1º de maio o caráter que lhe compete, de ser o mais desassombrado protesto e a enérgica reivindicação de direitos defendidos ou ignorados; estimula vivamente as organizações operárias a propaganda das reivindicações a afirmar o 1º de maio.³²⁶

Tal moção proposta por dois delegados que até então não haviam se posicionado sobre o tema durante as discussões traz um elemento contrário ao que foi citado diversas vezes pelos demais delegados. Logo a defesa de um 1º de maio solene, sem grandes manifestações, apenas com atos separados e organizados pelas entidades, cai diretamente para uma moção onde se recomenda a enérgica ação dos operários para suas reivindicações. Claro que juntamente com essa indicação vemos alguns pontos defendidos, como a disseminação das ideias operárias através da propaganda e da reprovação do caráter festivo do 1º de maio, considerando ainda a importância do caráter histórico da data em questão.

As demais moções que foram postas à votação seguiram os seguintes status: “A 1º Caiu, por maioria de votos; a 2º. foi aprovada; as 3, 4, 5 e 6 prejudicadas por estarem incluídas na segunda; a 7ª. retirada pelo seu autor, que acordou com as resoluções já tomadas; a 8ª caiu por unanimidade.³²⁷” As duas moções que foram derrotadas na votação versavam sobre os companheiros de Chicago, sendo a número 1 direcionada à realização de comícios de propaganda e sessões em homenagem às vítimas da liberdade, proposta pelo Operário Barbosa³²⁸. A de número 8, era semelhante, fazia menção à definição da data como um dia de homenagens às vítimas de Chicago, realizando-se sessões fúnebres a estes, proposta realizada pelo Benjamin M. Pires, que representava a União Operária do Engenho de Dentro.

As demais moções seguiam as mesmas características da que fora aprovada, por isso foram dispensadas, por estarem representadas na moção aprovada³²⁹. Como bem se observa, a proposta desta moção é uma maneira radical de comemorar o dia 1º de maio. Mesmo com outros pontos inseridos a principal ideia dela é a ação direta dos trabalhadores durante as comemorações.

3ª Sessão – 17 de abril de 1906 – A organização operária

³²⁶ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³²⁷ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³²⁸ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906

³²⁹ As demais moções propostas podem ser acompanhadas na íntegra no anexo II a este capítulo.

Outra questão que é fundamental nas discussões e que permeia a separação entre os dois campos da organização sindical dentro do Congresso está relacionada ao posicionamento dos congressistas sobre a estruturação das organizações. As cooperativas e associações de ajuda mútua eram bastante comuns durante a Primeira República e, inclusive antes de seu advento, mas para o Congresso Operário de 1906, estas deveriam ser evitadas pelos sindicatos e organizações de resistência³³⁰.

A discussão que decidiu sobre essa temática deu-se no dia 17 de abril, segunda feira, o mesmo dia em que ocorreu aquela sobre o 1º de maio, mas na sessão noturna do congresso, presidida pelo delegado representante do Centro dos Operários do Jardim Botânico da Capital, Antônio Domingues que iniciou os trabalhos sobre o item 1 do capítulo 2: “A sociedade de resistência deverá ter como única base a resistência ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação e doença ou a cooperação?”³³¹. Após direcionar o debate, ficou decidido que o respectivo tema ficasse da seguinte forma: “As associações operárias devem denominar-se e deverão ter como única base a resistência, ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação e de doença ou cooperação?”³³²

Carlos Dias, representante da Federação Operária de São Paulo foi o primeiro a sugerir que fosse abolido um caixa para operários desempregados, complementado pelo delegado da União dos Operário do Engenho de Dentro, que enviou uma moção à mesa propondo que fosse criado um caixa de resistência apenas para os operários que se encontrassem em estado de greve.³³³ Em contra partida, João Benevenuto achava razoável que se tivesse um caixa para prontos socorros, do mesmo modo que Pinto Machado propôs prestar algum socorro aos operários que por algum motivo encontram-se impossibilitados de trabalhar, encaminhando à mesa uma moção sobre o tema.³³⁴

Aqui o delegado Sorelli abriu sua defesa pela recomendação que as entidades fossem de resistência, ou seja, que não tivessem nenhum outro tipo de caixa à exceção dos destinados a este fim específico – greves e ações de resistência - e que as associações operárias passassem a usar o nome de sindicato em seus títulos.³³⁵ Nesse sentido, ele fez uma defesa de que a resistência aos patrões era a ação essencial dos trabalhadores e (...) “sem ela qualquer obra de

³³⁰ BATALHA, Claudio. International Review of Social History, Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906-1920); Cambridge Vol. 62, p. 75-103 Dec 2018. p. 81.

³³¹ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³³² Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³³³ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³³⁴ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³³⁵ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906

beneficência ou mutualismo, em concepção, seria a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições”.³³⁶

A defesa mais incisiva pela adoção e promoção de um caixa para socorros dos trabalhadores começou a partir da posição do representante da Liga dos Alfaiates, Cândido Costa que levanta a questão de que era mais plausível beneficiar os companheiros do que fazer com que eles recorressem aos burgueses, achando assim que as resistências devem ser mútuas e contra o capital.³³⁷ Para José Hermes de Olinda Costa, representante do Centro Protetor dos Operários de Pernambuco, era importante não deixar que as associações de classe esmorecessem já que “(...) nas associações de classe se precisa de companheiros para, na praça pública tratar de assuntos que dizem respeito à classe e si este for preso quem o socorrerá? Quem irá em seu auxílio?”³³⁸

Desta forma, ele encaminha a proposta de que “(...) o Congresso deixe a liberdade à todas as associações tomar as resoluções que bem entender, a fim de socorrer os seus associados, como melhor entender nos transes cruéis da vida para evitar a miséria”³³⁹ Em defesa dos auxílios, o representante do E. em Carvão e Mineral, Delegado Belizário, vai de encontro com a ideia de Olinda, afirmado que uma beneficência nas associações é um fato indiscutível. Para isso, ele cita o caso de quando precisou utilizar-se de tal socorro para seu sustento e de sua família enquanto esteve preso pela polícia, depois de ser perseguido politicamente. Sobre isso ele diz:

Ah! Não fosse a caixa beneficente da associação que represento e eu estaria a morrer de fome! Perseguido atrozmente pela polícia do Sr. Cardoso de Castro eu fui parar na detenção onde, num miserável cubículo, sofri horrivelmente durante vinte e um dias! Saí dali doente, quase morto e que seria de mim se não fosse a minha sociedade?³⁴⁰

Para citar quem é Cardoso de Castro é importante relembrar, ainda que brevemente, sobre o discurso relacionado as "classes perigosas", conceito que se tornou amplo e generalista, sobretudo na passagem do Império para a República e era empregado para justificar a suspeição generalizada das pessoas mais pobres por parte da polícia³⁴¹. Cardoso de Castro, ou Antônio Augusto Cardoso de Castro, como era o seu nome, tem parte fundamental na perseguição de trabalhadores, ex-escravizados e, consequentemente, os ditos ociosos, uma vez que foi chefe

³³⁶ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³³⁷ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³³⁸ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³³⁹ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³⁴⁰ Correio da Manhã, Edição 01740 – 17 de abril de 1906;

³⁴¹ CHALHOUB, Sidney. Cortiços. IN: ____: Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo, SP. Companhia das Letras. 1996. p. 15-59. p. 20-23.

de polícia do Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro) entre o período de 1902 e 1904³⁴². Seu alinhamento com a perseguição das “classes perigosas” pode ser encontrado, por exemplo, em um de seus relatórios ao ministério da justiça, onde afirmava, entre outras coisas, que “O Rio de Janeiro é uma cidade de crimes e criminosos, quero dizer, ninguém imagina o regime de impunidade que vivemos”³⁴³.

O exemplo e a defesa dada pelo delegado em questão, apresenta duas formas de pensar sobre a mutualidade dentro do Congresso: a primeira considerava esta forma de amparo adotada pelos sindicatos como algo ruim, que prejudicava seus objetivos de adotarem a posição de resistência econômica; a segunda que compreendia que a ajuda mútua dentro das organizações era fundamental para que fossem consideradas de resistência. Para além disso, os motivos para defenderem tal tipo de benefício aos seus associados foram diversos e foram contestados e colocados em questão a todo momento, mas ao votarem as moções propostas pelos delegados, apenas uma delas fora aprovada.

Assim, a moção proposta pelo representante da Federação Operária de São Paulo, Giulio Sorelli, foi aprovada por maioria do Congresso Operário Brasileiro e todas as demais rejeitadas ou reprovadas, ora por unanimidade, ora por maioria dos votos. Deste modo, põe-se fim à discussão sobre o tema, deixando definida a orientação a ser dada para que as associações operárias seguissem a partir daquele momento, indicando que os caixas mantidos por elas devem ter um único fim, o de resistência, e que as organizações adotassem o nome de sindicato.

Em todos os casos apresentados até aqui, ainda que representassem a maioria das posições dentro do Congresso, os reformistas acabaram perdendo na hora da aprovação das resoluções que, em sua maioria, seguiam os princípios do sindicalismo revolucionário³⁴⁴. O que apresentamos até aqui, sobre as discussões dos delegados no Congresso Operário de 1906, corrobora essa ideia, já que a maioria dos discursos fora em defesa de uma posição mais pacífica e menos chamativa da comemoração do 1º de maio, além de um debate mais brando sobre a adoção de caixas de ajuda nas organizações. Mesmo com a maioria dos congressistas

³⁴² JUNQUEIRA, Eduardo. Primeira República. IN: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em:<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Cardoso%20de.pdf>>. Acesso em: 27.fev.2023.

³⁴³ CARVALHO, Marina Vieira. Os vadios na resistência ao disciplinamento social da Béle Époque carioca. IN: XIII Encontro Estadual de História-ANPUH Rio 2008. Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos [...]. Rio de Janeiro, 2008. p. 1-8. Disponível em:<http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215388376_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-2.pdf>. Acesso: 27.fev.2023. Apud: Relatório de Antônio Augusto de Castro ao Ministro da Justiça J. J. Seabra, 1905, p. 4 In: RODS, Cristiane. op. cit., p. 35.

³⁴⁴ BATALHA, Claudio. International Review of Social History, Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906-1920); Cambridge Vol. 62, p. 75-103 Dec 2018. p.80.

defendendo tal posição, os delegados aprovaram a moção mais radicalizada, evidenciando uma derrota da posição reformista, mas demonstrando que a presença destes no Congresso foi, sem dúvidas, marcante para os debates e influenciaram as resoluções. Isso evidencia algo que Batalha retrata em seu artigo “Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro’s Labour Movement (1906–1920)”, onde ele afirma que, apesar dos reformistas serem maioria no Congresso Operário de 1906, as resoluções indicadas pelos sindicalistas revolucionários é que foram aprovadas pelos delegados ali presentes³⁴⁵.

Além disso, pode-se compreender que, durante os debates, eles tinham suas posições marcantes e estavam convictos do que defendiam e propunham para a classe operária. Mesmo com as posições tomadas dentro do Congresso, nem todas as organizações seguiram à risca as indicações e recomendações feitas, como por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, onde algumas organizações mantiveram os auxílios-doença, pensões e entre outros, como o Centro dos Operários Marmoreiros³⁴⁶, que tiveram representantes no Congresso e participaram das discussões.

³⁴⁵ BATALHA, Claudio. International Review of Social History, Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906-1920); Cambridge Vol. 62, p. 75-103 Dec 2018. p.80.

³⁴⁶ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.p. 207.

Considerações finais

A tarefa de compreender as múltiplas nuances do movimento operário não é tão fácil, ainda mais quando existe a proposição de enxergá-las através de uma perspectiva que busca analisar como aqueles que estiveram muito tempo apagados das páginas dos livros. Este esforço tem sido ampliado e muito bem reconhecido, viso que amplia as possibilidades de novas questões, novas respostas e, consequentemente, a construção de novas concepções sobre o que é a classe operária e sobre as suas diversas formas de manifestação, organização, composição e aglutinação no meio das mais diversas reivindicações feitas por estes trabalhadores e trabalhadoras.

Deste modo, este trabalho nos permitiu a reflexão da importância que os reformistas tem para a organização do movimento operário na Primeira República e como eles foram fundamentais para a construção do 1º Congresso Operário Brasileiro, mesmo que as resoluções destes tenham contemplado o que era idealizado pelos sindicalistas revolucionários. Primeiro, as organizações reformistas, com toda sua gama de ideologias envolvida, atua como algumas das principais articuladoras da classe trabalhadora no início da Primeira República, desenvolvendo movimentos importantíssimos para a concepção da organização dos trabalhadores e de suas reivindicações de melhoria, sobretudo tentando fornecer ferramentas para que estes sejam enxergados dentro do novo sistema político.³⁴⁷

Ademais, o reformismo forneceu quadros que desenvolveram uma atividade fundamental na formação das mais diversas entidades e organizações operárias do início do século, sem contar suas contribuições para a propagação de informações inerentes ao movimento operário e suas constantes exigências de melhoria da classe. Neste caso, destacam-se Mariano Garcia trabalhador cigarreiro e jornaleiro e Antônio Augusto Pinto Machado que desenvolveu diversas atividades como trabalhador, como operário tecelão, gráfico, repórter e jornalista, além de Capitão da Guarda Nacional e suplente de delegado de Polícia³⁴⁸. Dois líderes importantes para sindicalismo reformista que desempenharam papéis fundamentais, em momentos e esferas diferentes, mas que foram primordiais para a propagação das ideias reformistas.

Enquanto Mariano Garcia se dedicava, em um primeiro momento, à construção de um Partido Operário partindo da defesa em prol da luta política dos operários que era

³⁴⁷ GOMES, Ângela de Castro Gomes. República e Socialismo na Virada do Século. IN _____. A invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV, 2005. p. 35-81. P. 50.

³⁴⁸ BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. P.130.

possível graças à ampliação do direito de voto pelo Governo Provisório da Primeira República, deu ao proletariado a esperança da participação política econômica e social.³⁴⁹ Pinto Machado reforçava os laços criando e fomentando organizações operárias pelo Brasil afora. Estes dois personagens do movimento operário reformista foram responsáveis diretos ou indiretos para a organização de pelo menos seis entidades operárias, como a sociedade de resistência dos cocheiros e carroceiros em 1906 com a participação de Mariano Garcia e a ampliação e desenvolvimento da União Operária do Engenho de Dentro, que prosperou sob a gestão de Pinto Machado, servindo como referência de organização para outras entidades no Brasil.

Pinto Machado foi o grande defensor das ideias reformistas dentro do 1º Congresso Operário Brasileiro, defendendo afincado o que acreditava: que a luta política era a forma para que o proletariado pudesse ter a chance alcançar a melhoria para sua classe. Enfrentou com argumentos e exemplos práticos as posições dos sindicalistas revolucionários e, apesar da maioria das entidades presentes serem de orientação semelhante a que ele acreditava, acabou vencido em relação à construção das moções aprovadas pelo respectivo Congresso.

Porém a sua participação não foi em vão, e serviu para elucidar que os sindicalismo reformista estava organizado, forte e que pretendia, de certo modo, lutar em defesa daquilo que acreditava ser a melhor estratégia para a classe trabalhadora. Talvez as desistências das demais entidades que foram convidadas tenham contribuído para a derrota das proposições dos reformistas, porém ainda que isto tenha acontecido, o embate de ideias dentro do Congresso Operário Brasileiro foi fundamental para elucidar a defesa dos seus ideais pelos reformistas mesmo em um ambiente antagônico à sua forma de pensar é uma forma de deixar clara sua vontade de levar adiante sua forma de organização dos trabalhadores.

Ademais, pensando além do destaque específico dado para os reformistas antes e durante o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, cabe destacar que a atuação destes não terminou em 1906, mas continuou ativo após o Congresso, ou seja, durante todo o período da Primeira República. Tal atuação resultou na formação de diversas organizações operárias ao redor do Brasil, promovendo e discutindo as pautas do Movimento Operário e tendo o reformismo como princípio norteador destas entidades.

³⁴⁹ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 288.

A Federação Operária Mineira (1910 – 1920), o Centro dos Operários de Penambuco (1910), além da realização do que foi nominado como 4^a Congresso Operário Brasileiro³⁵⁰, em 1914³⁵¹, são exemplos de que os reformistas, mesmo derrotados no Congresso Operário de 1906 continuaram empenhados em organizar o movimento operário, servindo de base para as reivindicações dos trabalhadores. Uma conquista dos trabalhadores que pode ser rememorada é a que foi realizada pelos caixeiros que, através da proposição de uma legislação formulada pela União dos Empregados no Comércio, conseguem regulamentar a quantidade de horas trabalhadas e também os dias em que os comércios deveriam fechar as portas (domingos) e dar folga aos seus trabalhadores, um movimento feito por dentro dos meios legais³⁵², tais quais as bases do sindicalismo reformista.

De outra maneira, poucos sindicatos que foram fundados e seguiram as orientações acordadas pelo 1º COB sobreviveram à crise industrial que, segundo Batalha, teve forte impacto no emprego e organização da classe trabalhadora entre 1908 e 1911³⁵³. Em contra partida, associações de orientação reformista tiveram longevidade, como é o exemplo da supracitada Associação de Resistência dos Cocheiros e Carroceiros e Classes Anexas que, de orientação reformista³⁵⁴ foi fundada por Mariano Garcia e Belchior Pereira Cardoso cinco meses após o 1º COB e se manteve ativa pelo menos até 1927³⁵⁵. Sem contar a União Operária do Engenho de Dentro, que teve uma longa vida até desaparecer em meados dos anos 1920, quando deixou de ser encontrada notícias sobre a mesma.³⁵⁶

Desta forma, o estudo do Primeiro Congresso Operário do ponto de vista das múltiplas nuances que se é permitido, neste caso, a partir da trajetória de idealização, organização e convocação do Congresso através da reconstrução dos passos dos militantes adeptos da

³⁵⁰ Nota-se que, ao realizarem um novo congresso operário, os reformistas levam em conta todos os congressos realizados até então, desde os socialistas de 1892 e o de 1902, até mesmo o que eles safram derrotados, em 1906. O que mostra determinada maturidade política em reconhecer as múltiplas organizações operárias em que o estavam envolvidos.

³⁵¹ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: ____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p. 21-37, p. 33-35.

³⁵² POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixeiros e o "fechamento das portas" no Rio de Janeiro (1850 - 1912). Cadernos AEL. Campinas, SP. 1999. Disponível em:

<<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/download/2480/1890>>. Acesso: 28.mar.2023. p. 132 e 136

³⁵³ BATALHA, Claudio. International Review of Social History, Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906-1920); Cambridge Vol. 62, p. 75-103 Dec 2018. p. 81.

³⁵⁴ TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em:

<<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023. p. 238.

³⁵⁵ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Verbete: "Sindicalismo amarelo". In: Abreu, Alzira Alves de (org.). Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 183 – 185.

³⁵⁶ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Verbete: "Sindicalismo amarelo". In: Abreu, Alzira Alves de (org.). Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 281

estratégia reformista, nos permite enxergar como aqueles que foram vencidos pensavam a organização dos trabalhadores e como agiram para defender seus ideais. Apesar de derrotadas no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, as ideias reformistas presentes no movimento operário permaneceram vivas e intensas na organização de trabalhadores durante todo o período da Primeira República.

Bibliografia

- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. SILVA, Fernanda Oliveira da. Associativismos e os mundos do trabalho - VI Seminário Internacional Mundos do Trabalho - Webinário. YouTube. Disponível em: < <https://youtu.be/6YdpeaQ8D24>> Acesso em: 22.JAN.2022. Tempo de duração: 1:54:40.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Correntes ideológicas e estratégias sindicais. IN: ____: O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000. p.21-37.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000.
- BATALHA, Claudio. International Review of Social History, Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906-1920); Cambridge Vol. 62, p. 75-103 Dec 2018.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Verbete: “Sindicalismo amarelo”. In: Abreu, Alzira Alves de (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- BATALHA, Claudio H. M. “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”. Mundos do Trabalho 2, nº 4 p. 2–22 16 de março de 2010.
- BATALHA, Cláudio Henrique M.; A identidade da classe operária no Brasil (1880-1920). Atipicidade ou legitimidade? 12/1994, *Revista Brasileira de História (Impresso)*, Vol. 10, Fac. 20, pp.124-142, São Paulo, SP, BRASIL, 1994;
- BATALHA, Cláudio Henrique M.; Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. p. 117 - 149. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O tempo do liberalismo oligárquico: Da Proclamação da República à Revolução de 1930 - Primeira República (1889 - 1930). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018.
- BATALHA, Claudio H. M. Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, SP. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.
- CARONE, Edgar. Movimento Operário no Brasil. (1877 – 944). DIFEL, São Paulo. 1984.
- CARVALHO, Marina Vieira. Os vadios na resistência ao disciplinamento social da Béle Époque carioca. IN: XIII Encontro Estadual de História-ANPUH Rio 2008. Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos [...]. Rio de Janeiro, 2008. p. 1-8. Disponível em:

<http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215388376_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-2.pdf>. Acesso: 27.fev.2023.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República. 262p. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia. 2008. Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/10549/1/Tese%20Aldrin%20Castellucci.pdf>>. Acesso: 26. fev. 2023.

CASTELLUCCI, Aldrin. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832 - 1882). IN: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2014. p. 47 – 82.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. “Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República”. Revista Brasileira de História 32, nº 64 (dezembro de 2012): 77–99.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e; Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. Salvador: Revista Afro-Ásia, n. 24, 2000.

FAUSTO, Boris. Correntes organizativas e seu campo de incidência. IN_____: **Trabalho Urbano e Conflito social (1890 - 1920)**. Companhia das Letras, 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 49 - 104.

GARZONI, Lerice de Castro. Disputas políticas e disputa por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898 - 1901). Topoi. V. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 158-177.

GARZONI, Lerice de Castro. Nós, em nome do povo, cujo direito defendemos: o “*Correio da Manhã*” e a campanha contra as carnes verdes em 1901. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

GOLDMACHER, Marcela A “Greve Geral” de 1903 - O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. 2009. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense / ICHF – Dep. de História. Niterói, 2009

GOMES, Ângela de Castro Gomes. República e Socialismo na Virada do Século. IN_____. A invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV, 2005. p. 35-81.

JÚNIOR, Leônidas Freire Silva. Subalternos Organizados: Mutualismo e os Trabalhadores no Meio-Norte (1900 - 1922). 124p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/2237.pdf>>. Acesso: 26. Fev. 2023.

JUNQUEIRA, Eduardo. Primeira República. IN: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em:<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTRO,%20Cardoso%20de.pdf>>. Acesso em: 27.fev.2023.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: Alcar 2015 - 10º Encontro Nacional de História da Mídia. 2015, UFRGS. Texto digital disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>>> Acesso em 23.MAR.2022.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil”. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) 29, nº 59 (dezembro de 2016): 607–26.

MARTINS, Mônica. A prática do auxílio mútuo nas corporações de ofícios no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. IN: CORD, Marcelo Mac; BATALHA, Claudio H. M. **Organizar e proteger:** trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (século XIX e XX). Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2014. p. 25 – 46.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e Livres:** experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro, Texto. 2008.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da "grève": as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. Cienc. Cult. São Paulo, v. 65, n. 2, p. 56-59, jun. 2013. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200023&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01. Mar. 2023.

NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. Revista Tempo Social, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

NEGRO, Antônio Luigi. Imperfeita ou refeita: o debate sobre o fazer-se da classe operária inglesa. RBH, Vol.16, 1996.

NILDO, Viana. A Revolução Russa de 1905 e os Conselhos Operários. Em Debate, Revista Digital. ISSNe 1980-3532, Florianópolis 4, p. 42-58, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2010n4p42>>. Acesso: 22.OUT.2021.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. No ritmo da cidadania. IN____: **A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881 - 1933)**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2020. p. 227-280.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “NEGOCIAÇÕES IMPRESSAS: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República”. História (São Paulo) 35, nº 0 (2016). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/WtS867DVMvyQgSsGRzY6s9z>>. Acesso: 01. mar. 2023.

PERROT, Michelle: Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros. IN: _____. O primeiro de maio na França (1890): Nascimento de um rito operário. 7ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2017. Pág. 188.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. “VICENTE DE SOUZA: INTERSECÇÕES E CONFLUÊNCIAS NA TRAJETÓRIA DE UM ABOLICIONISTA, REPUBLICANO E SOCIALISTA NEGRO BRASILEIRO”. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) 32, nº 66 (abril de 2019): 267–86.

POPINIGIS, Fabiane. Todas as lutas são irmãs: Caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o império e a república. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 29, nº 59, p 647 - 666, setembro-dezembro 2016. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/63489>> Acesso: 13.JAN.2023.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a História Social do Trabalho no Brasil (2001-2016). Estudos Históricos. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 32, nº 66, p. 307 - 329, janeiro - abril 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/GPRJtpnRkDNbngvywDJ4k6R/?lang=pt>>. Acesso: 04.JAN.2023.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850 – 1911)**. IN____: Deixem-nos o domingo: protesto social e regulamentação do trabalho no comércio. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2007. p. 105 – 169.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil 1889 – 1930 documentos. Alfa Omega LTDA. São Paulo - SP. 1986.

RIZZINI, Irma. GOMES, Estevam Dantas. e SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. “Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da estrada de ferro central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio De Janeiro, 1890 a 1910) ”. Revista HISTEDBR Online 20 (8 de outubro de 2020). Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656567>>. Acesso em: 22.JAN.2023.

RODRIGUES, E. Socialismo e Sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro, Guanabara: LAEMMERT S.A., 1969.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária: os congressos operários no Brasil.** IN_____. O primeiro congresso brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. Edições Mundo Livre LTDA, 1979. p. 95 - 120.

RODRIGUES, José Albertino. **Desenvolvimento do Sindicalismo no Brasil.** IN_____. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 3 – 46.

RODRIGUES, José Albertino. **Funcionamento das Organizações Sindicais.** IN_____. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 123 – 165.

SHARPE, Jim. A história Vista por baixo. IN: BURKE, Peter (org). A escrita da História: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 43 e 48.

SISQUIM, Sayonara Faria. As ideias "amarelas" do operário Mariano Garcia e seu Jornal Gazeta Operária na Primeira República. IN: XIII Encontro Estadual de História. História e mídias: narrativas em disputa. Evento online. Anais eletrônicos. Recife. 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602170131_ARQUIVO_d5ec22726b94b436db5ac596761272bb.pdf>. Acesso: 22.JAN.2023.

SILVA, Rodrigo Rosa da. A federação Operária de São Paulo: Anarquistas e sindicalistas nos anos 1930. IN: **XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH.** Anais eletrônicos. São Paulo, Junho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312754708_ARQUIVO_AFederacaoOperariadeSaoPauloRodrigoRosadaSilvaOK.pdf>. Acesso em 22 dez. 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck, História da imprensa no Brasil. In._____. A grande Imprensa. 4^a ed. (atualizada) - Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).2012. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2012. Disponível em:

<<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/16013/Tese-paulo-cruz-terra.pdf>>. Acesso em: 22.JAN.2023.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operaria inglesa. Vol. I: a árvore da liberdade. 1ª edição [1987]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. Introdução: costume e cultura. IN____: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 1998. p. 13 – 24.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. IN____: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 1998. p. 150 - 202.

THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. IN____: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo, SP. Companhia das Letras, 1998. p. 267 - 304.

THOMPSON, Edward Palmer. Estrutura e processos. IN____: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Zahar Editores. 1981. pp. 82 - 97.

THOMPSON, Edward Palmer. A história como processo. IN____: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Zahar Editores. 1981. pp. 97 - 116.

TOLEDO, E. Introdução. IN____. **Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 27 – 73.

TOLEDO, E. Sorelli no Movimento Operário Paulista e brasileiro. IN____. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo, SP, 2004. p.75-107.

TOLEDO, E. A formação Política de um militante. IN____. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo, SP, 2004. p.21 – 41.

TOLEDO, E. Teoria, Prática e História do Sindicalismo Revolucionário. IN____. **Travessias Revolucionárias: ideias e militantes socialistas em São Paulo e na Itália (1890 -1945)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 73 – 163.

TOLEDO, E. Sorelli no Movimento Operário Paulista. IN____. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo, SP, 2004. p.75-107 – 41.

VALE, Vitor Hugo Chagas do. SOUZA, Juliana Moraes de. Cidadania e reformas urbanísticas no Rio de Janeiro: a guisa de introdução. IN: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014. Vitória. Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro. p. 1-16. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404607871_ARQUIVO_CidadaniaerformasurbanisticasnoRiodeJaneiro.pdf>. Acesso: 03. Mar. 2023.